



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Paulo Noboru de Paula Kawanishi

**Identidade e Autoria no Ciberespaço:
os dizeres de um autor sem nome**

**CAMPINAS,
2016**

Paulo Noboru de Paula Kawanishi

**Identidade e Autoria no Ciberespaço:
os dizeres de um autor sem nome**

**Dissertação apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas, para obtenção do
título de Mestre em Linguística Aplicada, na
área de linguagem e sociedade.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria José
Faria Rodrigues Coracini**

**Este exemplar corresponde à versão
final da Dissertação defendida pelo
aluno Paulo Noboru de Paula
Kawanishi e orientada pela Prof. Dra.
Maria José Faria Rodrigues Coracini.**

**Campinas,
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

K179i Kawanishi, Paulo Noboru de Paula, 1991-
Identidade e autoria no ciberespaço : os dizeres de um autor sem nome /
Paulo Noboru de Paula Kawanishi. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Maria José Rodrigues Faria Coracini.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Autoria. 2. Análise do discurso. 3. Identidade (Conceito filosófico). 4.
Ciberespaço. 5. Comunicação na tecnologia. I. Coracini, Maria José Rodrigues
Faria, 1949-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Identity and authorship in cyberspace: : a nameless author's
discourses

Palavras-chave em inglês:

Authorship

Discourse analysis

Identity (Philosophical concept)

Cyberspace

Communication in technology

Área de concentração: Linguagem e Sociedade

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada

Banca examinadora:

Maria José Rodrigues Faria Coracini [Orientador]

Eliane Righi de Andrade

Filomena Elaine Paiva Assolini

Data de defesa: 28-06-2016

Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada

BANCA EXAMINADORA:

Maria José Rodrigues Faria Coracini

Eliane Righi de Andrade

Filomena Elaine Paiva Assolini

Maria de Fátima Silva Amarante

Marluza Terezinha da Rosa

IEL/UNICAMP
2016

Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Agradecimentos

Agradeço:

*à minha orientadora, Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini por me
guiar no devir-pesquisador,
aos meus pais e minha irmã que me ajudaram e me incentivaram a olhar para
frente e acreditar que se pode ser mais, além de sempre me acalmarem nos
momentos de nervosismo,
à minha namorada, amiga e torcedora, Natascha que, desde sempre,
acreditou em meu potencial muito mais do que eu, ajudando-me a recordar a
razão de todo o esforço,
à Elaine Assolini, por ter participado de minha banca, oferecendo um olhar
crítico do trabalho, além de uma nova amizade,
à Eliane Righi que, de certa maneira, foi responsável pelo início de minha vida
como pesquisador, uma vez que, há alguns anos, emprestou-me um livro e
aguçou minha curiosidade,
à Maria de Fátima Amarante que sempre esteve ao meu lado para me apoiar.
Formou minha base através de leituras e conversas que passaram pelo corpo,
ao meu amigo Lucas Lopes que esteve comigo desde o início do mestrado e
com quem dividi as dúvidas e angústias,
aos meus amigos Gustavo e Leo que, mesmo não participando diretamente,
foram pacientes quanto ao fato de que eu só sabia falar sobre a minha
pesquisa,
aos meus amigos e colegas do grupo de pesquisa que por dois anos também
me apoiaram com seus comentários e indicações.*

Resumo

Este trabalho busca identificar a autoria dos dizeres sobre as manifestações de junho de 2013, dentro de uma página do Facebook “Anonymous Brasil”. Partindo da hipótese de que a função discursiva autor se deu de maneira diferente dentro da página “Anonymous Brasil”, averiguamos como tal função era exercida e os dizeres, sobre as manifestações, legitimados, além de questionar se a tecnologia digital teve algum papel nas relações discursivas. Apoiando-se nas teorias do discurso e da comunicação, problematizamos a possibilidade de um autor anônimo, uma vez que a função exige um nome que, segundo os estudos foucaultianos, significa, responsabiliza-se e dá coerência aos discursos vinculados a esse nome. Assim, esta pesquisa busca compreender se a ausência de um nome é um problema, dentro do ciberespaço, para que seja instituída uma autoria.

Palavras-Chave: Autoria, Discurso, Identidade, Tecnologias de Informação e Comunicação.

Abstract

The research paper's purpose seeks to identify the authorship during the June of 2013 protests, found within the Facebook page Anonymous Brasil, based on the hypothesis that authorship, as a discursive function, works differently inside the aforementioned page. We'll investigate how this function worked and how the rhetoric of the protests came to be legitimized. Furthermore, we shall inquire about the role of digital technology in the spectrum of this discursive dynamic. Based on the works of areas such as discursive analysis and communication, we are able to question the possibility of an anonymous author, when according to Foucault, such function will demand a name that gives meaning, undertakes the responsibility and gives coherence to the discourse to which is bounded. That being established, this research ponders if the absence of a name is a complication for the founding of an authorship in the medium of the Cyberspace.

Key-words: Authorship, Discourse, Identity, Information and Communication Technologies.

Sumário

Introdução	9
1 – Um Nome que Governe: o autor	14
1.1 – Autoria: uma função exercida	15
1.2 – A Censura de um Autor Anonymous	19
2 – Sobre Acontecer o Impossível	25
2.1 – O impossível nas Malhas Discursivas	27
2.2 – A Acontecimentalidade do Imprevisto	30
3 – Tecnologias de Informação e Comunicação	34
3.1 – Internet – A Grande Rede de Computadores	36
3.2 – De que Maneira Estamos Conectados?	40
3.3 – A Virtualidade do Digital: um mosaico binário	46
4 – “Nós Somos Anonymous”	52
4.1 – Do Anonimato ao Anonymous	54
4.1.1 – Sendo Anônimo no Anonymous	58
4.2 – Uma Rede de Referências: de Guy Fawkes ao filme “V de Vingança”	61
4.2.1 – “Vi Veri Veniversum Vivus Vici”	62
4.3 – Anonymous Brasil: desdobramentos de um suposto anonimato	66
5 – Aspectos Metodológicos	68
5.1 – Perspectiva Discursivo-Desconstrutivista	69
5.1.1 – A Desconstrução	70
5.1.2 – Discurso em Foucault	72
5.2 – Corpus	74
6 – Resultados de Análise	78
6.1 – As Jornadas de Junho e sua Imprevisibilidade	80
6.2 – A Construção do Nome do Autor	93
6.2.1 – A Necessidade da Verdade	98
6.2.2 – Anonymous: o Golem da era Digital	109
6.2.3 – #RedeAnonymous	111
6.2.2 – Anonymous Transmediatizado	118
Considerações Finais	135
Referências Bibliográficas	143

Introdução

Viver as semanas de junho de 2013 foi uma experiência inexplicável. Vivia-se como se nada de especial fosse acontecer e como se logo os pequenos movimentos em São Paulo fossem ser esquecidos. Vivia-se um momento em que estávamos apáticos, incapacitados de sentir uma surpresa.

Já não é novidade para os estudos sociais que, nos últimos anos, as pessoas lidam com uma desconfiança generalizada. Com os diversos problemas que surgiram no decorrer da história, a falta de confiança em outras pessoas parece ser uma resposta coerente.

Não confiamos mais em nossos vizinhos, já que podem ser assaltantes em potencial; não confiamos nos bancos, pois nunca sabemos o quanto eles querem abusar de seus clientes; desacreditamos de cada palavra que o governo diz, uma vez que, em nossa cultura, ser político é sinônimo de falta de caráter. As pessoas e, em especial, o brasileiro se encontra sem um ponto de apoio, um lugar que o ajudaria a sustentar seus desejos e angústias.

Contudo, as Jornadas de Junho¹ serviram como um momento em que se podia ver, abertamente, pessoas diferentes. Brasileiros que pareciam acreditar na possibilidade de que, caso agissem juntos, o país poderia se transformar em algo melhor para todos. Presenciamos nossos amigos, familiares, professores e alunos se organizando para ir às ruas. Alguns paravam para enfeitar seus cartazes e marcar nas redes sociais onde estariam e como pretendiam protestar. Por outro lado, outras pessoas apenas saíam às ruas, sozinhas ou não, para poderem vivenciar aquele grande evento que ninguém entendia.

Bastante tempo se passou desde que os protestos aconteceram e, agora, quando nos lembramos, parece que só houve as grandes manifestações. Vale lembrar que foi o Movimento Passe Livre (MPL) que organizou as primeiras manifestações. Por se tratar de um grupo de militantes que buscava discutir o uso do transporte público, seus membros começaram um movimento contra o

¹ Não foi possível encontrar as primeiras aparições desse nome. Podemos encontrar o nome “Jornadas de Junho” referindo-se às manifestações no artigo de Lincoln Secco (2013) intitulado “Jornadas de Junho”.

aumento da tarifa do transporte público que aconteceria no mês de junho pelo governo de São Paulo.

Desde 2003, o MPL lutava “contra a exclusão urbana” (Movimento Passe livre, 2013, p. 14). Sendo assim, começaram suas mobilizações em maio de 2013 para evitar o aumento de vinte centavos na tarifa do transporte público. Porém, seus atos acabavam chamando uma quantidade pequena de manifestantes, o que não chamou a atenção da mídia. Além disso, as ações do grupo não pareciam ser uma preocupação para o governo. É possível que tal reação do grupo já fosse esperada. Apenas um efeito colateral inofensivo aos poderes em vigência.

O governo de São Paulo talvez estivesse esperando uma ação mais pacífica por parte dos manifestantes. Nesse momento, as coincidências da vida, o acaso, surgem e fazem sua jogada, encontrando todos sem reação. Contradizendo o comportamento esperado, os manifestantes passaram a compor atos mais agressivos, invadindo as ruas da cidade sem consentimento da prefeitura. Como resposta, esta utilizou um dos poucos instrumentos à sua disposição: a polícia.

O resultado do encontro entre manifestantes, lutando por uma causa em que realmente acreditavam, e uma polícia militar, despreparada para conter situações como as Jornadas, parecia inevitável. Em meio a um dos protestos, alguns manifestantes acabaram encontrando a polícia, que respondeu com violência sob a forma de bombas e tiros de borracha. Quando se percebeu, as ruas estavam cheias de manifestantes, cuja luta não se resumia a vinte centavos.

Alcançando o nível de grandes protestos como o da Primavera Árabe, seu surgimento foi uma surpresa para todos. Castells (2012 [2013, p. 7]) define bem esses protestos ao dizer que

[n]inguém esperava. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. (...) A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança

nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência.

Mais de um milhão de brasileiros ocuparam as ruas, apesar de não se encontrarem demandas sólidas. Este movimento em massa, um número até então inesperado, é que passou a ser interessante.

Na semana do dia 15 de junho, os protestos chegaram ao seu auge. Segundo Castells (2013), no Brasil, ocorreu algo semelhante à Primavera Árabe. Eram pessoas lutando por seus direitos. Não havia um controle central sobre suas ações, sendo impossível encontrar líderes. Além disso, a presença de partidos políticos era inaceitável: a turba os rejeitava. Era o Brasil lutando pelo Brasil. Castells pontua que, tanto em nosso país, quanto nos outros em que ocorreram manifestações, a prioridade era, além das melhorias, defender a dignidade de cada cidadão.

Foram dias em que a verdade estava desaparecida e as pessoas a procuravam por todos os lugares. Muitos achavam que o governo mentia e a mídia tradicional escondia a verdade, tentando acabar com a força do movimento. As pessoas encontraram um lugar de confiança dentro das Redes Sociais Digitais (doravante RSD), em que os próprios usuários produziam os conteúdos, filmando e mostrando fotos das manifestações. Alguns manifestantes até usaram seus celulares para transmitir ao vivo o que acontecia nas ruas. O problema era que esse conteúdo estava muito disperso. Ao contrário do que muitos acreditam, não estamos conectados diretamente a todos dentro da Internet.

A página “Anonymous Brasil” se transformou no ponto de encontro de mais de um milhão de brasileiros. Mesmo sem saber quem administrava a página, diversas pessoas “curtiavam”, compartilhavam, comentavam e discutiam as informações divulgadas pela página. Entre as páginas brasileiras, ela foi a que ganhou mais notoriedade. Passando a ser uma fonte de informações confiável, pois os participantes a legitimaram, a página passou a ser uma presença comum durante aqueles dias.

O termo “Anonymous” não começou a aparecer na mídia durante as manifestações. Relacionado a tantos outros eventos históricos nos últimos anos,

o termo já carregava uma história que envolve protestos e revoluções. No entanto, a página “Anonymous Brasil” (e o termo em si) passou a ganhar popularidade enquanto aconteciam as manifestações. Só na semana das manifestações, ela passou de um milhão de seguidores. Ou seja, movidas pela vontade de verdade (FOUCAULT, 1970 [2011]), diversas pessoas começaram a assumir como verdade o que era veiculado pela página sem saber se havia alguma verdade ali. Afinal, não se trata de alguém em anonimato?

A Internet é povoada pela desconfiança. Nunca se sabe se o texto lido contém informações verdadeiras ou se a pessoa com quem você conversa é realmente quem ela diz ser. Há também a falta de confiabilidade quanto ao ambiente digital em que a página está inserida.

Esse momento da história, além dos detalhes da página descrita no Facebook, levantaram questões que incentivaram o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado. Como um movimento de reflexão do próprio autor desta dissertação, buscou-se meios para tentar entender um momento importante da história do Brasil criado pelas pessoas nascidas nos anos 90 e 2000, gerações tomadas como apáticas e desinteressadas por tudo aquilo que desse trabalho. Seriam as manifestações apenas uma coincidência? Resultado de acasos e que não diziam nada de sua organização e das pessoas que foram às ruas? E, caso a Internet tenha ajudado, como foi?

Para fundamentar nosso projeto, partimos da hipótese de que a autoria, no caso da página do “Anonymous Brasil”, dentro da rede social Facebook, dá-se de maneira diferente do que foi postulado por Foucault em sua função autor (1969[2006]). Como um ponto de início para nossa pesquisa, essa hipótese nos permitiu tocar em questões como a ida das pessoas às ruas; a aglomeração virtual de pessoas na página e seu caráter marcado por um suposto anonimato.

Com o ponto de partida definido, nós precisávamos determinar uma estratégia para responder (ou não) a nossa hipótese. Assim, formulamos duas perguntas de pesquisa: 1) Como se dá a função autor e a legitimação dos dizeres sobre as manifestações ocorridas no Brasil na página “Anonymous Brasil”? e 2) Quais são as implicações do espaço virtual no funcionamento da função autor? Utilizando-as para conduzir nosso percurso analítico, chegamos à formulação desta dissertação e de seus capítulos, necessários para se explicar o que

aconteceu, dentro da internet, uma vez que há uma grande desconfiança quanto à autoridade do que é produzido dentro dela.

Em nossos dois primeiros capítulos, focamos na apresentação dos resultados de nosso estudo sobre dois conceitos-chave para nossa pesquisa: autoria e acontecimento. Mergulhando nas discussões de ambos os conceitos, buscamos formar uma base consistente que sustentaria nossa análise. Fizemos o percurso dos questionamentos e reflexões de Foucault (1969 [2006]) sobre a figura do autor e seu papel nas formações discursivas. Passamos, também, pelas considerações de Derrida (2001 [2004]) e de Foucault (1970 [2011], 1969 [2013]) sobre a questão do acontecimento.

No terceiro e quarto capítulos, apresentamos o resultado de nosso estudo sobre dois pontos que servem como condições de produção dos discursos que passaríamos a analisar. As ditas “novas” tecnologias e a representação do Anonymous fizeram parte de nosso estudo, pois acreditamos que compreender de onde a figura do Anonymous surge e o funcionamento das tecnologias digitais colaboraria para nossa pesquisa.

Explicamos os aspectos metodológicos deste trabalho no capítulo cinco. Discorrendo sobre conceitos essenciais, o discurso e a desconstrução, almejamos explicitar como a visão discursivo-desconstrutivista trabalha em nossa pesquisa.

Após esse trajeto, chega-se ao sexto capítulo, em que apresentamos os resultados de análise. Elencando alguns excertos retirados de nosso *corpus*, procuramos esclarecer nossas leituras dos dizeres e para qual resultado elas nos levaram.

Todos esses capítulos convergem para as considerações finais. Nelas, buscou-se apresentar os pontos a que se chegou a partir da análise. Longe de tentar definir, concluir algo, esperamos poder apresentar uma leitura para tais eventos e sua relação com as tecnologias digitais que possa colaborar para futuras pesquisas dentro da Linguística Aplicada ou outras áreas que busquem estudar acontecimentos distintos, em que o digital e o real se mesclam, produzindo algo a mais.

Capítulo 1 – Um Nome que Governe: o autor

Em um contexto de ação política e de revolta, muitas pessoas passam a proferir ideias e estipular objetivos. Alguns dirão que é necessário invadir a prefeitura, enquanto outros vão pedir por uma ação mais pacífica. Independentemente do que dizem, algo faz com que sejam ouvidos ou não. Ou melhor: por algum motivo, seus dizeres são legítimos ou não para os cidadãos. Há sempre um(a) autor(idade). Um autor. Este é pensado por Foucault (1970 [2011]) como uma função discursiva.

Em um momento considerado histórico por muitos, marcado por revoltados nas grandes e pequenas cidades do Brasil em junho de 2013, com milhares de pessoas indo às ruas e enfrentando a polícia, buscou-se alguém à frente do movimento. A busca foi deslocada para o ambiente digital e lá encontramos um ser sem nome, um *Anonymous*. Citado por vários, com milhares de seguidores, podemos pensar que ele seria um(a) autor(idade)?

Quando se trata da questão da autoria, o nome (ou a ausência dele) teve, desde o século XVIII, um valor inestimável. Em algumas épocas, era indiferente saber ou não quem havia escrito um certo poema ou um tratado filosófico. Já, a partir do século XVIII, o nome marcava e amarrava uma pessoa às palavras proferidas.

O século XXI é marcado por seus sujeitos (pós)modernos, cujas relações com o outro e com os objetos passaram por transformações. O nome já não tem o mesmo valor que tinha no século XX. Transformações ocorreram na maneira com que os sujeitos lidam com o mundo à sua volta. Como, então, lidamos com o nome?

No contexto da internet, foco deste trabalho, o nome passa a ser alvo de uma preocupação: podemos relacioná-lo a alguém que realmente existe? Os tempos mudaram, mas não nos despregamos, totalmente, do desejo de saber o nome. Sentimos a necessidade de tê-lo em nossas mãos para, assim, poder tratar algo como conhecido, como delimitado, palpável, o que acarreta um controle sobre ele, sobre suas ações, legitimando-as ou não.

Durante as manifestações de junho de 2013, intitulada “Jornadas de Junho”, não só as autoridades como também a população procuravam algum suposto responsável, algum(a) autor(idade) que dissesse, indiretamente, o quão legítimas eram aquelas manifestações. Só assim parecia que as pessoas iriam saber o que fazer. Elas procuravam algo para direcioná-las: um nome.

A página “Anonymous Brasil” passou a ser um dos pontos de encontro das pessoas. Várias vezes fora alvo, durante a manifestação, da polícia e da própria censura do Facebook, na tentativa de controlar quem eles supunham ser os responsáveis por tudo o que acontecia no país por estimular as ações e divulgar informações relacionadas às manifestações. Via-se que a repressão da página só a colocava em mais destaque, concedendo a ela um papel importante durante aqueles dias. As pessoas liam, compartilhavam e discutiam suas postagens.

Considerando a posição que a página “Anonymous Brasil” ocupou durante os atos, seria possível que seus dizeres, postagens feitas todos os dias, fossem legítimos, para os leitores, a ponto de convencê-los a irem às ruas? Logo, tratar-se-ia de um autor?

Michel Foucault (1969 [2006]; 1970 [2011]) trabalha com a ideia de que o autor, longe de ser um indivíduo, é uma função discursiva. Servindo como um eixo para os dizeres, o autor é um mecanismo importante nas ordens discursivas.

Um dos pontos que Foucault ressalta, ao estudar a figura do autor pela história, é que o nome do autor se torna necessário, quando um sujeito jurídico precisa ser responsabilizado pelo que diz. Porém, precedendo a questão jurídica, há a função de produzir sentido. Acima de tudo, a função autor dá coerência aos discursos aos quais está vinculada. Para se ter esse(a) autor(idade), um nome é necessário: o nome do autor. Entretanto, como lidar com o caso de um autor *anonymous*?

1.1– Autoria: uma função exercida

Em meio ao funcionamento da ordem discursiva, os discursos são controlados pelos mais diversos mecanismos. Por ter um funcionamento rizomático, crescendo, conectando-se sem uma lógica aparente, os discursos

formam uma malha, uma rede que precisa ser regulada. Uma das maneiras para regulá-los é a partir de um nome. Uma posição que, ao ser ocupada por algum nome, garante a este que seus dizeres passem a ser significados, constituídos por aquilo que a posição do autor pode representar dentro de uma formação discursiva (doravante FD) específica. Servindo de exemplo, pode-se pensar nos textos de Foucault: a pessoa, Michel Foucault, morreu, foi apagada, sobrando, apenas, o nome. Quando se lê um texto que remete ao nome de Foucault, passa-se a ter um outro olhar. Assume-se uma perspectiva, a qual produzirá sentido ou não nos dizeres por ele emitidos.

O nome do autor proporciona uma maneira supostamente coerente de organização para os textos, um olhar que seria condizente com a dita obra de Foucault, seus pensamentos e suas críticas. Para Foucault (1969 [2006]), o autor é o ponto em que as contradições são reduzidas, enquadradas em uma perspectiva que, de acordo com Derrida (2002[2012], p. 73),

[é] a visão do olhar que, ao pôr em perspectiva, seleciona. (...) A perspectiva deve ficar cega a tudo o que está excluído da perspectiva; para ver em perspectiva, é preciso negligenciar, é preciso ficar cego a todo o resto; o que acontece o tempo todo. Um ser finito só pode ver em perspectiva e, portanto, de maneira seletiva, excludente, enquadrada, no interior de uma moldura, de uma borda que exclui.

Como o filósofo Derrida afirma, não há outra maneira de um sujeito enxergar: seu olhar sempre irá excluir. No caso do nome de autor, ao assumir sua perspectiva, acabamos enquadrando os sentidos, delimitando-os.

Um dos objetos de interesse do filósofo Michel Foucault (1969[2006]), a escrita se constitui como um espaço onde o autor está destinado a desaparecer. A relação entre escrita e morte, apagamento do autor, é trabalhada por Barthes² (2004) e Foucault prossegue com a questão em seu texto “O que é um autor?”, que retoma contos antigos, como as epopeias gregas e as histórias que compõem *As Mil e Uma Noites* para exemplificar como a escrita se mostrou, em várias culturas, um instrumento utilizado para afastar a morte, o esquecimento,

² Em seu texto “A Morte do Autor”, Barthes (2004) discute a função do leitor como aquele que constrói o sentido e que tem um custo para existir: a morte do autor.

os perigos. Em uma relação irônica, a escrita mata o autor, a autor(idade), pois a função de criar o sentido foi designada ao leitor e não mais ao autor.

É importante pontuar que a morte não é de um indivíduo. A autoria foucaultiana não tem a ver com a pessoa nem com um nome próprio. Pelo contrário, ela tem a ver com o autor que, ao contrário do nome próprio, “bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho” (1969[2006], p.45).

Atualmente, talvez seja em meio ao conteúdo produzido na Web que podemos identificar traços, vestígios de uma prática que tenta afastar o esquecimento. Cada texto, imagem, vídeo funcionariam como “pílulas de tempo próprio congelado e parado, faíscas do próprio presente sempre *presentificadas*” (SIBILIA, 2005, p. 47). Milhares de *blogs*, perfis em RSD podem ser lidos como um desejo do sujeito de não ser esquecido. Dentro do espaço digital, encontra-se a possibilidade de se trabalhar com mais de uma mídia. Entretanto, novamente, o ato não garante a vida eterna, não dá certeza de sobrevida. É possível que a mesma potência de criação dos meios digitais, como a Web, só potencialize a violência do arquivo no qual, em seu funcionamento, vemos a vida e a morte dialogando a todo momento. Ao mesmo tempo em que um arquivo guarda, dá continuidade à memória, ele mata aquilo que não faz parte do que será preservado. Há sempre um sacrifício para que outros elementos sejam preservados (DERRIDA, 1995 [2001]).

Contudo, por mais que o autor seja esquecido em alguns momentos, a função autor, que é formada através de “uma série de operações específicas e complexas (...) podendo dar lugar a vários ‘eus’” (FOUCAULT, 1969[2006], p.56), não funciona de maneira universal, segundo o filósofo, dando margem para que o autor se torne importante. Esta função será necessária em algumas épocas, enquanto, em outras, alguns discursos passam a ser recebidos sem se relacionarem a um nome. Foucault exemplifica esse evento com o fato de que, nos séculos XVII ou XVIII, os discursos científicos não precisavam ser atribuídos a alguém para garantir sua legitimidade. Diz que é a “sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu” (1969 [2006], p. 49), ou seja, os discursos científicos pertenciam a um paradigma.

Independentemente dessas mudanças, há sempre algo que exerce a função autor e que é conectado a diversos discursos. Para que estes sejam legitimados, eles são ancorados nesse nome, servindo como um eixo. Dentro da grande rede de discursos que se forma, podemos colocar o nome do autor em paralelo com um *hub*. Por definição, o *hub* é um ponto de conexão, dentro de uma rede, pelo qual passa um número maior de conexões, do que nos outros pontos. É a partir do *hub*, ou do nome do autor, que se é conectado a certos discursos mais rapidamente do que a outros.

O filósofo caracteriza o autor como um dos mecanismos de controle interno do discurso,

[v]isto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso. (FOUCAULT, 1970[2011], p. 21)

Se o nome do autor (re)estrutura, classifica, (re)agrupa, recorta, cola textos (FOUCAULT, 1969[2006]), como podemos lidar com o fato de que o nome, na página do Facebook, está, aparentemente, em anonimato? Seria o caso de um nome, no caso “Anonymous”, que nomeia um sem nome?

Ao serem lidos, os textos serão recebidos, vistos, segundo certos parâmetros relacionados ao nome do autor: ao se saber quem escreveu e em qual contexto, os significados podem ser delimitados. Assim, diminui-se a possibilidade de um acontecimento emergir. Movimentos interpretativos são restringidos por esses aspectos relacionados ao nome do autor. Entretanto, a atribuição de quem escreveu não é apenas a ligação de um texto a um indivíduo. É na criação de um construto coerente que se dá o nome de autor. Um construto que é ponto de encontro de vários discursos, conectando-os, transformando o autor em um *hub*, ponto dentro de uma rede, com o maior número de conexões.

Mas, de facto, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz do indivíduo um autor) é apenas a projecção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como

pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efectuamos. Todas estas operações variam consoante as épocas e os tipos de discurso. (FOUCAULT, 1969[2006], p. 50-51)

A função autor é, como tentamos discorrer neste tópico, parte do funcionamento de uma ordem discursiva. Longe de ser uma “pura e simples reconstrução que se faz em segunda mão a partir de um texto tido como um material inerte” (FOUCAULT, 1969 [2006], p. 54), o autor é sempre marcado no texto através de um certo número de signos, como os pronomes pessoais e a conjugação verbal. Estes não apontam para um indivíduo, mas, sim, para uma construção “cujas distâncias podem ser maiores ou menores e variar ao longo da própria obra” (1969 [2006], p. 55). Contudo, com a inserção dos computadores e da tecnologia digital que permitem a produção de textos por diversas pessoas, a que autor esses dizeres remetem?

A página “Anonymous Brasil” foi retirada do ar, durante as manifestações, mais de uma vez. Marcada pela intervenção da polícia, esses episódios marcavam a página e seus administradores como alvos da censura, interdição que pôde construir uma representação dos administradores, em conjunto com a página, como transgressores da ordem válida. Foucault lembra que o autor é necessário a partir do momento em que os discursos passam a ser transgressores. Desde então, procura-se um nome que pode ser responsabilizado, judicialmente, pelos discursos aos quais seus dizeres se vinculam e é isso que aconteceu com a página “Anonymous Brasil”.

1.2– A Censura de um Autor Anonymous

A maneira com que os dados são tratados digitalmente viabilizou um aumento nas possibilidades de criação. O poder de modelar qualquer tipo de arquivo (áudio, texto, imagem, etc.) fez com que qualquer um, com um computador e certo conhecimento técnico, conseguisse modificar, *remixar* e criar textos novos. Com o advento da Internet e, logo depois, da Web, foi possível recolher material produzido por pessoas de todo o globo para usar em sua

própria criação. Como Lawrence Lessig (2008) comenta, a prática de produzir conteúdo a partir do trabalho de outras pessoas é uma prática necessária para sustentar as produções culturais. Além disso, não só se poderiam criar trabalhos mais facilmente, mas também distribuí-los rapidamente pelo mundo. Como consequência, começam a surgir problemas relacionados à autoria, aos direitos daquele que produz algo e que foi copiado, transformado por outro. Sendo assim, leis foram criadas, como o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), para punir, no meio digital, aqueles que utilizam o trabalho de outro sem citar o autor original.

Em alguns momentos da história, como a época em que o Brasil era regido pela ditadura militar, as questões autorais tinham uma aplicação diferente. Por exemplo, pautas deveriam ser lidas e aprovadas antes de se transformarem em programas. Músicas eram proibidas de serem executadas e “diversos artistas estavam morando fora do país, em exílios voluntários ou forçados” (CAROCHA, 2006, p. 194). Suas canções eram vistas como perigosas, pois incitavam questionamentos sobre o governo e acendiam o desejo de mudança.

Há algum tempo, o Brasil já não é oprimido por uma ditadura militar e a censura já não é a mesma. Contudo, ainda há controle sobre o que se diz ou escreve. Com a popularização da web, esses mesmos princípios de interdição se aplicam, por mais que exista a crença de que a rede de computadores é um espaço livre de qualquer poder. Assange³(2012 [2013], p. 27) afirma o caráter não democrático da internet. De acordo com o autor,

[a] internet, nossa maior ferramenta de emancipação, está sendo transformada no mais perigoso facilitador do totalitarismo que já vimos. (...) Se nada for feito, em poucos anos a civilização global se transformará em uma distopia da vigilância pós-moderna, da qual só os mais habilidosos conseguirão escapar. Na verdade, pode ser que isso já esteja acontecendo.

A possibilidade de criação é, dentro da Internet, tão grande quanto a de controle. Em outras partes do mundo, durante manifestações, pudemos ver o Estado tentando controlar os protestos desativando qualquer conexão dentro do país, como ocorreu na Primavera Árabe.

³ Criador do WikiLeaks e ciberativista.

Os protestos que compuseram a Primavera Árabe aconteceram por diversos países do Oriente Médio no ano de 2011. Buscando, principalmente, condições melhores de vida e um governo democrata, as pessoas se levantaram contra os ditadores que, até então, pareciam invencíveis. Podemos considerar o que o filósofo esloveno Slavoj Žižek diz sobre os protestos do Egito como uma definição de toda a Primavera. De acordo com o filósofo (2012 [2012], p. 74),

[o] levante egípcio também é o sinal em que reverbera a memória do longo *passado* de opressão autoritária e luta por sua abolição; um evento que *agora* mostra a possibilidade de uma mudança; uma esperança de *futuras* realizações. Independentemente de nossos medos, dúvidas e compromissos, naquele momento de entusiasmo cada um de nós estava livre e participava da liberdade universal da humanidade.

As lutas que começaram na Tunísia encontram na morte de Mohamed Bouazizi seu gatilho. O jovem tunisiano vendia frutas e legumes para que pudesse ajudar sua mãe e seus irmãos. No entanto, o carrinho em que carregava sua mercadoria foi confiscado. Como última opção, foi à sede do governo regional pedir ajuda ao governador, mas seu pedido foi recusado. Em um ato de desespero, o jovem de 26 anos ateou fogo ao próprio corpo no meio da rua. Tão grande foi o movimento do povo contra o presidente Ben Ali que este decidiu cortar a conexão de internet do país inteiro, procurando, assim, desestabilizar a organização dos protestos.

Nas Jornadas de Julho de 2013 no Brasil, a intervenção do Estado buscou um(a) autor(idade), um responsável pelo comando do movimento que pudesse ser facilmente neutralizado. Muitas páginas e blogs foram criados naquela ocasião, sendo que alguns deles foram excluídos ou desativados como medida de controle.

Percebe-se aí outra característica da função autor que, como definida por Foucault (1969[2006], p. 56), está “ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos”. Ou seja, faz parte do mecanismo a intervenção jurídica para, assim, controlar, delimitar os efeitos de

sentido. Nem todo dizer será permitido, os sentidos são restringidos, limitando sua movimentação e circulação.

Como, então, o jurídico, contido na relação da função autor, seria aplicado dentro da Web, dentro de uma RSD em que os rastros se perdem, confundem-se com tantos outros e surgem, por outro lado, como novos e nunca antes vistos? No caso específico da página “Anonymous Brasil”, seria possível atribuir a responsabilidade de um conteúdo a um nome de um sem nome? Ou aos administradores, cujos perfis e dados pessoais estão cadastrados dentro do servidor do Facebook? Ou, talvez, aos seguidores e comentadores das páginas que aproveitam o espaço para se manifestar e divulgar eventos?

Dependendo de como as leis do país lidam com isso, qualquer pessoa que, explicitamente, diga algo considerado ilegal pode ser levado a julgamento. Pessoas foram processadas por pronunciamentos em seus perfis pessoais em redes sociais, como aconteceu com uma estudante que, há alguns anos, após a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2010, compartilhou uma mensagem preconceituosa, relacionada às pessoas que moram no nordeste do país. Sua mensagem, escrita no Twitter, foi alvo dos próprios usuários da rede, como, também, da justiça que a denunciou por crime de discriminação.

O conteúdo compartilhado pelos administradores da página “Anonymous Brasil” não apresentava mensagens diretas, mas (como será mostrado nos resultados de pesquisa) pode-se supor que, em seus dizeres, discursos de rompimento, de revolução emergem. Isto caracterizaria o início da busca por alguém responsável por esses dizeres. Como Foucault (1969[2006], p. 47-48) explica,

[os] textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores. (...) Assim que se instaurou um regime de propriedade para os textos, assim que se promulgaram regras estritas sobre os direitos de autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução (...), foi nesse momento que a possibilidade de

transgressão própria do acto de escrever adquiriu progressivamente a aura de um imperativo típico da literatura.

Seriam os administradores os que ocupariam a função de autor se escondendo atrás da máscara do Anonymous? Seria fácil, para qualquer perito de segurança digital, identificar os donos dos perfis dos administradores da página. Além disso, o nome de cada pessoa, na Internet, passou a ser uma sequência de números chamada de IP⁴. Mesmo criando um perfil falso, seria possível identificar qual computador foi utilizado para fazer alguma postagem e, a partir disso, chegar até o responsável.

Como, então, estar em anonimato dentro de uma RSD? Muitos se servem da criptografia. Essa, porém, não é um tipo de prática utilizada pelos usuários desses sites. Talvez, pelo fato de que parte dos usuários não consegue ver o cenário de maneira mais ampla, eles acabem não percebendo a relação entre comunicação e controle. Julian Assange (2012 [2013], p. 43) considera que

temos agora uma maior comunicação *versus* uma maior vigilância. Uma maior comunicação significa que temos mais liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso e uma maior vigilância significa exatamente o contrário.

Ou seja, mesmo com maiores possibilidades de criação, de divulgação, o controle do discurso pelo sistema jurídico se amplia. Logo, os órgãos que poderiam monitorar o Facebook saberiam quem são os administradores da página “Anonymous Brasil”, os seguidores e onde eles moram. Entretanto, mesmo sendo mais fácil identificar o usuário, não está mais fácil controlar a dispersão dos sentidos dentro da rede. A Internet é constituída por vários nós e apenas alguns deles têm várias conexões. Caso algo aconteça com algum desses *hubs*, a própria rede vai se reestruturar para manter a informação circulando. Toda essa estrutura só dificulta e, ao mesmo tempo, convida-nos a refletir sobre a função autor. Em tamanha rede, com tantos nós, como identificar

⁴ O *Internet Protocol* (IP) seria uma identificação de qualquer dispositivo dentro de uma rede, sendo uma sequência numérica única para cada um.

um ponto de coerência? Como responsabilizar alguém se as possibilidades são múltiplas?⁵

Buscaremos discutir mais à frente, no item que versa sobre os resultados da análise, essa questão e, também, se a função autor, como Foucault a concebeu, com seu caráter jurídico em meio à dinâmica em que o autor se insere, se mantém no caso do Anonymous

Para embasar melhor nosso olhar sobre as Jornadas de Junho de 2013, buscamos subsídios teóricos para poder lidar com esse fato histórico tão inesperado. A seguir, discutiremos a noção de acontecimento em Derrida (2001 2004] e acontecimento discursivo, a partir de Foucault (1969[2013]).

⁵ O conceito de *hub* e estruturas de rede são trabalhados no “Capítulo 3 – Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Capítulo 2 – Sobre Acontecer o Impossível

Parece que alguns momentos da história não poderiam ter acontecido de outra maneira. As condições eram tão propícias para se agir, falar e pensar certas questões que dificilmente conseguiríamos criar o mesmo cenário em outro momento. Assim podemos ver muitos dos momentos pelos quais alguns países passaram nos últimos anos: Primavera Árabe, os protestos dos Indignados, Occupy Wall Street, as Jornadas de Junho e, uma das mais recentes, a Revolução dos Guarda-Chuvas, ou, como alguns chamaram, a Primavera Asiática. Inicialmente, todos esses movimentos eram surpreendentes, ou melhor, a magnitude desses eventos era surpreendente, uma vez que não era novidade para esses países que protestos acontecessem. Durante o ano, alguns grupos se juntaram para reivindicar algumas questões específicas, com alguns cartazes em frente a prédios importantes. Pode ser que suas vozes chegassem até ao jornal local, a algumas páginas da Web ou, por alguns segundos, alcançassem a rede nacional. Entretanto, elas nunca chegaram a derrubar uma ditadura.

Antes das Jornadas de Junho de 2013, cujo auge se deu na última quinzena do mês, alguns pequenos protestos já aconteciam em São Paulo, pedindo a diminuição do preço das passagens de ônibus, por exemplo. Encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (doravante MPL), as manifestações iniciais não contavam com mais de duas mil pessoas⁶. O número de pessoas, depois de alguns dias, aumentou consideravelmente, chegando a trezentas mil pessoas. Um número alto, mas nada que fosse diferente para protestos que funcionavam como passeatas, cujas características envolvem uma liderança e uma reivindicação explícita.

Foi no dia 20 de junho que, depois de quase duas semanas de protestos, mantendo uma média de trezentas mil pessoas, o número ultrapassou três milhões de pessoas nas ruas que se organizavam, de maneira inédita, sem liderança de pessoa ou de instituição. A coalizão dessas pessoas foi acompanhada pela colisão de múltiplas reivindicações.

⁶ Estimativa dada pela Polícia Militar.

É exatamente por isso que, para pensar no que foram as manifestações de junho de 2013 e as ações que se desencadearam a partir do que aconteceu naqueles dias, buscamos em Derrida (2001[2004]) e em Michel Foucault (1970[2011]) um apoio para nossa tarefa.

É na (pós)modernidade⁷, uma parte da história que é, como afirma Kehl (2004, p. 142), “comandada pela lógica do capital, cujos membros obedecem a uma ética bizarra”, que encontramos a ausência da formação de laços entre as pessoas. O sociólogo Zygmunt Bauman (2003 [2004]) comentou sobre a “dificuldade de amar o próximo” e Turkle (2011) mostrou como buscamos em robôs uma maneira de estar sozinhos, mas juntos. Como a autora (2011, p.9) descreve,

eu encontro pessoas dispostas a considerar seriamente robôs, não apenas como bichos de estimação, mas como possíveis amigos, confidentes, ou até mesmo parceiros românticos. Não parecemos nos importar sobre o que essas inteligências artificiais “sabem” ou “entendem” dos momentos humanos que nós compartilhamos com elas. Neste momento robótico, a representação de se estar conectado parece ser o suficiente.⁸

Logo, a presença de pessoas, até então distantes, formando um grande coletivo, fez com que muitos se surpreendessem. O país não acreditava no que estava acontecendo e muito menos entendia como tudo aquilo havia começado. Já os políticos, não sabiam como lidar com a situação, uma vez que procuravam responsáveis pelas manifestações, mas não encontravam um ponto único que sustentasse as ações dos manifestantes. Algo de único acabava de ocorrer em solo brasileiro e ele iria marcar a todos os que presenciaram o país todo se movimentando, agindo. Em meio às manifestações, a expressão “o gigante

⁷ O conceito de (pós)modernidade é considerado, neste trabalho, não como um momento posterior e que nega a modernidade. Pelo contrário, ser “pós” ainda exige ser “moderno”, estabelecendo uma coexistência das relações (pós)modernas. A concomitância entre modernidade e o momento posterior levou-nos ao uso dos parênteses

⁸ Tradução minha. Em inglês “I find people willing to seriously consider robots not only as pets but as potential friends, confidants, and even romantic partners. We don’t seem to care what these artificial intelligences “know” or “understand” of the human moments we might “share” with them. At the robotic moment, the performance of connection seems connection enough.”

acordou” foi utilizada como metáfora para esse momento⁹. Assim, paramos para refletir se o ir às ruas de milhares de brasileiros não seria o próprio acontecimento, o que irrompe e rompe o (im)possível, segundo Derrida (2001 [2004]).

2.1 – O Impossível nas Malhas Discursivas

Para compreender como e porquê certos enunciados apareciam em determinados momentos da história, Michel Foucault (1969, 1970) desenvolveu a noção de acontecimento discursivo. Para isso, ele trabalhou com a noção de Formação Discursiva (doravante FD), em que as regularidades constituiriam os dizeres. Pretendemos discorrer sobre esses conceitos para melhor compreender as práticas discursivas encontradas nos comentários dos seguidores da página “Anonymous Brasil”.

Ao descrever os interesses da arqueologia, Foucault (1970 [2011a]) discorre sobre a importância da descontinuidade, da ruptura. Indo na direção contrária dos estudos da história das coisas, ele propõe que é fundamental considerar as circunstâncias em que um dizer foi possibilitado. Podemos considerar que a transformação dessas circunstâncias gere um acontecimento.

De acordo com o filósofo (1969 [2013]), existem diversos níveis de acontecimentos no plano do discurso, como: os enunciados, pois sua emergência é singular; o aparecimento de objetos que são “nomeados, circunscritos, analisados, depois corrigidos, novamente definidos, contestados, suprimidos” (FOUCAULT, 1969 [2013], p. 50), entre outros. O enunciado nada mais é do que um acontecimento discursivo. Ele

é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir. Essa singularidade, entretanto, deixa passar um certo número de constantes - gramaticais, semânticas, lógicas - pelas quais se pode, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a

⁹ Apresentamos uma análise da ideia do “gigante” no capítulo 6.

forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição.
(FOUCAULT, 1969 [2013], p. 123-124)

Os enunciados, tomados como elementos descontínuos, passam a constituir o que Foucault (1970 [2011]) trata como discurso, já que, para ele, os discursos devem ser tratados “como conjuntos de acontecimentos discursivos” (1970[2011], p.57). Contudo, esses enunciados precisam conter as mesmas regularidades, serem constituídos pelas mesmas regras de formação. Assim, acaba-se com a ideia de que há um contínuo da história e dos dizeres. Na verdade, o enunciado é criado, a partir de uma formação discursiva.

Há, contudo, um acontecimento de natureza diversa e de maior importância para os estudos arqueológicos. A partir desse acontecimento, há uma grande mudança, pois se dá a “substituição de uma formação discursiva por outra (ou do aparecimento e do desaparecimento puro e simples de uma positividade)” (p. 208). As regras que sustentavam certos enunciados se transformam, mudando as condições para que eles apareçam e a própria produção de sentido. Assim, a ilusão da história formada por continuidades é quebrada, apresentando a descontinuidade da história e dos discursos.

Formada por elementos discursivos e não discursivos, uma FD é o referencial dos enunciados. É ela quem determina o lugar, as condições de emergência e o que poderia ser dito ou não. Segundo Foucault (1969[2013], p. 155), ele procura, em seus estudos,

um a priori que não seria condição de validade para juízos, mas condições de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem.

As FD são identificadas, de acordo com o filósofo, quando se encontram regularidades, ou seja, “uma ordem, correlações, posições e fundamentos, transformações” (1969 [2013], p.47).

Longe de se tratar apenas de palavras, Courtine (2011 [2013]) aponta que a FD se baseia, também, em "imagens e práticas; não somente palavras, mas igualmente coisas, e os olhares que as captam" (p. 79). São essas palavras e gestos que explicam a aproximação de elementos descontínuos. Para Foucault (1966[2011], p. XI), "o impossível não é a vizinhança das coisas, mas é o lugar mesmo onde elas poderiam avizinhar-se". Ou seja, é necessário que se tenha condições para que os enunciados apareçam e sua dispersão seja controlada.

Pensar no aparecimento ou desaparecimento de uma formação discursiva é considerar uma ruptura, série de transformações que provocam uma novidade, um inédito a partir da produção de sentidos possibilitada por essa nova formação discursiva. Essa transformação causaria uma atualização do presente. A novidade está na historicidade do enunciado, ou seja, no momento da enunciação. É neste ponto que podemos encontrar o acontecimento importante para a arqueologia. Este não se anuncia em um texto direto, mas cabe à arqueologia procurar, nas dispersões, as novas regras que o possibilitaram.

O acontecimento pressupõe uma relação entre um passado, um já-dito, e o novo. Podemos tomar o discurso como um "acontecimento na estrutura" (ANDRADE, 2008). Isto se dá, pois a estrutura em que os novos sentidos podem emergir é e pode ser a mesma. Entretanto, as condições para um dizer foram transformadas e os sentidos, deslocados. Vale lembrar que, segundo Foucault (1969 [2013], p. 210),

[d]izer que uma formação discursiva substitui outra não é dizer que todo um mundo de objetos, enunciações, conceitos, escolhas teóricas absolutamente novas surge já armado e organizado em um texto que o situaria de uma vez por todas; mas sim que aconteceu uma transformação geral de relações que, entretanto, não altera forçosamente todos os elementos; que os enunciados obedecem a novas regras de formação e não que todos os objetos ou conceitos, todas as enunciações ou todas as escolas teóricas desaparecem.

Caso alguém comente, na página do "Anonymous Brasil", "Vamos à rua" ou "O Gigante acordou", durante um período de manifestações, produz-se um

efeito de sentido diferente do que ler as mesmas palavras em uma carta pessoal há dez anos, pois essa representação ainda não havia sido construída. Os comentários teriam sido feitos em momentos histórico-sociais diferentes e, conseqüentemente, estariam inseridos em FD diferentes.

Pensemos em como a ida das pessoas às ruas, em junho de 2013, possibilitou um dizer de revolução. Um dizer em que se desenhava uma nova representação do brasileiro? Quais as condições que também possibilitaram esses protestos que passaram a ser vistos como uma atitude nova e inesperada?

Uma vez que o acontecimento discursivo propaga as regularidades da FD segundo a qual foi possível, esperamos encontrar tais regularidades nos dizeres da página “Anonymous Brasil”. Isso possibilitaria a compreensão, mesmo que parcial, da emergência de certos dizeres que entrariam nos jogos discursivos disseminados na rede social Facebook.

2.2 – A Acontecimentalidade do Imprevisto

Como vimos anteriormente, para Foucault, um acontecimento pode ser discursivo, como enunciados, ou de natureza arqueológica, como a mudança da FD. Entretanto, seus estudos consideram, assim como foi apontado anteriormente, os acontecimentos relacionados aos discursos e suas rupturas. Necessitamos pensar no próprio ato dos manifestantes e a ideia de que esse foi objeto de assombro para todo o país. Sendo assim, procuramos compreender o conceito de acontecimento a partir de Derrida (2001 [2004], 2002 [2012]), que vai além da compreensão de acontecimento via plano discursivo.

As Jornadas de Junho de 2013 foram vistas, assim como tantas outras manifestações pelo mundo, como algo surpreendente, algo que se deu sem uma organização, sem líderes e que ninguém estava esperando (CASTELLS, 2012 [2013]). Quão imprevisíveis, porém, foram as Jornadas?

O filósofo Jacques Derrida trabalha uma ideia de acontecimento, marcada, principalmente, pela característica de sua (im)possibilidade. O acontecimento tem como condição de possibilidade o seu caráter de impossível. Se o que aconteceu está no campo do possível, do previsto, do *pré-visto*, não pode ser

concebido como um acontecimento. Como o autor afirma, o acontecimento possível tem sua acontecimentalidade “neutralizada, precisamente, amortecida, detida pela antecipação” (2002 [2012], p. 70).

A acontecimentalidade de algo, ou seja, sua condição de algo surpreendente, de algo novo, pode ser anulada ao entrar no horizonte logocêntrico contemporâneo. Muitas das manifestações podem ser, para muitos, um grande acontecimento histórico. Entretanto, é preciso contestar seu estatuto de novidade, partindo da ideia de que o acontecimento provoca uma ruptura com o possível. Ele só será digno desse nome, então, se for um “acontecimento disruptivo, inaugural, singular, na medida em que precisamente não o vemos vir” (DERRIDA, 2002 [2012], p. 70).

A ruptura causada por esse acontecimento traria mudanças conceituais, já que uma nova lógica seria estabelecida. Deslocamentos de sentidos ocorrerão e esse “novo conceito terá mudado até a essência e até o nome do que chamamos hoje de o “pensamento”, o “conceito”, e o que queríamos dizer com “pensar o pensamento”, “pensar o pensável” ou “pensar o conceito”” (DERRIDA, 2001[2004], p. 38). Essa mudança se dá, pois o que acontece, acontece a alguém: seria uma experiência.

De acordo com o filósofo, a experiência seria algo difícil para ser assimilado pelo sujeito, porque ela fugiria do alcance do que é lógico. Em seu trabalho, o filósofo Giorgio Agamben (1978[2012]) aponta o quanto a experiência foi expropriada pela ciência moderna que, ao seguir a lógica, produz sempre uma explicação racional para tudo, ampliando o seu horizonte de possibilidades. Essa prática, tão marcada nos tempos (pós)modernos, dificultaria a experiência de ordem estésica. Sendo assim, o impossível que se torna possível precisa ser da ordem do não-lógico. Derrida afirma que a

[e]xperiência não se deixa facilmente assimilar previamente em uma ontologia ou em um *logos* qualquer: a experiência do pensamento é uma experiência sem carta ou mapa geográfico, uma experiência exposta ao acontecimento no sentido que precisei há pouco, isto é, à vinda do outro, do radicalmente outro, do outro não apropriável. (2002 [2012], p. 80)

Para Derrida (2001 [2004]), o acontecimento, esse outro impossível de ser apropriável tem uma relação paradoxal com uma repetição, uma máquina. Ele afirma saber a impossibilidade de pensar um acontecimento singular relacionado a uma estrutura de repetição. Entretanto, segundo o autor, ao se aproximarem esses conceitos, “não se terá apenas (digo realmente não apenas) produzido uma nova lógica, uma forma conceitual inusitada” (DERRIDA, 2002 [2012], p. 87). O resultado não será concebível pela razão, resultando em uma monstruosidade, algo aterrorizante e desconhecido.

Pontuamos duas descrições encontradas no dicionário Michaelis sobre o termo “máquina”. Na primeira, máquina constitui um “aparelho ou instrumento destinado a produzir, dirigir ou comunicar uma força, ou aproveitar a ação de um agente natural”. Já no segundo, ela é um “conjunto dos meios que concorrem para determinado efeito”. Em ambas, interpretamos a máquina como algo cujo sentido se dá no agir de um outro. Do contrário, a máquina em si não funciona. É necessário o orgânico no inorgânico: um in-orgânico.

A estrutura, a *mekhané*, é vista como algo inorgânico para o autor, ao contrário do acontecimento que é orgânico, vivo. A máquina estaria

fadada à repetição. Ela estaria destinada a reproduzir impassivelmente, insensivelmente, sem órgão nem organicidade, a ordem recebida. Em estado de anestesia, ela obedeceria ou comandaria, sem afecção nem auto-afecção, como autômato indiferente, um programa calculável. Seu funcionamento, quando não sua produção, não precisaria de ninguém. (DERRIDA, 2001[2004], p. 37)

Há, realmente, uma contradição na relação acontecimento-máquina. Entretanto, deve-se pensar que, ao romper o possível, ao ir além da estrutura inorgânica da máquina, o acontecimento a rompe e irrompe. Efetua, assim, um corte na estrutura que, posteriormente, iniciará uma outra repetição, uma outra lógica. Para Derrida, a “máquina é um efeito de corte tanto quanto uma causa de corte”, pois sem a estrutura que repete aquilo que é possível, a partir da lógica vigente, não haveria o impossível. O que é novo e inesperado só o é partindo de

uma relação de alteridade, nova e diferente, com o que já se concebe como “comum”.

Direcionando o olhar, agora embasado pela teoria de Derrida (2001 [2004]), para as Jornadas de Junho de 2013, poderíamos concebê-las como um acontecimento derrideano? Algo que irrompe para o sujeito fora de sua linha do horizonte? Para buscarmos indícios de um acontecimento impossível derrideano ou uma mudança de FD foucaultiana, investigaremos a materialidade linguística dos comentários da página “Anonymous Brasil”, mais adiante.

Capítulo 3 - Tecnologias de Informação e Comunicação

Seguindo a temática cyberpunk que se iniciou com William Gibson com seu livro *Neuromancer*, os irmãos Wachowski apresentam um novo marco da produção cultural. No ano de 1999, o filme *Matrix*¹⁰ foi lançado trazendo não só uma revolução nos efeitos especiais, como uma discussão sobre realidade, ser humano e sua relação com suas criações. Seu protagonista alcança (assim como as inteligências artificiais em *Neuromancer*) um novo patamar ao se fundir à *Matrix*, o grande programa criado pelas máquinas para controlar os humanos. O quanto estaríamos perto desse “pós-humano”?

Os computadores e outros *devices* de informação e comunicação estão em todos os lugares nos dias de hoje. Seja dentro de casa, em nossas roupas, eletrodomésticos e até mesmo dentro de nossos corpos. Com o projeto como a Internet das Coisas, por exemplo, cujo objetivo é conectar à rede da internet não só os computadores e celulares, mas vários elementos da vida moderna, vemos que a presença da internet não tem limite estipulado.

Muito se discute sobre as práticas que surgiram a partir do advento da internet e das redes sociais digitais. O computador deixou de ser apenas uma evolução da máquina de escrever e passou a ser algo muito mais complexo: uma metamídia (SANTAELLA, 2013). Contendo tantas possibilidades, esse artefato transformou nossas relações com os outros e como lidamos com os objetos. O ciberespaço deixou de ser um lugar apenas para as máquinas, tornando-se híbrido (SANTAELLA, 2013).

O professor Santos (2003 [2011]) discute, em uma palestra, o caso de uma moça chamada Mariko Ito. Como tantas outras pessoas, Mariko vive uma vida dupla. Durante o dia, ela trabalha, convive com seus colegas e faz seus deveres. No tempo livre, ela vive outra vida. Dentro de uma comunidade virtual, segundo

¹⁰ Filme lançado no ano de 1999, cuja história se passa em um futuro distópico, em que as máquinas dominaram o mundo e controlam os humanos, mantendo-os dentro de uma realidade virtual chamada de “Matrix” para que não saibam a verdade. Na busca por libertar os humanos, um grupo de pessoas que já estava fora da Matrix liberta um hacker chamado “Neo” que, segundo algumas profecias, poderia ser o escolhido que acabaria com a dominação das máquinas.

Mariko, ela pode ser o que quiser. A vida dela condiz com a afirmação de Coracini (2011, p. 43) de que "quanto ao computador, à internet, ao mundo virtual, nada resta a fazer senão aceitar que invadam nossa privacidade, nosso lar, nosso eu, que se expõe e se impõe (põe-se para dentro), quer queiramos quer não".

De fato, toda essa tecnologia invadiu nossas vidas de uma maneira nunca vista antes e não há como fugir. Sendo assim, questões como fronteiras entre o mundo "real" e o digital já não são importantes. Haveria uma maneira de distinguir os dois? Afinal,

[a] relatividade do espaço-tempo se impõe na experiência cotidiana e, com ela, uma grande mudança de perspectivas. Se podemos ser "outra pessoa", como diz Mariko Ito, e se podemos ser tantas outras pessoas quantas quisermos, teremos perspectivas diferentes. E quem poderá afirmar que uma delas é mais adequada para a apreensão da realidade? Quem poderá garantir que esta é mais realista do que outra? Em nome do quê? (SANTOS, 2003 [2001], p. 114)

Teriam essas novas tecnologias nos afastado da realidade? Estaríamos presos e escravizados pelas máquinas, tendo nossas consciências roubadas e sendo cultivados como vegetais? Teríamos escolhido a pílula azul que, segundo a mitologia do filme, faz com que voltemos à Matrix? A melhor opção é, assim como o filme nos mostra, escolher a pílula vermelha, ver os dois mundos convergindo e expandir nossa compreensão da realidade.

O medo das novas tecnologias e de sua potencialidade desconhecida emerge em diversas produções culturais dos últimos anos. Entramos em pânico, como Thompson (2013) observa, quando nos deparamos com novas tecnologias. Desde o androide que volta para o passado com a missão de acabar com o mundo até a inteligência artificial que pode roubar satélites e armas militares, a desconfiança aparece com um toque de ficção.

Muito seguros de quem somos, tendemos a estipular a dicotomia do natural/artificial e, assim, buscamos estipular barreiras. Elas foram desmanchadas com o movimento da hibridização. O ser humano foi colocado em cheque no momento em que cogitou que uma máquina poderia simular um

humano. Estaria ela fingindo ou sendo "verdadeira"? A máquina está em uma posição atual que causa estranhamento, já que não sabemos até que ponto consideramos ou não o computador como uma parte de nós. Na verdade, a Internet se tornou tão fundamental em nossas vidas, que ficou difícil imaginar viver sem estar conectado. O pesquisador Ronaldo Lemos (LEMOS; DI FELICE, 2014), advogado envolvido em diversas discussões internacionais sobre a relação entre a sociedade e a tecnologia, explica que as próximas gerações vão lidar com a internet (e, conseqüentemente, com as tecnologias digitais) assim como nós lidamos com a eletricidade, ou seja, ela será "naturalizada".

3.1 - Internet - a grande rede de computadores

Durante o trajeto de volta para casa, é possível olhar pela janela do carro e ver as várias estruturas que há muito marcam o cenário. Porém, pouco lembramos de que toda essa arquitetura pode ser redesenhada utilizando o constante fluxo de dados que (re)constrói a cidade. Seguindo as linhas de telefone (e mais atualmente os cabos de fibra ótica), um outro mundo é formado pelos dados produzidos por nós enquanto utilizamos a internet, ativa ou passivamente. Castells (2001 [2003], p. 7) comenta, em seu livro *A Galáxia da Internet*, que

[a] Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana.

Essa grande rede é um dos eixos fundamentais da sociedade (pós)moderna, sem o qual o mundo contemporâneo entraria em colapso, uma vez que grande parte das relações são baseadas em tecnologias digitais e no uso de redes. Como uma musa grega, ela encantou todo o mundo, enquanto deixava seu fio, conectando todos sem perceberem.

No ponto em que a tecnologia digital se encontra hoje, podemos deixar de lado a ideia de uma internet global. A pesquisa de Martel (2014 [2015]) aponta que, depois de sua popularização, a internet foi apropriada por cada cultura, sendo constituída por elas. Depois do momento de euforia, de toda a celebração de uma rede global, vemos a estrutura, que até então se via de maneira homogênea, tomar forma, realizando o que, para muitos, beirava a heresia: ela se territorializou.

O pesquisador francês não fala de uma espacialidade, mas de uma territorialização que se dá através da formação de comunidades. A internet (ou como o autor coloca, "as internets") é formada praticamente pelas comunidades. O grande foco das grandes empresas da Web é fornecer serviços que se enquadrem em nossa realidade. As produções digitais focam, atualmente, em proporcionar a maior quantidade possível de possibilidades para que criemos o nosso próprio universo. Por mais que a velocidade da tecnologia tenha produzido o efeito de desaparecimento do espaço, este é digitalizado. Martel (2014 [2015], p. 417) discorre que

[n]esta pesquisa de campo, descobri que a internet se fragmentava em função das culturas, línguas e regiões. Mas se a internet não é mais global, tampouco pode ser considerada nacional ou mesmo necessariamente local. Ela se insere num "território" ou numa "comunidade" que é própria a cada um de nós, um universo que podemos até certo ponto moldar com nossas "preferências" e as identidades plurais que cada um de nós possui ou escolhe valorizar. A internet é geolocalizada.

A Internet evoluiu como tecnologia, porque deixou de ser um simples acessório, um simples aparato e passou a ter uma função social diferente para cada indivíduo e região do globo.

Essa relação pode ficar clara ao pensarmos em locais como o Vale do Silício. Em meio à sua pesquisa, Martel visita o berço das maiores empresas da Web. Através de sua descrição, podemos constatar que, ao analisar o uso e a estruturação da internet nessa região, emergem discursos recorrentes na região de São Francisco. Com uma cultura baseada em construção, criatividade,

proatividade, banhada em um sonho americano de diversas oportunidades, encontra-se sempre um desenvolvimento agressivo, constituído pelo discurso do capitalismo, de novas aplicações para a Web. Além do Vale, o pesquisador descreve uma China cuja internet é o meio pelo qual se tenta fortalecer sua identidade nacional, além de ser uma ferramenta de controle sobre o dizer de seus cidadãos. A internet da Índia ocupa uma posição de caminho para o sucesso, como se fosse o tesouro que traz consigo o sonho americano. É nas grandes empresas que se instalam na Índia, na busca pelo desenvolvimento tecnológico nacional e por uma autonomia perante outros países, que uma representação de país emergente tenta ser construída.

O Brasil não se mostra muito diferente de outros países ditos emergentes. O governo busca investir no desenvolvimento tecnológico do país, procurando inovar, como fez com o Marco Civil, enquanto seus cidadãos procuram ganhar uma posição de poder através da internet. O que se destaca é o uso (não necessariamente próprio do brasileiro) da internet como meio para o crescimento profissional. Vários projetos procuram oferecer um estudo básico das funções de um computador e da internet em comunidades carentes, supondo que isso colaboraria para que essas pessoas consigam melhorar a qualidade de suas vidas. Uma ótima ideia que, infelizmente, depende muito mais do que de aulas em favelas para funcionar. Sendo assim, ao contrário do que se considera como consequência da presença da Internet, ela não tem como efeito a homogeneização das pessoas. Martel (2014 [2015], p. 12) pontua que "[a] internet não é hostil às identidades, às diferenças locais, às línguas, como tampouco se posiciona contra a "exceção cultural" ou a diversidade".

Ao falar sobre as máquinas fotográficas e o cinema, Santos (2003 [2011]) define que ambos são instrumentos de conhecimento e, conseqüentemente, de poder, estabelecendo sua dimensão política, o que acontece, também, com a internet e outras tecnologias de informação e comunicação (TIC). Assim como as fotos e os filmes foram e são utilizados como instrumentos de exercício de poder, as TICs, principalmente a Web, passaram a formar o conjunto de meios pelos quais os sujeitos (pós)modernos tentam exercer poder, ao mesmo tempo que resistem, ao produzir saberes e viabilizá-los mais facilmente através da internet.

Se pensarmos em qualquer grande manifestação ocorrida nos últimos cinco anos, encontraremos a internet como um fator crucial para seu desenvolvimento. Podemos pensar em projetos cujo objetivo é tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas em regiões pobres do mundo e, quase sempre, encontraremos a internet fazendo parte. Como Martel (2014 [2015], p. 139) relata,

[e]m todo o mundo, o universo digital pode servir como motor econômico nos bairros chiques e descolados, mas também pode ser uma ferramenta de revitalização urbana nas zonas de miséria, como são chamadas as comunidades carentes no México. Nos guetos, nas favelas, nos *townships*, nos bairros, nas áreas de extrema pobreza, a internet se insere num contexto muitas vezes difícil e às vezes perigoso. Mas sua razão de existir, sua utilidade, não deixa de ser, por isso mesmo, mais decisiva ainda.

O uso da internet como meio para fortalecer traços identitários e como instrumento de poder/resistência não poderia ser cogitado, se pensarmos em seu início. Em contraste com o seu momento atual, devemos lembrar que a internet começou, assim como tantas outras tecnologias que passaram a ser comercializadas, por pesquisas militares. Inicialmente, ela se resumia à Arpanet: uma rede de computadores formada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em 1958, e construída pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA). Em uma época em que os computadores eram gigantescos, chegando a ocupar grandes salas, a ideia era conectar algumas dessas máquinas, que se encontravam em grandes universidades no país, para uma troca de conhecimento científico. O objetivo era “alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957” (CASTELLS, 2001[2003], p. 13).

Com um time de cientistas por trás do projeto, a Arpanet só passou a ser operacional em 1975, quando passou a ser utilizada como rede de operações militares pela *Defense Communication Agency*. Depois de uma divisão da rede entre exército e pesquisadores, o avanço da computação chegou ao patamar

dos *desktops*, máquinas que os cidadãos comuns poderiam comprar e ter em suas próprias casas.

Entre os anos de 1990 e 2000, entraríamos, como lembra Santaella (2013), no que se denominou a WEB 1.0, momento em que a World Wide Web (WWW) e funções como e-mail, o uso de HTML (HYPERTEXT MARKUP LANGUAGE) começaram. É nesse momento que os usuários passaram a experimentar mais. O HTML possibilitou que até adolescentes comessem a programar seus próprios sites. Estes, porém, eram limitados tecnologicamente, viabilizando apenas a saída de informação. A WEB 1.0 era um monólogo digital.

Frustrados pelas limitações técnicas, mas animados com as possibilidades que a Web trazia, os que antes eram usuários passaram a desenvolver e programar, fazendo evoluir a WEB 1.0. Procurando ir além do que sua primeira versão, agora potencializada por sua tecnologia mais avançada, a WEB 2.0 procurou, principalmente, dar voz aos consumidores. É nesse momento que surgem os comentários em blogs, as redes sociais, wikis, várias plataformas que possibilitavam tanto a interação produtor/consumidor, quanto uma criação mais amadora, já que permite, com alguns cliques, que qualquer um crie seu próprio site.

É de conhecimento geral que produzimos tecnologias a partir de uma “necessidade” (real ou criada) e esta, pelo que podemos constatar, depende da cultura em que se insere. Independentemente disso, houve uma procura, por diversos usuários, pelo direito de ser ouvido. Hoje, é a WEB 2.0 que possibilita eventos históricos como as Jornadas de Junho ou a Primavera Árabe. Contudo, a Web serve como personificação de outro aspecto do momento sócio-histórico. Nós agimos e nos relacionamos em rede.

3.2 - De que maneira estamos conectados?

A mídia passou a discutir tanto as “redes” (“redes sociais”, “rede de computadores”, “rede de internet”), que tivemos a impressão de que o fenômeno de estarmos conectados e agirmos a partir de uma relação com os outros elementos, que constituem esse grupo, fosse algo novo, decorrente da criação

da internet. Embora tenha chamado a atenção nos últimos anos, a ideia de rede aparece em um período muito anterior à internet. Antes mesmo de Alan Turing desvendar a máquina “Enigma” e, praticamente, inventar o computador, havia um matemático chamado Leonhard Euler que, no século XVIII, em São Petersburgo, resolveu um antigo desafio.

Em uma região próxima a São Petersburgo, fica a cidade de Königsberg que é atravessada por um rio, separando uma parte da cidade e uma pequena ilha. Sete pontes foram construídas para ligar a cidade à ilha. No decorrer dos anos, os cidadãos passaram a questionar se era possível atravessar todas as pontes sem precisar voltar por alguma que já havia sido atravessada para passar por outra ponte.

Euler solucionou o enigma ao propor que as pontes funcionariam como grafos: um grupo de nós ligados por elos, chamados *links*. Como Barabási (2002, p.12) resume, “grafos ou redes têm propriedades que, escondidas em sua construção, limitam ou reforçam nossa habilidade de fazer coisas com eles”¹¹. A partir dessa visão, Euler concluiu que seria impossível o desafio dos cidadãos de Königsberg. Sem saber, ele iniciou, também, uma linha de pensamento que influenciaria os estudos de rede.

A formação de grupos a partir de conexões não é consequência das tecnologias digitais. As pessoas sempre viveram em redes, seja uma rede familiar, uma nação, entre outros. Sempre existiram aspectos que nos aproximaram e nos conectaram. Contudo, é em nossa época que o ato de “pensar em rede” se torna importante e fundamental, porque se passou a compreender a rede como um modo de subjetivação¹² (BRAIDOTTI, 2013). É por isso que pensar em rede(s), hoje em dia, é deixar de considerar que tal discussão tem relação apenas com a internet e com os computadores. Hoje, a rede social foi digitalizada, alcançando um novo nível, envolvendo humanos e máquinas.

Os nós que constituem as redes estão, atualmente, em conjunto com pessoas, os computadores, as televisões, os celulares, entre outros aparelhos

¹¹ Tradução minha. Em inglês: “Graphs or networks have properties, hidden in their construction, that limit or enhance our ability to do things with them”.

¹² No primeiro volume de “A História da Sexualidade”, Foucault (1976 [2012]) usa esse termo no lugar de “sujeito”. A ideia de “modos de subjetivação” reforça que o “sujeito” é uma posição discursiva .

tecnológicos, conectados à internet. O grande palco para todos esses atores é, no momento, a internet. É através dela que as pessoas e os aparelhos tecnológicos passam a se mesclar, dificultando sua segmentação.

Não foi só o ciberespaço que se tornou híbrido. Em 1997, Garry Kasparov, campeão mundial de xadrez, foi derrotado por um computador da IBM chamado Deep Blue. Nesse momento, Kasparov mostrou ao mundo que sua derrota não era um absurdo, mas que também não era para ser discutida ali. A dúvida não é se o ser humano pode ser derrotado por uma máquina. A questão a ser colocada é, na verdade, o quanto o ser humano pode alcançar em conjunto com a máquina.

Algun tempo depois, Kasparov estava em outra partida de xadrez que, ao contrário de seu embate com Deep Blue, foi marcado por se tratar da primeira partida de “xadrez avançado”, uma modalidade em que homem e computador trabalham em conjunto. Com isso, THOMPSON (2013, p. 18) constata: “nós estamos nos tornando centauros”.¹³

Apesar de se tratar de uma imagem interessante, ao contrário de um centauro, em que se é possível ver o ponto em que uma metade se separa da outra, o ciborgue se encaixa melhor como metáfora dessa forma de subjetivação, assim como HARAWAY (1991 [2009], p. 36) mostra. As pessoas não perderam sua singularidade: elas acabaram se singularizando cada vez mais, tendo uma subjetividade construída em conjunto com seus gadgets, impossibilitando saber se o celular, por exemplo, faz parte de si ou não. Um novo humano aparece.

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. (HARAWAY 1991 [2009], p. 36)

É fundamental, portanto, compreender a constituição de uma rede, já que, como Castells observa, ela é a “forma organizacional da Era da Informação” (2001 [2003], p.7). Entretanto, não fica claro como as redes funcionam ou se

¹³ Tradução minha. Em inglês: We're becoming centaurs.

formam. Para muitos, a rede social digital seria um exemplo de alinhamento das posições sociais, retirando das dinâmicas sociais o poder vertical, o que, no final, não se mostra muito verdade, como explicaremos a seguir. Além disso, uma vez que tratamos de questões discursivas nesta dissertação, a reflexão sobre redes se estende até as formações discursivas que podem ser vistas como redes de discurso. Para tal, definiremos, inicialmente, de qual tipo de rede estamos falando.

Paul Baran (apud BARABÁSI, 2002, p. 145), um dos desenvolvedores da rede digital de comutação de pacotes, considerou três possibilidades de redes: uma centralizada (todos os links conectam nós a apenas um nó), uma descentralizada (existiriam os nós com mais conexões e outros nós com apenas uma conexão) e uma distribuída (todos os nós estariam conectados a todos os nós).

No caso de uma rede centralizada, as relações de poder seriam totalmente verticalizadas e sua estrutura seria muito frágil. Uma estrutura centralizada pode desabar se ocorrer qualquer problema com o eixo central. Assim como em uma relação de um rei com seus súditos, um reinado pode acabar com um simples desentendimento.

Inicialmente, pode parecer que a web é uma rede centralizada ou distribuída. A primeira resultaria em um sistema frágil, em que qualquer problema que ocorresse com o nó central resultaria na destruição total da rede. Já a ideia de uma rede distribuída conseguiria sustentar a estrutura mais facilmente. Porém, ela exclui qualquer relação de poder entre os nós, qualquer questão de hierarquia.

Essas concepções não são suficientes para lidar com o funcionamento da internet que, segundo Barabási (2002, p. 145), “mesmo criada por homens, [...] não é centralizada. Estruturalmente, a internet se parece mais com um ecossistema do que com um relógio suíço”¹⁴.

¹⁴ Tradução minha. Em inglês “though human made, the Internet is not centrally designed. Structurally, the Internet is closer to an ecosystem than to a Swiss watch”

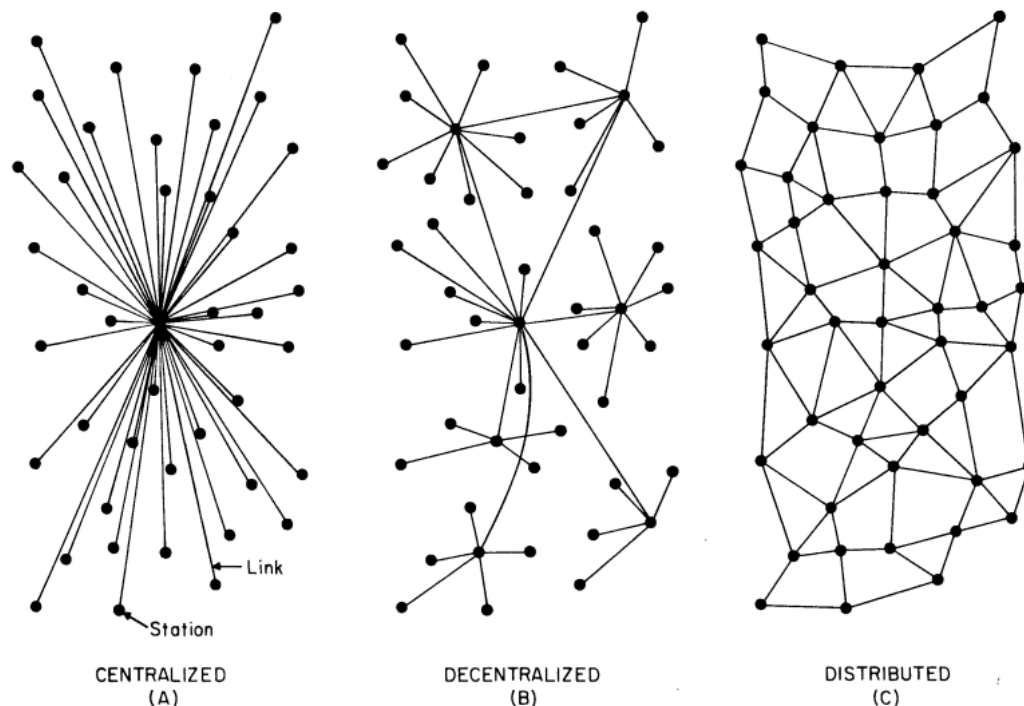


FIG. 1 – Centralized, Decentralized and Distributed Networks

Figura 1

Assim como o ecossistema do planeta, a internet se classifica como uma rede descentralizada que se espalha de uma maneira imprevisível, assim como sistemas vivos o fariam.

Em um trabalho conjunto, os autores Deleuze e Guattari (1980[2011]) comentam sobre o conceito de uma rede rizomática. Apoiado na metáfora de um tipo de raiz específico, o rizoma agiria como a planta que “evolui por hastes e fluxos subterrâneos” (p. 23).

Incontrolável, o rizoma criaria multiplicidades sem seguir uma lei de combinação, assim como acontece ao se ter uma rede que proporciona relações diretas entre diversos seres e objetos. Contudo, um fator que os estudos da área da computação trouxeram, mas que não foi pensado por Deleuze e Guattari, é a presença de um *hub*.

Mesmo que seu comportamento se assemelhe ao de um rizoma, descrito em *Mil Platôs* (1980 [2011]), a presença de um *hub* é fundamental para entender as conexões feitas dentro dessa rede, pois acaba implicando em uma relação hierárquica entre os nós.

Uma vez que não há igualdade dentro das redes, o incontrolável do rizoma pode ser pensado como consequência de relações de poder em rede. Mesmo que pareça não ter começo nem fim, pelo tamanho de sua extensão, toda raiz surge de algum ponto que desencadeia a formação de nós e links. Os pontos iniciais poderiam ser tomados como *hubs*: “os componentes essenciais de uma rede sem escala são os, estatisticamente raros, indivíduos altamente conectados que mantêm uma rede social unida”¹⁵ (BARABÁSI, 2002, p. 129).

Os *hubs* funcionariam como as sementes que dão origem aos rizomas. Funcionando como um ponto de origem, cujo passado é impossível de se rastrear, os *hubs* possibilitam diversas conexões que podem ou não durar. Delas um grande número de conexões se formaria com nós menores que se conectam, transformando-se, então, nos maiores nós da rede. O caminho mais curto de um ponto a outro se faz através desses grandes nós. Estes competem entre si, segundo Barabási (2002), conseguindo conexões através de um exercício de poder, pois, assim, garantem sua existência.

No caso das Jornadas de Junho, seria complicado alcançar um número muito grande de usuários em uma rede que se estende por todo o globo. Era preciso um *hub*, um nó principal, numa posição de poder legitimada, para poder conectar todos os outros indivíduos. Esse hub seria o ponto de encontro de todos os participantes e por onde se alcançaria um público maior mais rapidamente. Como Barabási (2002, p. 130) pontua, “se os *hubs* resistirem a uma produção, eles formam uma barreira influente e impenetrável que qualquer inovação falhará. Se eles aceitarem essa produção, os hubs influenciarão um grande número de pessoas”¹⁶

Ao acompanhar o crescimento de usuários desde o final do ano de 2012 até junho de 2013, vemos que foi no período marcado pelos dias das manifestações que a página atingiu o número de um milhão de seguidores. Tal crescimento representa um aumento de 300% em alguns meses, o que a constituiria como um grande *hub* dentro da RSD Facebook.

¹⁵Tradução minha. Em inglês: “integral components of scale-free networks, are the statistically rare, highly connected individuals who keep social networks together”

¹⁶ Tradução minha. Em inglês: “If the hubs resist a product, they form such an impenetrable and influential wall that the innovation can only fail. If they accept it, they influence a very large number of people”

O aumento de seguidores acontece simultaneamente à publicação de imagens e vídeos das próprias manifestações, feitas pelos próprios seguidores. As pessoas enviavam as fotos e estas eram divulgadas, ganhando notoriedade através da ideia de que era o Anonymous falando. Todo esse processo passa a constituir uma rede descentrada, em que os dizeres passam a ser veiculados por grandes *hubs* e não comunicados diretamente entre usuários. Funcionando como um sistema de segurança da própria rede, o fim de um grande *hub* não acarreta a desestruturação da rede em si. Ter vários núcleos do Anonymous aumenta as chances de que a grande rede continue existindo.

Pode-se considerar, a partir dessas explicações sobre redes, que a função autor ocupa uma posição de *hub* dentro da rede. Importante e com autoridade, o “autor” media os dizeres, adjetivando-os e controlando-os. Será que a posição de *hub*, na rede virtual, influencia diretamente no posicionamento discursivo do Anonymous? Ser um *hub* garante que as pessoas confiem em seus conteúdos? Esta é uma pergunta que procuramos responder em nosso capítulo de resultados de análise.

Uma vez que no ciberespaço as fronteiras desvanecem, quem são os produtores e os consumidores do que se produz na internet? Como Turkle (2011, p. 285) destaca “toda nova tecnologia nos desafia, geração após geração, a questionar se ela serve a nossos propósitos humanos, algo que nos leva a reconsiderar o que elas são”¹⁷ e para que servem. Discorreremos sobre a produção de conteúdo dentro da Internet, aspecto da cibercultura importante para a discussão sobre o autor e sua legitimidade.

3.3 - A virtualidade do digital: um mosaico binário

Visto que passamos a compreender melhor a internet e como as redes funcionam, podemos supor ter compreendido o básico que pode ter colaborado nas manifestações de Junho no Brasil, objeto de nossa pesquisa. No entanto,

¹⁷ “every new technology challenges us, generation after generation, to ask whether it serves our human purposes, something that causes us to reconsider what they are.”

falta apontar uma das mais fundamentais características da tecnologia digital: seu caráter virtual.

Durante a Segunda Guerra Mundial, longe dos olhos do público, um matemático desenvolveu a tecnologia que mudaria o mundo. Alan Mathison Turing trabalhou para o governo britânico, no setor de inteligência, para desenvolver uma maneira de decodificar as mensagens do exército inimigo, criptografadas pela máquina alemã chamada “Enigma”. Com o seu trabalho, Turing desenvolveu uma tecnologia que resultou, depois de anos, em nossos computadores pessoais, além de ter começado uma revolução que, de acordo com Manovich (2001, p. 43), “afeta todos os estágios da comunicação, incluindo a aquisição, manipulação e distribuição; ela também afeta todos os tipos de mídia – texto, imagens fixas, imagens em movimento, som e construções espaciais”¹⁸.

A novidade do computador estava na possibilidade de interagir com diversas mídias, em um único aparelho, uma vez que todas elas são compostas por números binários. Já que todos os arquivos eram, para a máquina, apenas sequências de números um e zero, tudo ficou mais fácil para criar, modificar, copiar, excluir. Segundo Santaella (2013, p. 232),

[o]s avanços tecnológicos associados com a sociedade da informação resultaram na passagem de todas as mídias para a transmissão digital. Transmissão digital significa a conversão de sons, imagens, animações, textos, vídeos e formas gráficas para formatos que são legíveis ao computador.

A troca para o digital só foi possível devido à virtualidade do computador. Ao contrário do que se toma comumente como sendo o significado de “virtual”, nós seguimos a definição de Lévy (1996 [2014]). De acordo com o filósofo, a virtualidade é uma potência. Em suas raízes, ligando os componentes internos mais básicos até o sistema operacional, está o princípio de uma comunicação binária, uma linguagem de máquina.

¹⁸ Tradução minha. Em inglês: it affects all stages of communication, including acquisition, manipulating, storage and distribution; it also affects all types of media -- text, still images, moving images, sound, and spatial constructions.

Partindo de cálculos matemáticos, o computador pode produzir tudo o que for passível de ser traduzido em zero e um. A virtualidade das tecnologias digitais vem exatamente desse ponto. Ela deve ser compreendida como uma potência, uma possibilidade, que não se concretiza, mas se atualiza. O que é virtual não precisa passar a existir, inteiramente. A virtualidade se modifica.

Vista como um porvir, essa potencialidade é diferente do que realmente existe. De acordo com Lévy (1996 [2014], p. 15), a virtualidade “não se opõe ao real mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes”. A virtualidade proporciona a possibilidade de produções múltiplas. Uma vez que consideramos a qualidade de ser virtual do mundo digital, vale pensar em como sua atualização se dá.

O poder de criação que um computador dá ao seu usuário é tão grande e seus resultados tão diversos que, se pensarmos no processo de atualização como “criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades” (LÉVY, 1996 [2014], p. 16), podemos imaginar a intensidade com que o digital, o computador e, principalmente, a internet se atualizam. Afinal, a facilidade com quem os usuários produzem elementos midiáticos em um computador pessoal é devido ao caráter virtual da tecnologia digital.

A virtualidade do digital modifica o mundo, em conjunto com o fato de que a internet, em rede, proporciona a possibilidade de agirmos em conjunto. Os zeros e uns viabilizam o uso de mídias por usuários comuns. É muito mais fácil produzir um vídeo com o seu computador pessoal, incluindo efeitos especiais, e colocá-lo para que várias pessoas assistam a partir da tecnologia digital. Com a proposta de discutir as transformações causadas pelo digital no mundo, Di Felice e Lemos (2014, p.7) assinalam que

a criação de uma arquitetura informativa que não se limita a distribuir informação, mas que também é interativa, permitindo o diálogo fértil entre dispositivos de conexão, banco de dados, pessoas e tudo o que existe, é um marco na história da comunicação, porque, pela primeira vez, altera-se a forma de transmissão das informações.

Grandes nomes da mídia tradicional estão presentes dentro da internet. Contudo, com a evolução e inclusão digital, eles deixaram de dominar a produção de conteúdo. Posto que qualquer um pode produzir, atualmente, uma imagem, vídeo, música, texto e compartilhar dentro da rede, essas empresas veem sua posição de autoridade ser abalada e eles passam a concorrer com seus próprios consumidores. Tanto a atualização do virtual quanto a criação em si não são feitas mais só pelo processo top-down.

Há um "princípio de autonomia" (AMARANTE, 2011, p. 149) relacionado à cibercultura que, em conjunto com o poder do usuário, faz com que as relações de poder não sejam verticais, já que possibilitam atualizações por bottom-up. Desde o momento em que tanto o executivo, quanto o estudante do ensino médio (e, hoje em dia, até crianças) podem produzir, viabilizar seu trabalho na rede, as relações de poder puderam ser desestabilizadas mais facilmente.

Utilizando as redes sociais digitais, além de programas de edição de imagem/vídeo/áudio/texto, pessoas do mundo inteiro podem publicar suas produções. A pessoa só precisa entrar em seu blog ou em seu perfil do Facebook e apertar o botão "publicar". Como Shirky (2010 [2011], p. 45) discorre, "é, esse botão existe. Publicar costumava ser algo que precisávamos pedir permissão para fazer; as pessoas cuja permissão precisávamos pedir eram os editores. Não é mais assim."

Vamos considerar essa produção livre como a troca incessante que a conexão em rede nos fornece hoje. Não só produzimos mais, como consumimos mais. Hoje em dia, "quando alguém compra um computador ou um telefone, tanto o número de consumidores quanto o de produtores aumenta em um" (SHIRKY, 2010 [2011], p. 53). Tal possibilidade tem como consequência um sujeito constituído não só pelo discurso de consumo. Nós temos os *producers*.

Partindo da concepção de Bruns (2006), o *producer* é o usuário que tanto consome quanto produz. É a moça que edita e faz um vídeo com os nocautes mais rápidos do *Ultimate Fighting Championship* (UFC); o rapaz que leu todos os livros da série Harry Potter, das Crônicas de Nárnia, e, em vez de apenas imaginar como seriam os personagens de ambos os mundos interagindo, produz

uma *fanfic crossover*¹⁹; ou o indivíduo que, após tirar algumas fotografias da família, as edita para adicionar, ao fundo, o cenário da Vila Sésamo.

Devemos compreender que essa prática não nasce com o computador, mas ela é reforçada e ganha proporções gigantescas com ele. Inseridos nesse contexto de fácil manipulação de dados, os *producers* passam a produzir diversas discussões, pelas mais diversas mídias e linguagens, que vão se espalhar de maneira rizomática. Seguindo o mesmo princípio, a página “Anonymous Brasil” usa as fotos enviadas por seguidores para compor montagens.

A grande discussão acontece quando se passa a tratar do conceito de propriedade. Se alguém faz um vídeo e este é transmitido em algum canal de televisão, o uso indevido daquela imagem, segundo os direitos autorais, pode gerar problemas judiciais para seu produtor. Essas delimitações de propriedade parecem obsoletas dentro da Web, pois esta é constituída por uma cultura de compartilhamento. Infelizmente, o mundo “real” e seu sistema jurídico passaram a interferir nas relações digitais. Algumas iniciativas são bem sucedidas para colaborar com a produção e compartilhamento, como o *Creative Commons*, uma licença de uso. Com essa licença, pessoas podem disponibilizar seus trabalhos e permitir que outros usuários os utilizem do jeito que quiserem, seguindo algumas limitações que os vários tipos de licença têm.

Ao lembrar que, de acordo com Pierre Lévy (1997 [2011]), as técnicas são produzidas dentro de uma cultura e acabam caracterizando, condicionando uma sociedade, podemos supor que o discurso do remix constitui a Web 2.0 e seus usuários. Assim, percebemos como a própria estrutura da Web favorece uma produção em grande quantidade e por pessoas desconhecidas, o que é um problema para muitos fora da internet. A grande produção e essas supostas violações de propriedade dentro da Web passam a ser vistas pelas pessoas como indício de uma produção leviana. Entretanto, como Shirky (2010 [2011], p. 49) ressalta,

quando a publicação - o fato de tornar algo público - deixa de ser difícil para ser praticamente fácil, as pessoas acostumadas ao antigo

¹⁹ Escrever uma fanfic é escrever uma ficção inserida dentro de um universo fictício já criado. O termo “crossover” se refere à ação de misturar universos fictícios.

sistema muitas vezes consideram frívola a publicação por amadores, como se publicar fosse uma atividade intrinsecamente séria. Mas nunca foi.

Estamos ainda acostumados com a ideia de que apenas grandes empresas, dentro das mídias, passam informações corretas, já que sua legitimidade está bem estabelecida. Por conseguinte, não se costuma dar valor ao que é produzido e compartilhado dentro das redes sociais. Há, ainda, a necessidade de um nome que se responsabilize pelos discursos e os controle, adicionando ou excluindo, dando legitimidade e estatuto de verdade ao que é dito.

Aos poucos, entretanto, pessoas passam a ter suas vozes ouvidas por algumas outras que, ao compartilharem, dão legitimidade ao que é dito. No começo, muitos podem ter ignorado, mas, ao perceberem o constante fluxo de imagens, textos e vídeos sobre as Jornadas de Junho, essas passaram a ter mais espaço e, independentemente de quem estava publicando, eram levadas em consideração para pensar o movimento social que se delineava.

Capítulo 4 – “Nós Somos Anonymous”

A atualidade é marcada pelo grande avanço tecnológico e pelas transformações que causam no âmbito social. Entre muitas questões, previu-se que as guerras seriam disputadas, agora, não só por canhões e bombas, mas, também, através da grande rede de computadores. Há, no imaginário social, construção baseada, principalmente, nos dizeres de grandes meios de comunicação, a ideia de que os hackers são pessoas de má índole e que estão preparados para invadir seu computador, encontrar qualquer arquivo com informações valiosas ou instalar programas de computador perigosos, cujo objetivo é roubar sua senha do banco. As atividades ilegais, por parte dos hackers, existem, assim como as legais. Divididos em classificações (*white hat*, *grey hat* and *black hat*)²⁰, a profissional de segurança Keren Elazari os vê como o sistema imunológico da internet (ELAZARI, 2014).

O Anonymous é formado, em sua grande parte, por hackers, o que o coloca, perante o público, como um grupo de criminosos em potencial. Escondidos de todos atrás de suas telas, eles foram às ruas e permaneceram um mistério para os que observavam. Seu suposto caráter criminoso, porém, não condizia com os movimentos em que estavam envolvidos: Primavera Árabe, Occupy Wall Street e as Jornadas de Junho, por exemplo.

A falta de uma liderança (pelo menos até onde se sabe) causa mais desconfiança sobre o grupo que, para muitos, não deixa de ser uma aglomeração de jovens entediados com suas vidas, prontos para causar danos às pessoas por puro divertimento. Ninguém sabe exatamente quem são e muito menos qual o seu objetivo, já que, em alguns momentos, propagam o caos, enquanto, em outros, lutam pela liberdade de expressão. Tudo o que se sabe sobre o Anonymous vem de terceiros. São pessoas falando, escrevendo, portanto, criando representações sobre o que seria o Anonymous, quais seriam

²⁰ Os hackers são divididos em três tipos: os *white hats* (hackers que atuam de maneira legal, procurando por falhas em sistemas), os *grey hats* (invadem sistemas, mas não danificam o sistema e não copiam dados) e os *black hats* (utilizam suas habilidades para fins ilegais) que são conhecidos também como “crackers”.

seus objetivos e quais ideais seguiria. Não há, porém, um canal único, uma autoridade que possa dar uma definição. Em geral, pode-se formular uma definição assim sintetizada por Olson (2012 [2014, p. 12]),

[as] pessoas do Anonymous, ou Anons, eram geralmente chamadas de hackativistas - hackers com um propósito ativista. Até onde se sabe, eles acreditam que toda informação deveria ser livre e que eles podem atacar seu site, caso você discorde deles. Eles afirmam não ter uma estrutura ou líderes.

É importante pontuar que o hackativismo é uma prática criada muito antes de qualquer menção ao termo "Anonymous". O hacker é aquele que procura maneiras não convencionais para lidar com o sistema para produzir ou alcançar algum objetivo. A cultura hacker tem sua origem nas faculdades dentro do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), com as brincadeiras que os estudantes praticavam, mas acabou, depois de um tempo, sendo utilizada nas áreas de engenharia, de computação, dentre outras. Já o hackativismo foi um termo cunhado por um membro de um grupo de hackers chamado "O Culto da Vaca Morta" para caracterizar a ação de criar, por exemplo, softwares que permitiam maior segurança aos usuários da rede.

Esta introdução e os tópicos a seguir buscam aprofundar nosso entendimento sobre o Anonymous. A partir de nossas leituras, percebemos o movimento de criação do Anonymous como um nome, chegando ao ponto de poder ser visto como uma entidade²¹ em si. Tal compreensão abre uma fonte da qual nosso olhar analítico bebe, procurando melhor entender a página "Anonymous Brasil" e seu envolvimento com as Jornadas de Junho.

²¹ Utilizamos o termo "entidade" baseando 1) na concepção dentro da programação, em que a entidade é, basicamente, uma representação de algo real ou abstrato construída a partir de atributos supostamente conectados a ela; 2) na ideia de "entidade" ligada à religião, em que se trata de um espírito avançado.

4.1 - Do Anonimato ao Anonymous

No ano de 2003, um rapaz, fã da cultura pop japonesa, resolveu criar um site que se assemelhava a um conhecido pelo público japonês (2chan), onde as pessoas se reuniam para discutir mangás e animes. Como um grande quadro de imagens, o site abriu espaço para que seus usuários postassem textos acompanhados de imagem, além de apresentarem diversas seções divididas por temas. Chamado de “4chan”, suas seções, denominadas “quadros”, davam um prazo de validade para as postagens dos usuários: ela ficava visível, caso o público mantivesse o tópico vivo ao comentar e discutir. Do contrário, caso novas postagens acontecessem e o tópico antigo passasse da página 14, ele seria excluído. Assim, o sucesso de um tópico depende de seu poder para envolver os usuários.

Outro grande diferencial do 4chan é o fato de que ele permitia postagens anônimas por parte de seus usuários. O servidor retinha o IP daqueles que postavam; porém, na dinâmica do próprio site, os usuários não se conheciam por *nicknames*. Muitos aderiram ao anonimato, o que fez aparecer, em diversas postagens, o mesmo “nome”: Anonymous.

O site 4chan ficou conhecido, principalmente, por seu *board* voltado para assuntos diversos, o /b/. Nele, encontrava-se de tudo: desde pornografia e comentários racistas até imagens coloridas de pôneis. Para muitos, ter de lidar com esse tipo de conteúdo pode ser complicado, já que, muitas vezes, são imagens nem sempre agradáveis. Entretanto, segundo a socióloga Gabriella Coleman, há um propósito para esse tipo de assunto. De acordo com a autora (2014, p. 42),

[g]eralmente, [...] grande parte do material é feito para chocar o sujeito de fora, uma barreira discursivamente construída para manter os leigos – a.k.a. “n00bs” ou “newfags” – bem distantes. [...] Para os membros, tal conteúdo já é normal e uma das qualidades que define e atrai as pessoas ao site.²²

²² Tradução minha. Em inglês: [g]enerally speaking, though, much of the material is designed to be shocking to outsiders, a discursively constructed border fence meant to keep the uninitiated –

É nesse contexto de um grupo culturalmente estabelecido, de uma comunidade que se constrói a partir de suas narrativas, que os primeiros usuários passam a utilizar o termo “Anonymous” para agirem politicamente. Ao contrário de se envolverem com questões políticas, como aconteceu nos últimos anos, esses indivíduos tinham como objetivo “brincadeiras” que, segundo eles, deveriam seguir o princípios do *lulz*.

Derivado do acrônimo LOL (*lots of laughs*), o *LULZ* é uma prática cujo objetivo é fazer brincadeiras que vão além de divertimento apenas. Seguindo a definição de Coleman (2014, p. 31), o *LULZ* “é mais sombrio: feito às custas de alguém, ele tem a propensão de ser interpretado de maneira errada e, ocasionalmente, ser relacionado a discursos perturbadores e de ódio”²³.

Uma de suas ações mais conhecidas foi a invasão em um jogo on-line chamado “Habbo”. Ele se aproxima bastante do famoso “Second Life”, mas tem adolescentes como público alvo. Os membros do 4chan passaram a criar o mesmo avatar utilizado pelo jogo on-line: um negro, de terno preto, com um cabelo em estilo afro. Uma vez que havia um número suficiente de pessoas on-line, eles invadiram a piscina digital do jogo, impedindo que outros jogadores pudessem utilizá-la. Essa prática se assemelha ao que os hackers fazem para tirar alguns sites do ar: acabam preenchendo todas as vagas de acesso, impedindo que outras pessoas possam utilizar os serviços dos sites. Além de impedir a ação de outros jogadores, eles costumavam formar suásticas no meio de grandes áreas do jogo.

Quando as pessoas começaram a descobrir esses acontecimentos, muitas encararam como brincadeiras maldosas praticadas por vândalos. Entretanto, para os membros do 4chan que, naqueles dias, começaram a usar o nome “Anonymous”, suas ações eram uma colocação, uma mensagem. Esses usuários buscavam mostrar um posicionamento perante o que acontecia dentro da Internet. De acordo com eles, ninguém deveria levar o mundo digital tão a sério. Não se tratava nem de uma piscina de verdade. Como eles poderiam ter

aka “n00bs” or “newfags” – far, far away. [...] For insiders, it is the normal state of affair, and one of the board’s defining and appealing qualities.

²³ Tradução minha. Em inglês: (...) are darker: acquired most often at someone’s expense, prone to misfiring and, occasionally, bordering on disturbing or hateful speech.

ficado tão nervosos? Se este era o caso, então precisavam reavaliar o que era importante para eles.

Outro exemplo foi a movimentação em conjunto para "trollar", em 2010, Jessi Slaughter, que havia colocado um vídeo seu no site Youtube. Nele, ela fala dos *haters*, pessoas que a odiavam por ser, segundo a garota, muito bonita, ter mais fãs, entre outras razões. Em algum momento, um membro do 4chan postou esse vídeo que gerou uma movimentação dos usuários do site. Ao postar seu vídeo, Jessi Slaughter compartilhou seu número de telefone, o endereço de sua casa e a sua conta no Twitter. Utilizando tais informações, os Anonymous enviaram diversas mensagens de ódio e trotes. Depois que outro vídeo da garota foi postado, em que o pai dela avisava ter "rastreado" as pessoas que atormentavam sua filha, o pai virou o novo alvo dos Anonymous que o transformaram em motivo de piada e fizeram com que o vídeo "viralizasse".²⁴

Ambos os exemplos mostram que o lado LULZ do Anonymous era muito forte. Muitos dos membros, porém, acabaram percebendo o poder que tinham ao agir em conjunto e pensaram que deveriam investir em movimentos políticos, mesmo desagradando alguns dos participantes mais antigos. Mesmo depois de terem se envolvido mais com o ativismo político, alguns membros do Anonymous pontuavam que as pessoas não poderiam esquecer do LULZ. Deixá-lo de fora das ações seria negar um traço identitário daqueles que iniciaram tudo.

Acreditamos ser pertinente descrever o caso em que o Anonymous se envolveu com a Cientologia²⁵, uma vez que se trata de um dos momentos mais importantes na trajetória do Anonymous. Com grande influência nos Estados Unidos, a Cientologia é conhecida por ter estratégias violentas, chegando até à perseguição, para lidar com pessoas que possam criticar ou divulgar mensagens depreciativas sobre a instituição.

A Cientologia se transformou em um alvo do Anonymous depois que um vídeo de divulgação da instituição vazou com a ajuda de alguns antigos membros da Cientologia. Com o intuito de criticar a instituição, o vídeo foi enviado para algumas dessas pessoas até chegar ao jornalista Mark Bunker. Depois de fazer *upload* do vídeo, ele esqueceu de protegê-lo do acesso de outros usuários,

²⁴ Termo utilizado na área do marketing referindo-se a um conteúdo que virou uma "epidemia", espalhando-se sem controle.

²⁵ Religião que prega a ideia dos humanos como seres imortais.

o que resultou em mais de vinte mil visualizações, vários downloads e compartilhamentos em sites em poucas horas. Nesse vídeo, o ator Tom Cruise comentava como era ser um membro da Cientologia. Por mais caricato que fosse, o vídeo por si só não motivou o Anonymous a agir muito além de suas brincadeiras. Contudo, depois que a instituição usou de seu poder para tentar retirar o vídeo do ar, o Anonymous passou a agir.

Com o intuito de defender seu espaço, o direito de poder divulgar o que quisesse na internet e de lutar contra uma instituição tão abusiva como a Cientologia, o projeto *Chanology* começou. Nesse momento, fica mais evidente uma das características mais distintas dos Anonymous: seus nós. Como uma grande rede, pequenos grupos vão se formando. Eles podem ou não concordar, tomando, cada um, um posicionamento perante a operação do momento. Alguns Anonymous apoiaram o projeto *Chanology* rapidamente, enquanto outros ficaram incomodados com a presença de uma preocupação que iria além do LULZ.

Para concretizar o projeto Chanology, eles utilizaram diversos artifícios, indo desde trotes por telefone, envio de imagens por fax até o envio de equipes da SWAT para prédios da Cientologia. Acreditamos que foi a partir de toda essa movimentação que os membros perceberam ser mais do que hackers: segundo o jornalista Steven Levy (1984[1994], p.4), seriam “aventureiros, visionários que assumem os riscos, artistas”. Eles estavam vendo o computador como “uma verdadeira ferramenta revolucionária”. Essas brincadeiras que, para muitos, podem não ser tão efetivas, custaram muito à Cientologia, uma vez que todos os seus canais de contato estavam sendo ocupados, impedindo que qualquer pessoa interessada pudesse entrar em contato com eles.

Desenvolve-se, a partir desses acontecimentos, uma nova caracterização do propósito do Anonymous. Por se envolverem nas operações contra o ditador Hosni Mubarak, seus atos eram muito mais ativistas do que costumavam ser, colocando muitos membros em dúvida quanto ao que eles estavam se transformando. O LULZ não poderia desaparecer, simplesmente, porque vários

"moralfags" estavam aparecendo. Daí, veio a formação de um outro coletivo chamado de LulzSec²⁶.

Cabe a nós apontar essa divisão dos membros do Anonymous, pois, ao presenciar as ações daqueles que se intitulam Anonymous, podemos ver quais são os discursos que se encontram em ambos os núdulos, tanto no brasileiro quanto no americano. Podemos presenciar atualmente uma forte tendência ativista nas páginas do Facebook que se baseiam no Anonymous, mostrando a defasagem (ou inexistência) de um dos elementos fundadores: lulz.

4.1.1 - Sendo anônimo no Anonymous

Talvez, no momento atual, ao se falar sobre o Anonymous, não se pense muito no nome pelo qual é chamado. Desde que apareceu, um detalhe dos grupos tornava toda a situação muito mais misteriosa, atraente e motivo de ressalvas por muitos. O Anonymous seria um grupo de hackers, pessoas com super-poderes que poderiam invadir seu computador, acabar com seus dados e expor sua vida privada encobertos pelo anonimato. Tomando o lugar dos "comunistas infiltrados", dos inimigos prontos para atacar por qualquer lado, essas pessoas passaram a assinar seus atos com um nome simples: anonymous.

Como já explicado anteriormente neste capítulo, a questão do anonimato é muito importante dentro do site 4chan, berço do Anonymous. Logo, era de se esperar que essa característica se tornasse fundamental para os membros dos grupos, pois ela lhes confere, paradoxalmente, traços identitários. A partir da falta do nome, começou-se a constituir o que é o Anonymous.

O distanciamento do nome próprio dos atores é tão importante para eles que, em mais de um caso, foi registrado que membros foram expulsos dos canais de conversa por terem se auto-divulgado, o que, nos círculos do Anonymous, vai ser chamado de "namefagging". A individualidade se perderá no mar de tantos dizeres, de tantas vontades que constituem os grupos de discussões de

²⁶ Abreviação de "Lulz Security", sátira feita sobre as empresas de segurança digital, cujos nomes tem, normalmente, a palavra "security".

operações do Anonymous. Estipulada como um posicionamento ético por parte daqueles que se envolvem, não é tolerado que alguém se promova. Coleman (2014, p. 190) pontua sobre esse detalhe, afirmando que "a identidade pública e individual deve ser mantida fora da equação, em prol do interesse coletivo"²⁷.

Com o decorrer das operações de grupos Anonymous e a popularização destes, várias pessoas, além dos próprios membros dos grupos, passaram a produzir conteúdo midiático. Na verdade, existem braços, dentro dos grupos, cujo objetivo é criar material para ser distribuído, falando qual seria a missão e a explicação do envolvimento do Anonymous com vários acontecimentos, por exemplo. Existem perfis em redes sociais (Facebook, Twitter, entre outros), canais no Youtube, blogs e até mesmo jornalistas escolhidos para serem os porta-vozes das ações do(s) Anonymous. Essas diversas narrativas são baseadas nas ideias sobre o que o Anonymous seria e estão relacionadas à memória invocada a partir do significante.

Recordar se refere, como explica Larrosa (2011), ao ato de imaginar. Ao expressarem seus desejos, suas dúvidas e suas angústias, os usuários conduzem uma narrativa sobre eles e, também, sobre o Anonymous. Narrar pressupõe a delineação do que seria o Anonymous, ação que estaria ligada diretamente à memória²⁸, se considerarmos o seguinte ponto levantado por Larrosa (2011, p. 68):

[o] que narra é o que leva para frente, apresentando-o de novo, o que viu e do qual conserva um rastro em sua memória. O narrador é que expressa, no sentido de exteriorizar, o rastro que aquilo que viu deixou em sua memória.

Essa memória acaba fundamentando, então, a criação da representação do Anonymous que é materializada nessas narrativas. Vale lembrar que, como mencionado anteriormente, a memória é uma ficção.

Ao estudar o contexto pedagógico, Larrosa (2011) discorre sobre o ato de narrar a si como processo de construção da subjetividade. Nesse contexto, Larrosa (2011, p. 70) aponta que a subjetividade "[é], antes, algo que se vai

²⁷ Tradução minha. Em inglês: "The public, individual persona must be kept out of the equation, in the interest of collective fame".

²⁸ Aprofundamos a noção de memória na página 121.

fabricando e inventando, algo que se vai construindo e reconstruindo em operações de narração e com a narração”. Assim sendo, podemos considerar que, no caso dos seguidores da página “Anonymous Brasil”, eles estariam narrando sobre si e sobre o Anonymous, fabricando a si mesmos e ao Anonymous, uma vez que, para tal, precisam lembrar e, como explicado anteriormente, lembrar é um gesto interpretativo.

Em sua dimensão textual, a narrativa pode se dar, também, principalmente quando utiliza várias mídias, para criar um mundo com consistência, como Jenkins (2006) explica. A narrativa transmídia foi utilizada para atribuir consistência a essa entidade chamada Anonymous.

Sendo assim, "Anonymous" é nomeado, definido por diversas fontes, o que lhe confere, por mais questionável que seja, uma materialidade. Os membros podem não ter seus nomes ou faces reconhecidos, mas o Anonymous é, como um todo, reconhecido.

Tendo contato com o depoimento de algumas pessoas que participaram ativamente de operações dos grupos Anonymous, é possível perceber que há um engano por parte dos que estão de fora da relação com o anonimato. Muitas pessoas supõem que o termo “Anonymous” seria uma maneira de os membros se protegerem. Pelo contrário, eles tentam construir algo maior do que eles, como indivíduos. A ideia de "namefagging" faria juz a essa linha de pensamento. Por isso, Anonymous foi construído para ser visto, para chamar a atenção das pessoas: um grande “espetáculo”²⁹ pelo qual algumas vozes poderiam ganhar espaço finalmente.

O termo que, para muitos, esconde os membros do grupo, passou a ter um reconhecimento mundial. Toda essa produção de conteúdo por diversas mídias acaba gerando uma realidade. De acordo com Jenkins (2006), há uma prática nos dias de hoje que pode ser definida como uma "narrativa transmidiática". Como o autor (JENKINS, 2006, p. 95-96) define,

[u]ma narrativa transmidiática se dá através de múltiplas plataformas midiáticas, sendo que cada texto contribui de maneira distinta e

²⁹ Nós buscamos em Debord (1992 [2011]) o conceito de espetáculo. Para o autor, as relações modernas são mediadas por representações, nunca alcançando a realidade, o que indicaria a constituição de vários espetáculos.

relevante para o todo. Na forma ideal da narrativa transmídia, cada mídia trabalha com o que tem de melhor – ou seja, uma história pode começar com um filme, ser expandida por meio da televisão, livros e quadrinhos.³⁰

O Anonymous deixou de ser simplesmente um substantivo comum, ganhando corpo com as narrativas feitas pelos mais diversos usuários da Internet. Assim, envolveram-se com diversos acontecimentos, seja ajudando países em situações complicadas como o Egito, seja aplicando diversas piadas e brincadeiras ofensivas. De alguma maneira, eles também procuram sua voz, uma vez que, no suposto "mundo real", eles não passam de jovens cujas vozes são ignoradas por muitos. Buscam, no coletivo, fazer suas vozes ecoarem.

4.2 - Uma rede de referências: de Guy Fawkes ao filme “V de Vingança”

O título **V de Vingança** passou a ser mais conhecido após a adaptação cinematográfica, no ano de 2006, do quadrinho escrito por Alan Moore por uma das produtoras gigantes de Hollywood, a Warner. Além disso, o filme carregava o nome dos irmãos Wachowski, diretores do sucesso da cultura pop **Matrix**. Com esse filme, a internet passou a ser habitada pelo personagem "V" e, principalmente, por sua máscara.

Uma vez que a versão do filme se aproxima e, em outras horas, distancia-se do quadrinho, vamos partir dela para explicar a história. Nós a escolhemos como referencial, pois sua repercussão no meio popular foi maior. Mesmo se tratando de uma obra canônica no meio dos quadrinhos, "V de Vingança" é um tipo de trabalho voltado para adultos e, mais especificamente, fãs da obra de Moore, ficando esquecido por consumidores acostumados com grandes editoras, como Marvel e DC Comics. A partir dessa pequena investigação documental, poderemos, talvez, ter embasamento teórico para interpretar o

³⁰ [a] transmedia story unfold across multiple media platforms, with each new text making a distinctive and valuable contribution to the whole. In the ideal form of transmedia storytelling, each medium does what it does best - so that a story might be introduced in a film, expanded through television, novels and comics

deslocamento tanto da máscara quanto de certos elementos do quadrinho/filme que foram apropriados pelo Anonymous.

4.2.1 - "Vi Veri Veniversum Vivus Vici"³¹

Em meio a uma Londres futurista e distópica, encontramos a personagem Eve que, em um belo dia, deixa sua casa após o horário do toque de recolher. Surpreendida por dois Homens Dedo, um tipo de polícia do mundo fictício, ela se vê em uma situação em que sofreria o abuso de poder daqueles que deveriam manter todos em segurança. Nesse exato momento, uma voz surge das sombras. Não há como identificar seu dono, já que seu rosto é coberto por uma máscara baseada em Guy Fawkes, personagem histórico inglês, cuja história será comentada mais à frente. Após salvar a personagem Eve, o homem mascarado se apresenta apenas como "V" e, a partir daí, suas histórias passam a se enlaçar.

A missão do personagem "V" é, segundo ele, trazer justiça e acabar com o ditador que tomou conta do país. Para tal, ele pretende assassinar todas as pessoas envolvidas numa grande conspiração do governo que colaborou tanto para o massacre de diversos cidadãos ingleses, quanto para a ascensão do governo ditatorial. Longe de ser uma atitude simplesmente altruísta, em que o justiceiro luta pelos desfavorecidos, trata-se de um personagem cuja maior motivação é a vingança. Ele seria a personificação da justiça pelo que fizeram diretamente a ele, "V", como pessoa, em tempos passados. Como ele mesmo explica para Eve:

Mas, nesta noite auspiciosa, permita que em lugar de uma alcunha corriqueira, eu sugira o caráter desta persona dramática: Voilà! À sua vista um humilde veterano do vaudeville trajado com vestes de vítima e vilão pelas vicissitudes do destino. Este semblante não é um mero verniz de vaidade, é um vestígio de vox populi, agora vazia e

³¹ *"pelo poder da verdade, eu, enquanto vivo, conquistei o universo"*, frase encontrada no filme "V de Vingança" e na peça teatral "The Tragical History of Doctor Faustus".

esvaecida. Porém, esta valorosa visitação de uma vexação passada se encontra vivificada, e fez um voto de vencer os vermes, venais e virulentos, que se valem do vício e valorizam a violação violenta depravada e voraz da vontade... o único veredito é a vingança, a vendetta, tida como volitiva, não por vaidade, pois o valor e a veracidade de tal devem um dia vindicar o vigilante e o virtuoso... (risos). Verdade como esta vivida verborragia já se torna assaz verboso... permita-me que eu acrescente que é uma grande honra para mim conhecê-la, e a senhorita pode me chamar de "V". (*V de Vingança*, 2006)

No decorrer dessa citação (mesmo no original, em inglês), grande parte das palavras começam com a letra V. A vendeta, a busca de vingança, parece se entrelaçar com um senso de justiça e acaba permeando toda a vida do personagem, agindo, assim, como sua *raison d'être*.

Na história, os personagens travam diálogos que pontuam a importância de o direito do povo comandar a própria vida e não ter medo de seu governo. Por toda a obra, a ideia é dar forças ao povo: eles devem poder lutar, eles não podem ter medo.

A personagem Eve tem como função representar todos os outros cidadãos que eram imobilizados por medo, traumatizados com as medidas drásticas do governo, uma vez que não era incomum, no começo da ação do partido, do qual o governo fazia parte, desaparecer com qualquer um que quisesse expor seus pensamentos. Os próprios pais de Eve foram presos e mortos, porque participavam de um movimento contra o novo governo. Definido como "destino" por V, o encontro dele com Eve, como podemos ver na passagem "Quero dizer que eu, assim como Deus, não jogo dados e não acredito em coincidências", a jornada que ela passará a trilhar em conjunto com o antiherói pode ser comparada à Jornada do Herói, teoria sustentada pelo autor Campbell (1949 [2007]). Segundo o estudioso de mitos, há sempre uma jornada que transforma o personagem em herói. Tal ideia não está ligada apenas aos grandes mitos gregos ou egípcios. O próprio George Lucas, criador da franquia **Star Wars**, baseou-se na Jornada do Herói para construir todo o crescimento de um de seus personagens principais, Luke Skywalker (PERTUZZATTI & BONA, 2009).

Os versos "Lembraí, lembraí o cinco de novembro/ A pólvora, a traição e o ardil/ Por isso não vejo como esquecer/ uma traição de pólvora tão vil" ressoam, de certa maneira, por todo o filme. Por alguma razão, Alan Moore traz para sua obra a figura histórica de Guy Fawkes, um revolucionário inglês que, em 1605, foi preso ao tentar explodir o prédio do parlamento. Seu objetivo era assassinar o rei Jaime I da Inglaterra como uma ação contra o protestantismo. Enforcado como traidor, sua morte é celebrada no dia cinco de novembro. Desde os versos até à máscara e à explosão do parlamento inglês, o personagem V parece ser uma releitura do revolucionário. Entretanto, como as falas dos personagens esclarecem, aquilo que vem com a máscara de Guy Fawkes, além de algumas ações, não é o homem em si, mas suas ideias.

O filme apresenta V como uma construção das ações do povo a partir de algumas cenas, além dos diálogos, em que várias pessoas passam a adotar a máscara e as roupas do personagem. No clímax do filme, vê-se um mar de pessoas, todas vestindo as máscaras e as roupas, andando pelas ruas e encarando o prédio do parlamento. Ao ser questionada por um investigador - que passa grande parte da história querendo acabar com os planos de V - sobre a verdadeira identidade do mascarado, Eve responde que "ele era Edmont Dantès. Ele era meu pai, minha mãe, meu irmão, meu amigo. Ele era eu, era você, era todos nós" (**V de Vingança**, 2006).

Funcionando não como um homem, mas como uma ideia que busca a justiça, a verdade e o direito de ser livre, podemos entender em que ponto um grupo de hackers que usa a figura do personagem Guy Fawkes e a obra **V de Vingança** se encontram. Com a evolução das operações dos grupos, podemos ver que o Anonymous passa a se relacionar com a obra de Alan Moore em outra dimensão, indo além de apenas adotar a máscara que surge na obra de Moore. O Anonymous passa a ter a mesma função que o personagem V tem: não é uma pessoa, mas uma ideia que as pessoas vão adotar, "vestindo a máscara, para lutar contra as injustiças do mundo".

Em operações como a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho, o Anonymous é tomado como justiceiro. Ao considerar que nossas interpretações são baseadas, também, nas condições de produção em que nos encontramos, podemos supor que essa representação do grupo foi constituída pela cultura de massa hollywoodiana. A aceitação do público e a importância que o filme **V de**

Vingança tem no meio cultural popular é grande. Logo, o Anonymous está tão constituído pelo filme que, quando pessoas falam do Anonymous, é difícil saber se não estão falando da personagem V. Além disso, nas ações tomadas pelas pessoas que agem sob o nome de Anonymous emergem traços do filme, como o uso das mídias importantes em seus contextos para apresentar a verdade. No caso de V, ele invade a emissora de televisão para enviar uma mensagem ao povo. Já o grupo invade sites e divulga vídeos no site Youtube. Essa construção de um Anonymous que fala a verdade pelas mídias aparece nos dizeres encontrados na página, como será apresentado no capítulo de resultados de análise.

Além disso, existe o fato de que o rosto adotado pelo Anonymous é o mesmo do personagem V, e que, em momento algum da obra, é-nos permitido saber porque as pessoas confiam nele sem saber sua identidade. Para Coleman (2014, p. 75), "a máscara, que se tornou sua assinatura, funciona como um farol eterno, transmitindo o valor simbólico de igualdade, mesmo em meio a pequenas divisões e desigualdades". Assim como acontece no filme, no momento em que os cidadãos vestem as máscaras, eles deixam de lado suas diferenças (mas não as negam, já que, no final, eles retiram as máscaras), tornando tudo um único movimento em prol de um bem maior. Com frases como "Por baixo dessa máscara não há só carne. Por baixo dessa máscara há uma ideia, Mr Creedy, e ideias são à prova de bala" (**V de Vingança**, 2006), e o fato de que a máscara remete a um revolucionário, o filme a constitui como um símbolo daqueles que lutam contra a opressão.

Coleman (2014, p. 399) ainda explica que "ao adotarem a máscara, o que o sociólogo Richard Sennett aponta corretamente como 'um dos adereços teatrais mais antigos da cultura ligando o palco à rua'", o Anonymous aplicou na internet estratégias do teatro. A aplicação de uma teatralização produz um grande espetáculo, este sendo tão caro aos sujeitos (pós)modernos, uma vez que é através dele que se procura agir politicamente, de acordo com Kehl (2004 [2005]).

Mesmo tendo um objeto de estudo diferente, Landowski (1997 [2002]) assinala muito bem o teatro como espaço de reflexão, onde o sujeito passará, garantido pela distância em que se encontra daqueles que encenam, por um processo de identificação ou não. Criando, então, o sentimento de igualdade já

citado por Coleman, as máscaras também produzem a possibilidade de o sujeito se identificar com o Anonymous não só por suas ações, mas, também, por tudo o que a máscara representa (luta contra opressões, igualdade, entre outros).

Essa descrição tem o objetivo de apresentar uma das condições de produção que julgamos mais importantes e que constituíram os dizeres encontrados tanto nas Jornadas, quanto em tantas outras manifestações. A cultura de massa sofre com críticas daqueles que se preocupam em manter a legitimidade das obras ditas canônicas. Entretanto, mesmo com um curto período de vida, essas produções têm uma grande importância social. Elas são consumidas e incitam a novas produções. Sem muita surpresa, alguns anos depois da primeira aparição do Anonymous, veem-se produções como o seriado **Mr. Robot**, em que um grupo de hackeativistas, agindo anonimamente, lutam contra grandes corporações. O Anonymous é um dos exemplos que podemos encontrar do uso da cibercultura (LÉVY, 1997 [2011]) para um agir político.

4.3 - Anonymous Brasil: desdobramentos de um suposto anonimato

Desde que as primeiras operações do Anonymous aconteceram, a criação de páginas no Facebook e perfis no Twitter, controlados por grupos diferentes, constituem uma prática que procura aproximar as pessoas, ao formar os grupos que compactuam com suas ideias. Assim, além de procurar organizar os seguidores dos ideais do Anonymous, viabiliza-se uma comunicação mais fácil com essas pessoas.

Fora a comunicação, essas páginas/perfis servem, em muitos momentos, para demarcar território, assinalando a existência de um núcleo de Anonymous naquele país em específico. Contudo, uma vez que não há uma liderança, a autoridade para a criação de tais núcleos é dada a qualquer um que estiver interessado, o que produz uma diversidade grande entre aqueles que compõem os vários grupos Anonymous, levando, muitas vezes, a conflitos entre os grupos do próprio país. Muitas vezes, um grupo agiria de maneira contrária a outros grupos, ou falaria em nome do Anonymous, influenciando qualquer

interpretação sobre o Anonymous. A antropóloga Coleman (2014, p. 106) comenta que "ao reconhecer esses círculos internos e impulsos sectários, o Anonymous iria adotar eventualmente o lema 'o Anonymous não é unânime'"³².

A página do Facebook "Anonymous Brasil" surge em um movimento como esse. Caso se pesquise, é possível achar mais de uma página usando o termo "Anonymous" e "Brasil" de alguma maneira. Contudo, foi essa que ganhou mais notoriedade (em conjunto com outras, como AnonOpsBr) durante as manifestações de junho de 2013.

Criada em 2012, inicialmente, ela tinha poucos seguidores e seu conteúdo era muito sensacionalista. O número de seguidores passou a aumentar a partir do momento em que as manifestações de 2013 começaram. As postagens que mais chamavam a atenção não eram produzidas pelos administradores da página, mas pelos próprios seguidores que, durante os protestos, enviavam fotos tiradas com seus celulares.

Em nossa análise, buscaremos investigar mais a fundo a questão da legitimidade da página e de suas postagens.

³² Tradução minha. Em inglês: "By way of acknowledging these internal feuds and sectarian impulses, Anonymous would eventually adopt the refrain "Anonymous is not unanimous"

Capítulo 5 - Aspectos Metodológicos

Nos capítulos anteriores, nós apresentamos os principais referenciais teóricos, além de algumas das condições de produção dos dizeres que apresentaremos no capítulo 6. Cabe, agora, esclarecer os aspectos metodológicos desta pesquisa.

Inserido em uma linha de pesquisa baseada nos estudos do discurso, nosso trabalho busca, além de contribuir para a área da Linguística Aplicada, problematizar a função autor a partir de Foucault (1969 [2006]) e seu funcionamento em um contexto de anonimato. Além disso, procurou-se refletir sobre o papel das tecnologias digitais no funcionamento da autoria.

Em nosso trabalho, buscar compreender o papel da página “Anonymous Brasil” durante as Jornadas de Junho é, acima de tudo, tentar assimilar como as relações discursivas que aconteciam, dentro e fora da página, posicionaram o Anonymous como autor. É necessário buscar tais relações nos dizeres daqueles que seguiam a página para, talvez, compreender a dimensão da página durante as manifestações.

Uma vez que lidamos com a concepção de Foucault (1970 [2011]) sobre o autor, buscou-se, na teoria do discurso do filósofo, a base para os questionamentos, as reflexões e a análise. Além disso, procurou-se criar possibilidades para que a análise conseguisse compreender a estrutura que fundamenta a unidade, a lógica que tentava se impor durante as Jornadas. Para tal movimento, tomou-se a desconstrução de Derrida como aliada. Como resultado, encontramos-nos providos de um olhar discursivo-desconstrutivista, que será explicitado mais adiante.

Nos próximos itens, discutiremos esses tópicos com o objetivo de explicitar uma opção de como tratar os dizeres na Internet, buscando tratar de questões discursivas.

5.1 – Perspectiva Discursivo-desconstrutivista

Um dos objetivos desta pesquisa não é chegar a conclusões, mas discutir as condições em que as Jornadas de Junho, o Anonymous e os aspectos técnico-digitais se relacionam. Nossa busca se resume em apontar que, nos dizeres, as verdades, os inimigos, as causas são construções, des-vendendo, ou seja, tirando o véu da lógica, a qual se mostra “naturalizada”, escondendo essas relações. Para tanto, imbuímos nossa análise de um olhar discursivo-desconstrutivista.

Desenvolvida, principalmente, por Coracini (2007, 2010), essa perspectiva propõe um diálogo entre três grandes autores: Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan. Estes são compreendidos como “três pensadores desconstrutores, posto que propuseram, cada um em sua medida e em sentidos diversos, a problematização do pensamento logocêntrico-cartesiano, vigente na modernidade” (DA ROSA et al, 2015, p. 254). Como uma crítica a um sujeito do Iluminismo, em que se acredita em um indivíduo completo, cada um desses autores fez um movimento que deslegitimava tal representação.

O filósofo Michel Foucault trabalhou as relações discursivas e como elas constituem o mundo e as pessoas. Com suas análises, o pesquisador apresentou como verdades, leis e poder não são questões estanques. Além disso, o autor comenta sobre a morte do homem, ou seja, a procura pela retirada do homem como centro do universo, uma vez que o sujeito, para ele, é uma posição dentro de uma ordem discursiva.

Jacques Derrida trabalhou essa problematização de uma maneira diferente. Desenvolvendo a desconstrução, não como método, mas como uma estratégia, o filósofo passou a questionar e buscar, nos textos, as relações que ali se davam. Assim, ele verificaria e reorganizaria a estrutura e suas possíveis hierarquias, questão aprofundada no primeiro item deste capítulo.

A desconstrução é a posição que tomamos para lidar com o corpus retirado da página “Anonymous Brasil”, uma vez que as Jornadas foram tomadas como grandes unidades lógicas que tinham motivos claros para existir. A página era apenas um veículo de informação, em que os usuários do Facebook procuravam

notícias, assim como fariam em algum outro site. Contudo, nossa inquietação quanto a esse momento histórico nos levou a questionar essa lógica que encobria as relações que constituíam tanto a página quanto as Jornadas. Assim, tomando um olhar discursivo-desconstrutivista, buscamos explicar como a página tomou uma posição de legitimidade e exerceu a função de autor, a partir da constatação dos discursos que emergiam e das representações.

Muitos tentaram controlar os discursos que emergiam durante as Jornadas de Junho, com o intuito de trazê-los para uma estrutura, uma racionalidade ilusória. A página "Anonymous Brasil" se transformou, como se fosse de seu direito, em um porta-voz das manifestações e do povo. Essa unidade será um dos pontos que trataremos e buscaremos desconstruir.

Com essa perspectiva teórico-filosófica, pensamos ter instrumentos suficientemente capazes para lidar com o nosso corpus que, assim como Peixoto (2013) aponta, será cartografado com a análise discursivo-desconstrutivista.

5.1.1 - A Desconstrução

Um dos alicerces para o olhar discursivo-desconstrutivista é a Desconstrução, conceito trabalhado pelo filósofo Jacques Derrida. Em um momento em que o discurso estruturalista constituía verdades, Derrida coloca a desconstrução como um gesto tanto estruturalista quanto anti-estruturalista. A proposta do autor era de "desfazer, descompor, dessedimentar as estruturas" (DERRIDA, 1987 [2009], p. 24).

Estruturas que, como as dicotomias características da metafísica ocidental, estipulam hierarquias em que verdades são estipuladas. Ao desconstruir essas dicotomias, afasta-se a ideia de uma única verdade, desmontando, de dentro desses discursos, a hierarquia. Não existiria bem ou mal, bom ou ruim, mas "bem e mal", "bom e ruim". Os elementos que antes eram tomados como contrários, encontram-se em paralelo, somados, pois a estrutura, ao ser desconstruída, é deslocada. Como Roudinesco (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p.9) define bem,

[u]tilizado pela primeira vez por Jacques Derrida em 1967 na Gramatologia, o termo ‘desconstrução’ foi tomado da arquitetura. Significa a decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente (‘isso se desconstrói’), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes.

A busca pela resistência ao lógico se desdobra em outras questões. O termo “desconstrução”, assim como o conceito, leva a tantas reflexões que, em seu texto “Carta a um Amigo Japonês”, Derrida (1987 [2009]) procura explicar o que seria esse conceito, cuja ideia de tradução, de controle do sentido já mereceria ser desconstruída. Derrida comenta a dificuldade de procurar algum termo para o que estava pensando, ao tentar lidar com dois conceitos heideggerianos: *destruktion* e *abbau*. É na palavra “desconstrução” que o filósofo encontra um distanciamento seguro.

Procurando esclarecer o que seria a desconstrução, Derrida (1987 [2009]) determina ser mais fácil apontar o que ela não é. Longe de ser uma metodologia ou uma análise, a desconstrução é uma posição, uma estratégia. No caso de um pesquisador, a desconstrução funciona como a posição tomada ao propor uma análise (buscando, por exemplo, mostrar as relações instituídas por um discurso logocêntrico).

Arrojo (1992 [2003]) aponta que, no trabalho de Nietzsche, há uma preocupação em evidenciar a ilusão em que o sujeito vive de uma unidade fechada. Derrida retoma o movimento do filósofo alemão e passa a introduzir a desconstrução como um gesto de leitura, um movimento que tenta desestabilizar as dicotomias, a primazia do logos, de uma verdade a ser buscada. Tratando da relação do filósofo francês com a desconstrução, Rajagopalan (1992 [2003], p. 26) explica que ela

se torna uma arma, um instrumento de capacidade inesgotável, que serve para perfurar um texto até as suas entranhas e explorá-las a fim de desenterrar aquele "ponto cego" que o autor nunca viu e nem quis ver, e que o texto procura, na medida do possível, acobertar para que ninguém o veja.

O ponto cego fica exposto a partir da tentativa de tradução do termo. Vê-se um movimento de desconstrução em que se desloca a posição de controle da língua sobre o sentido. Este não está inserido, cristalizado na palavra. A explicação do termo acaba possibilitando um desdobramento da questão, já que o autor "desestabiliza a noção de completude da linguagem e seu papel como mediadora de uma realidade pré-existente" (DA ROSA et al, 2015, p. 258). Não há mais a verdade inserida na linguagem. Há, pelo contrário, uma verdade entre tantas outras.

Longe de ser uma metodologia, a desconstrução é uma perspectiva que "tem lugar, é um acontecimento que não espera a deliberação, a consciência ou a organização do sujeito, nem mesmo da modernidade" (DERRIDA, 1987 [2009], p. 25). Com a desconstrução, é possível lidar com as estruturas encontradas no meio (pós)moderno, cuja permanência "constitui mais um artifício, uma ilusão criada por um raciocínio lógico invertido" (CORACINI, 1992 [2003], p. 23), possibilitando seu deslocamento.

5.1.2 - Discurso em Foucault

Baseando-nos no trabalho de Foucault (1969 [2013]), tomamos os discursos como conjuntos de enunciados, descontínuos, cuja aparição, em determinada situação, dá-se a partir de certas condições sócio-históricas e discursivas. Esta concepção implica que "os interlocutores, esses eus que marcam uma presença, estão ausentes, no sentido de não se configurarem como seu ponto de partida e nem de chegada" (DA ROSA et al, 2015, p. 264).

Tendo como principal objetivo lidar com os modos de subjetivação, Foucault (2001 [2010a]) buscou entender a quais forças as pessoas estão

sujeitas, transformando o que é ser sujeito em cada época. Tomamos o sujeito como incompleto, constituído por fragmentos que “nos precedem e que recebemos como herança e que, por isso mesmo, sofrem modificações, transformações” (CORACINI, 2007, p. 9). Com o trabalho de Foucault, o caráter “natural” do sujeito foi questionado, resultando na colocação de que o sujeito é uma construção, pois ele nada mais é do que consequência dos discursos.

As rupturas que apareciam em sua análise de textos históricos mostraram que não existia uma relação de continuidade na história. O filósofo argumenta que essa é feita de cortes ao contrário do que muitos defendiam. Logo, as forças às quais o sujeito está submetido mudam, sendo transformadas pela história em que estão inseridas. A história, representada por elementos discursivos ou não, colabora para que discursos sejam possíveis ou não. São as regras do jogo que são chamadas de formação discursiva.

As formações discursivas possibilitam enunciados, sendo as condições para a emergência de seus coletivos, os discursos. Ao inserir fragmentos de um discurso em uma nova formação discursiva, eles acabam sendo atualizados. Como exemplo, tem-se sempre a construção de um discurso de verdade, cujos sentidos são diferentes para cada época. O discurso nazista, por exemplo, emergiu, porque a situação era propícia para tal: se a situação da Alemanha não estivesse tão complicada com o moral baixo por ter perdido uma guerra, talvez o discurso nazista não tivesse sido legitimado.

Em meio às Jornadas, nós encontramos um contexto que possibilitou a emergência de certos discursos. O cenário político do Brasil estava (e ainda está) conturbado por diversos escândalos de corrupção. No mês de junho de 2013, o sentimento dos cidadãos de serem enganados pelos políticos foi intensificado pela realização da Copa das Confederações e pela aproximação da Copa do Mundo de 2014 que seria (e foi) realizada no Brasil. Milhões de reais a serem gastos em um espetáculo esportivo, enquanto o povo clamava por um país mais justo e confiável. Ao mesmo tempo, alguns jovens, que já agiam há alguns anos, iam às ruas para lutar contra o aumento das tarifas do transporte público. No momento em que a polícia não soube lidar com as pequenas manifestações e acabou sendo violenta com os manifestantes, as pessoas ficaram ainda mais indignadas.

Todo esse contexto possibilitou que discursos como o de revolução ou nacionalista emergissem. A soma desses diversos elementos possibilitou a produção de certos sentidos. Assim, consideramos que o sujeito não domina o sentido. Na verdade, não existe “um sentido”, mas a produção de vários, a partir da relação desses discursos. Neste ponto, o sujeito é destituído de sua posição de controle e autoridade sobre a produção de um sentido, assim como de uma lógica. Esta é, assim como o sujeito, uma construção discursiva.

5.2 – Corpus

Nosso corpus foi selecionado dentre os comentários feitos por seguidores em postagens divulgadas pela página “Anonymous Brasil”. Utilizamos a ferramenta de *Print Screen*, mecanismo que captura o que está na tela do computador, e coletamos as postagens e seus respectivos comentários de março de 2013 até setembro do mesmo ano.

Nosso corpus é composto por 132 comentários feitos por seguidores da página “Anonymous Brasil”. Eles foram retirados de postagens, cujos conteúdos eram estritamente relacionados às manifestações. Os comentários foram divididos em dois eixos de análise. A divisão foi feita a partir das regularidades encontradas nesses dizeres e tem como objetivo facilitar a apresentação dos resultados de pesquisa.

Eles foram selecionados entre as sete mil, quinhentas e noventa e duas telas salvas da página “Anonymous Brasil”. Para fazer um recorte nessa grande quantidade de arquivos, procuramos, em termos de disseminação de postagens, uma semana significativa, fosse pelo número de “curtidas”, de postagens ou algum outro fator. Identificamos que, na semana do dia dezessete de junho, houve o maior pico de postagens por parte da administração da página. Considerando toda a semana, fizemos uma leitura inicial das postagens e comentários. Como consequência, separamos os excertos entre as postagens/comentários do dia dezessete de junho até o dia vinte e três.

Consideramos separar os excertos dessa maneira, porque, assim como Foucault (1970 [2011]) explica, a história é descontínua. Não há razão para

apresentar uma extensa sequência de momentos históricos. Ao fazermos essa seleção na linha temporal, buscamos encontrar regularidades que evidenciariam a(s) FD(s) que regula(m) e possibilita(m) os discursos que emergiram durante as manifestações. No caso das Jornadas, acreditamos que, desde o início das manifestações até o final de junho de 2013, proporciona uma amostragem significativa, ainda mais considerando que, naqueles dias, a produção escrita dentro das redes sociais digitais foi muito maior do que estamos acostumados.

Para nossa pesquisa de mestrado, optamos por trabalhar com textos escritos e fotos (as quais tomamos como textos também), pois é através dessas materialidades que poderíamos pinçar os fios do discurso e desenvolver nossa reflexão sobre a questão da autoria. É válido salientar também que, como discorre Coracini (2010, p. 27), produzir

[u]m texto é, na maioria dos casos, alinhar-se a uma certa ordem do discurso vigente, ao jogo das formações discursivas em que se inscreve o autor e, sobretudo, aos procedimentos de exclusão internos: o comentário; o autor – princípio de agrupamento do discurso –, as disciplinas; (...).

Ou seja, os diversos comentários e imagens feitos pelos seguidores da página “Anonymous Brasil” têm um grande valor para nossa pesquisa. Através dos comentários de usuários, pudemos identificar as relações de autoria presentes nos dizeres e, assim, encontrar algum elemento exercendo a função autor.

Nós obtivemos uma grande quantidade de textos e, por isso, procuramos organizá-los para que a análise ficasse mais didática. Assim como Lankshear e Knobel (2008) aconselham, “é requerido algum tipo de método sistemático para localizar, organizar e recuperar prontamente documentos para propósitos analíticos” (p. 272). Para tal sistemática, estipulamos que cada imagem, resultante do processo de *Print Screen*, seria salva da seguinte maneira: Dia-Mês [Número da Postagem][4]. Assim, pudemos localizar as imagens de acordo com o dia em que foram postadas e os comentários relacionados a elas.

Se pensarmos no contexto em que nossa pesquisa está inserida, não é difícil pensar que o *corpus* poderia ser composto por respostas de questionários

ou análise de textos oficiais. Independentemente de qual tipo for, os comentários deixados dentro de uma rede social digital parecem não se equiparar a esses instrumentos. Entretanto, partimos do pressuposto de que o contexto digital pode oferecer possibilidades diferentes, caso seja comparado a outros espaços de comunicação entre vários indivíduos. Os discursos podem permanecer, mas os acontecimentos discursivos e as FDs se dão da mesma maneira?

A Web mudou a maneira como lidamos com as outras pessoas, com o conhecimento e com o mundo. A conexão entre os elementos digitais possibilita novas práticas, no contexto digital, assim como Barabási (2002, p. 31) afirma:

O poder da Web está nos links, os Localizadores Padrões de Recursos (URLs) que nos permitem transitar de uma página a outra com um clique do mouse. Eles nos permitem navegar, localizar e juntar informações. Esses links transformam grupos de documentos individuais em grandes redes tecidas através dos cliques do mouse. Eles são os pontos que mantêm o tecido de nossa moderna sociedade de informação ligada. Remova os links e o gênio desaparecerá surpreendentemente. Grandes bancos de dados inacessíveis seriam deixados para trás, as ruínas contemporâneas de um mundo interconectado.³³

Com tamanha transformação no mundo, acarretada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), vivemos em um contexto que passa por um período de exploração por parte dos pesquisadores. O mundo pode ter mudado superficialmente, mas ainda não se sabe qual é a extensão da influência das TICs.

As RDS tomaram o lugar de interesse do “blog” para os pesquisadores, uma vez que sites como Facebook e Twitter possibilitam interações que não se presenciam em blogs. Além disso, suas estruturas são modificadas tão rapidamente quanto às práticas que se desenvolvem a partir da inovação desses

³³. Tradução minha. Em inglês: “The power of the Web is in the links, the uniform resource locator (URLs) that allow us to move with the click of a mouse from one page to another. They allow us to surf, locate, and string together information. These links turn the collection of individual documents into a huge network spun together by mouse clicks. They are the stitches that keep the fabric of our modern information society together. Remove the links, and the genie would spectacularly vanish. Huge inaccessible databases would be left behind, the contemporary ruins of an interconnected world”.

sites. Há uma hibridização do homem com a máquina tão forte que esta não se separa dele ou ele não se separa dela. Além dos gadgets, as RSD também colaboram para essa hibridização, uma vez que possibilitam, em conjunto com *smartphones*, por exemplo, a produção de uma realidade aumentada. A soma de um perfil em um Facebook com um celular traz diversas possibilidades. O digital passou a ser, como Weissberg (1993 [2011, p. 119]) postula, “uma dimensão do real, não voltado simplesmente a substituí-lo (...). Ele envolve o projeto de uma extensão, camada de possibilidades não apenas imaginárias: um pensamento concreto.”

Encerramos a explicação dos aspectos metodológicos com a esperança de que esse percurso possa ajudar outros pesquisadores. Os estudos discursivos inseridos em contextos digitais são importantes, mas ainda falham em desenvolver um bom diálogo com os aspectos tecnológicos da internet.

Apresentaremos, agora, os resultados de análise.

Capítulo 6 - Resultados de Análise

Procurando uma maneira de compreender como se daria a função autor na página “Anonymous Brasil”, as postagens e comentários deixados por seguidores da página, mostraram-se as melhores opções. Por meio desses, pudemos encontrar regularidades valiosas para nosso trabalho.

Os seguidores encontraram, na seção de comentários, um espaço de confissão³⁴. Eles descobriram que poderiam expressar seus desejos e anseios como comentários e que estes não seriam barrados.

Ao analisar o *corpus*, pudemos identificar, em conexão com o tema desta pesquisa, dois eixos de análise: eixo do acontecimento e eixo da autoria. Apresentaremos, primeiro, os excertos relacionados ao eixo do acontecimento, mesmo que esses sejam comentários realizados depois dos comentários que constituem o eixo da autoria.

Como mencionado no item 1.1 do capítulo sobre autoria, tomamos essa como uma função discursiva, assim como Foucault (1970 [2011]) a define, cujo objetivo é controlar as dispersões ao servir como um elemento de coerência entre os discursos. A função não é exercida por uma pessoa, mas por um nome. Para que este passe a ser um grande *hub*, um ponto de coerência, ele precisa estar em uma posição de legitimidade. Assim, será possível que esse nome signifique os discursos e os aproxime.

Relacionado à questão da autoria, o conceito de acontecimento é importante para entendermos que houve algo inesperado, surpreendente e que, além disso, as condições para a produção de sentido que remetem às FDs mudaram. A dificuldade de compreender ao que escapava à racionalização fez com que surgissem diversas verdades. As Jornadas de Junho representaram,

³⁴ Foucault (1976 [2012], p. 24) identifica a confissão como um modo de exercício de poder. Através dele, houve a “incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais”. Uma vez que os seguidores confessavam questões sobre as manifestações e o Anonymous, mais eles acabavam falando sobre o que seria o Anonymous.

então, uma mudança que possibilitou a emergência de dizeres de revolução, de um país em transformação.

Procurou-se, assim, estabelecer um novo discurso de verdade a partir de uma nova FD, mas era necessária, ainda, uma voz que o legitimasse. O discurso de verdade que emerge através das Jornadas precisava ser significado e legitimado por um nome. Quem poderia ser, já que até mesmo os representantes do povo, os políticos, eram acusados, na época, de não representarem os cidadãos? A dita “verdade” precisava ser proferida por alguém de autoridade. A solução? Delegar a responsabilidade e autoridade sobre os discursos a uma entidade maior e que poderia legitimar as ações dos manifestantes.

Em um momento da história em que as tecnologias digitais ocupam um papel importante, os cidadãos brasileiros, usuários dessas tecnologias as utilizaram para narrar as representações de uma “entidade” que foi alcançada através dos administradores da página, que funcionam como uma espécie de oráculo. Com seus textos e vídeos, link e hashtags, os usuários criaram uma complexa rede de narrativas que concedeu a essa entidade princípios, dizeres, ações e, principalmente, a posse da verdade. Essa entidade representaria a imagem de um sábio que, de acordo com Foucault (1970-1971 [2014], p. 170-171), é

[o] princípio de distribuição do poder político. Não onde ele se exerce violentamente e pela coerção. Mas onde sua lei é formulada. O sábio é aquele que tem seu lugar no meio. (...). Uma certa posição se define, que é a de fundador do poder político (mais que de seu possuidor), de conhecedor da ordem do mundo (mais que de detentor das regras tradicionais), de homem de mãos puras (mais que daquele que enfrenta indefinidamente o desafio das vinganças). Ora, deve-se reconhecer que essa é uma figura fictícia, sob cuja máscara se conservaram operações econômicas e políticas.

Possuindo o saber, a verdade, o Anonymous poderia exercer o poder e a função de autor. Entretanto, como isso é possível se ele é, por sua natureza, anônimo? É preciso destituí-lo, então, de seu anonimato para que possa ser

deslocado da posição em que se encontrava: de funcionar e não funcionar como (função) autor.

Apresentaremos a seguir o percurso analítico em que discutiremos: a) a acontecimentalidade (DERRIDA, 2001 [2004]) das Jornadas de Junho; b) Anonymous como nome próprio; e c) a constituição do Anonymous como autor.

6.1 – As Jornadas de Junho e sua Imprevisibilidade

A imprevisibilidade das manifestações que ocorreram em 2013 não gerou espanto em apenas algumas pessoas. As mídias tradicionais, os pensadores, entre outros, buscaram encontrar e proferir alguma explicação coerente. Entretanto, eles contradiziam uns aos outros, pois suas interpretações tentavam aproximar os eventos à esfera do racional.

Tentando expressar o mesmo tipo de surpresa, os cidadãos buscaram, em suas reações quanto ao evento, uma explicação. Sem saber do que se tratava ou quais motivos sustentavam tamanha movimentação, eles só podiam se apoiar naquilo que sentiam: a falta de um “solo”, onde poderiam se fixar.

No dia dezoito de junho de dois mil e treze, os manifestantes que se encontravam na cidade de São Paulo caminharam até o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP). O excerto 1 é uma foto que retrata o momento em que uma verdadeira multidão chegou ao MASP. Ela acabou aparecendo em diversos jornais e sites de notícias.

A cada momento, as pessoas ocupavam ruas diferentes, dando uma forma à massa amórfica que eram os atos. Ao mesmo tempo, a cada esquina que viravam, ouvia-se uma nova reivindicação, um novo propósito para toda aquela movimentação. A fotografia possibilita observar como o movimento tomava a forma da rua em que caminhavam, seguindo as bordas que se delineavam entre os prédios e construções.



Excerto 1

A fluidez do movimento, ao mesmo tempo que possibilitou uma ocupação rápida e sem uma lógica, cobrindo a superfície e (res)significando o espaço, também serviu para evidenciar a falta de direção do movimento. Formadas pelo ímpeto dos cidadãos brasileiros de irem às ruas, as Jornadas continham essa particularidade: não eram conduzidas por nenhuma lógica. Assim como os líquidos que, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade” (BAUMAN, 2000 [2001], p. 8), as Jornadas eram imprevisíveis. Assim como o gigantesco dilúvio bíblico, essas ondas de manifestantes “empurravam”, com seus dizeres, tudo aquilo com o que não concordavam.

Tão inexplicável quanto o dilúvio que se alastra pelos mitos da humanidade, as Jornadas também desafiaram a compreensão dos que viviam aquele momento por uma outra questão: a falta de centralidade de um motivo faz com que a coalizão de todos os participantes seja incompreensível.

Por não ser suas reivindicações que os colocavam juntos, formando um movimento, o que seria? Não há como saber. Os manifestantes eram elementos distintos e singulares, cujas reivindicações próprias/particulares nos levaram a pensar que, por serem tão distintas, iriam distanciar os manifestantes ainda mais. No entanto, isso não aconteceu. A acontecimentalidade das Jornadas estava exatamente nesses pontos.

Prosseguindo com a discussão sobre as Jornadas como acontecimento, propomos a análise do excerto 2, que consiste numa foto tirada em Brasília, em que podemos ver a manifestação por outro ângulo. Dessa maneira, poderemos enfatizar elementos da singularidade do evento.

Muitas imagens, dentro ou fora das mídias tradicionais, focavam o número de manifestantes, apresentando recortes de grandes avenidas ocupadas por uma massa de indivíduos que parecia ter uma unidade. As manifestações eram representadas como um grande conjunto que se uniu para ocupar as ruas. Contudo, essa perspectiva impede uma melhor compreensão, já que as Jornadas foram caracterizadas, principalmente, pela pluralidade de pessoas e reivindicações. A constatação de tal situação nos proporciona a possibilidade de prosseguir com nosso percurso analítico, em que trabalhamos a construção de uma entidade com legitimidade, em um momento em que nada era certo e único. Nenhum nome ocupava uma posição de autoridade para poder explicar e dizer os reais motivos das Jornadas, sendo que os próprios manifestantes não compreendiam as reais razões para manifestações daquela magnitude.



Excerto 2

Propondo não focar em aspectos técnicos da foto (enquadramento, iluminação, entre outros) que poderiam remeter a outros processos de significação, buscamos desconstruir a estrutura que tenta constituir a foto como uma representação de um movimento coerente.

Com o excerto 2, podemos perceber um desejo de aproximar os manifestantes e enquadrá-los na foto, formando um grupo conciso. A unidade é construída a partir das bordas da imagem que enquadram um recorte, uma perspectiva da realidade. Produzindo um efeito de sentido de união, fotos como esta acabam destituindo o evento de sua acontecimentalidade, pois distraem com sua máscara de união o caos que ali se instaurou.

Com um olhar desconstrutor, podemos nos posicionar de maneira a pinçar certos elementos que emergem da foto, que, na verdade, apresenta um caos encoberto pelo grande número. Sem as bordas da foto, a ilusória união se desfaz, passando a mostrar a variedade de pessoas e sua singularidade. Atrás dos cartazes, podemos perceber manifestantes dispersos, separados. Esses elementos, escondidos pela vontade de verdade do enunciado de um Brasil único lutando como nação, produzem efeitos de sentido que deslocam a ideia de movimento uno.

O mesmo enunciado passa a ser reforçado por discursos que emergem de outros espaços discursivos. A imagem recebe uma legenda com *hashtags* (*#Anonymous*, *#AnonymousBrasil*, *#Brasil Acordou*, *#OGiganteAcordou*), qualificando tanto a foto quanto os componentes que a formam como um movimento em prol do país e de seus cidadãos. Marcada pelas palavras “Brasil” e “Gigante”, supõe-se que as pessoas presentes na foto representem uma unidade estruturada a partir de um sentimento nacionalista. Incorporado às significações produzidas através das possibilidades apresentadas pela *#Anonymous*, essa unidade estaria em ação propondo uma revolução, como será exemplificado no item 6.2.3.

Logo atrás da adolescente de óculos escuros, podemos perceber uma roda de pessoas. A atenção de seus integrantes está voltada para o que estão falando, no centro de seu encontro e não para o que acontece mais à frente, na rua. Não parece ser importante o desenrolar das ações a partir da relação das mensagens escritas nos cartazes sobre os políticos. Por que eles estariam participando das manifestações, então? O motivo sempre será um mistério que,

para nós, não é importante desvendar. Contudo, essa disposição espacial produz um sentido bem diferente de uma união. Diferente do que podemos imaginar ao ver as grandes avenidas ocupadas, essas pessoas não estão na manifestação para lutar por um ideal comum. Cada uma delas mostra lidar e se colocar de maneira diferente, revelando fissuras numa homogeneidade.

Introduzimos a questão do acontecimento a partir desses excertos para ilustrar um ponto importante: a representação de união se dá através de uma narrativa que se expõe nos comentários, buscando propor uma lógica para o evento. Afinal, como um evento disperso, formado por pessoas com objetivos diferentes, causando uma colisão de ideias e crenças tomaram as ruas pelo país? O que sustentou todo esse movimento?

A impossibilidade de definir de maneira certa os motivos é constituinte de um acontecimento, de algo que escapa à racionalidade e à previsibilidade. As Jornadas escapavam do controle e possibilitaram novos efeitos de sentido. Ser brasileiro e ir às ruas passou a significar algo diferente. Continuaremos a análise, buscando explicitar a acontecimentalidade das Jornadas de Junho que possibilitou o movimento para a instauração de um discurso de verdade.



Lucas Guerra Realmente eu não acredito que o povo está saindo nas ruas para protestar, nunca ia pensar que iria chegar esse dia!

Curtir · Responder · 20 de junho de 2013 às 22:24

Excerto 3

O excerto 3 traz a voz de um seguidor descrevendo sua reação quanto à ida dos cidadãos às ruas que, de acordo com ele, é difícil de acreditar, escapando à sua habilidade de compreender as manifestações, o que aponta para o inusitado do evento. Sair às ruas para protestar pode produzir diversos efeitos de sentido, principalmente quando mais de um milhão de brasileiros o fazem. Contudo, por não compreender o que move essas pessoas, o usuário tenta definir que a causa de sua surpresa é a ideia de protestos pelo Brasil. A tentativa de definir o motivo de seu assombro só adia o sentido, uma vez que o surpreendente não é a ida às ruas, mas a razão do movimento, que mostra o seu lado irracional.

O advérbio “realmente” e o verbo “acreditar” podem ser lidos como a tentativa de tratar de algo que não se compreende. Uma vez que é difícil de conceber, logo, de delimitar o sentido, faz-se o movimento de se apoiar no real, procurando, dessa maneira, falar sobre as manifestações. O uso do advérbio “nunca” justaposto ao verbo “pensar” mostra que a ida dos brasileiros às ruas era algo inesperado, fora da estrutura, da lógica. Trata-se de um fato ilógico e, por isso mesmo, um acontecimento. Esses elementos demarcariam, linguisticamente, a surpresa do acontecimento, fator intrínseco a este, como Derrida (2001 [2004]) explica.

Para o seguidor da página, o impossível está ligado à saída, ou seja, mover-se para agir, politicamente, no espaço público. Uma representação do brasileiro é desenhada ao propor a inverossimilhança de tal ato. O cidadão brasileiro seria alguém cujo fazer político só se daria “às escondidas”. A mudança de seu comportamento, de seu posicionamento perante a sociedade só viria em um dia especial, representado como um dia premeditado, como apontado pelo usuário. Com um tom profético, o pronome demonstrativo (esse) produz um efeito de sentido de que se trata de um dia esperado, sonhado e, talvez, utópico, que sempre se mostrou como promessa. A transformação do país, a ação dos cidadãos brasileiros, materializados no “dia” seria impossível, até então, de acontecer. O pronome demonstrativo (esse) remete ao substantivo “dia” de uma maneira que o torna especial, mas incapaz de delimitar, com muita exatidão, seu “real” sentido.

No excerto 3, encontramos indícios, na materialidade linguística, desse acontecimento e da impossibilidade de compreendê-lo. Tal situação justificaria a busca para a construção de um discurso de verdade, uma vez que o movimento de racionalização é intrínseco à nossa sociedade, constituída pelo discurso iluminista. A necessidade de ver as Jornadas como coerentes passa a ser marcada nos dizeres e tal desejo pode motivar a busca por uma autoridade que diga a verdade sobre o que estava acontecendo.



Leonam Duarte Nem acredito que isso está acontecendo!!! Somo brasileiros, somos gigantes!!! Vamos reconstruir esse país!!!
Curtir · Responder · 1 · 17 de junho de 2013 às 18:51

Trabalhando o excerto 4, pode-se ver que o crível é posto em questão pelo seguidor da página, assim como acontece no Excerto 3. Assim como foi explicado nos capítulos teóricos, Derrida (2002 [2012]) determina que um acontecimento que for previsto perde sua acontecimentalidade, ou seja, sua qualidade de acontecimento, e não escapa à estrutura, à máquina da repetição. Uma vez que a apreensão da situação como real é difícil, senão impossível, supomos ver mais indícios de que se trata de um acontecimento.

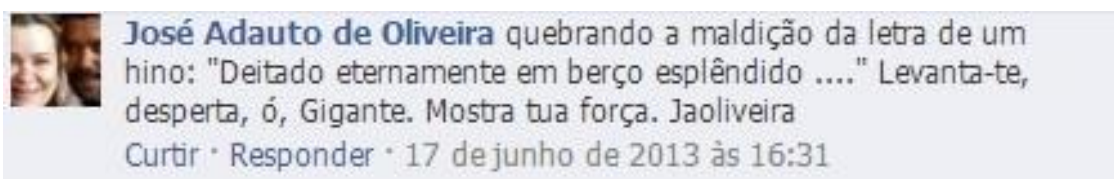
No comentário de Leonam Duarte, além da impossibilidade de conceber o que acontece como verdade, podemos tomar o uso do pronome demonstrativo indeterminado “isso” como uma tentativa de encaixar o acontecimento derrideano, ilógico, dentro da estrutura da língua. Díficeis de compreender, de definir, a solução para se referir às manifestações está no uso de vocábulos como o pronome indeterminado (isso). Assim, sustenta-se o interminável adiamento do sentido, pois seu referente se perde em um movimento de generalização.

Em seguida, o usuário faz duas afirmações que, concatenadas, produzem um efeito metonímico: somos brasileiros, logo, nós somos gigantes. Há aí a construção de brasileiro como ser mítico, forte, sobre-humano, que remonta ao imaginário popular do país (um país de dimensões continentais, riquezas naturais, entre outros). Uma vez que Derrida (2001 [2004]) determina que o acontecimento muda até a essência dos próprios conceitos, podemos supor que as Jornadas acarretariam mudanças muito mais profundas, possibilitando o deslocamento de sentidos. As Jornadas seriam constituídas por elementos discursivos e não discursivos que possibilitariam essa (re)construção da representação do brasileiro.

Como Coracini (2007) aponta, emergem representações do brasileiro, pelos fios do discurso, desde o “malandro”, até “rebelde”, em algumas entrevistas feitas durante uma pesquisa relatada. Em sua pesquisa, faz-se presente, também, a representação do brasileiro como “submisso, entregue a um imaginário que engrandece o outro” (2007, p. 77). No caso de nosso excerto, a colocação do brasileiro como gigante, como algo maior e melhor, contradiz as representações encontradas nos dizeres dos brasileiros. Estes, agora gigantes e poderosos, conseguiriam reconstruir o país, posição antes impossível de ser ocupada por cidadãos brasileiros. Priorizando sua sobrevivência, os brasileiros

se mantinham na posição de colonizados. A voz do colonizado é, para Coracini (2007, p. 76), a voz “daquele que, para sobreviver, precisa aceitar o lugar que lhe é concedido, ainda que esse lugar o transforme em objeto de prazer para o outro: afinal, esse também é um modo de garantir sua existência” (CORACINI, 2007, p. 76). Então, podemos supor que, a partir de um gesto metonímico, o brasileiro passa a ser o gigante, (re)construindo uma representação que sempre foi marcada pela suposta inferioridade do povo brasileiro perante o outro.

O efeito de sentido de afirmação da frase “Vamos reconstruir esse país” é, no mínimo, inspiradora. Entretanto, podemos ver que sua postagem não teve nenhuma interação por parte de outros usuários (curtidas ou comentários), o que pode indicar a falta de autoridade no que diz. Assim como este usuário faz, muitos outros apresentam dizeres revolucionários e nacionalistas, afirmando um país diferente. Contudo, seus clamores se perdem no grande fluxo de comentários, inerente à web. Para que atinja um nível de popularidade, precisaria ocupar outra posição: ser um(a) autor(idade).



Excerto 5

Algo tão transgressor quanto um acontecimento tem consequências maiores do que a experiência de sua acontecimentalidade. Trazemos o excerto 5, com a finalidade de pontuar que um acontecimento irrompe em meio a uma estrutura, excede seus limites, levando à ruptura desta.

No excerto 4, vê-se um movimento inicial da construção de uma outra representação do Brasil e de seus cidadãos. Entretanto, o excerto 5 deixa mais claro que a extensão das transformações de um acontecimento leva a uma nova FD, sustentando sentidos diferentes: um novo Brasil, poderoso e mítico.

Encontramos, no excerto 5, um usuário cujo dizer remete ao Hino Nacional Brasileiro que, assim como outros símbolos, tem a função de reunir e caracterizar o povo brasileiro, através de uma definição do país. Ele serve como um símbolo de união, de identidade e, ao mesmo tempo, de designação.

O usuário propõe que, durante as manifestações, acontecia uma ruptura da letra do Hino, da estrutura do ser brasileiro. O termo “maldição” remete a um estado ruim de algo ou alguém que foi colocado sobre outro. A letra do Hino Nacional seria a materialização de uma maldade lançada sobre o povo brasileiro. Vale ressaltar que a letra vigente do Hino Nacional Brasileiro foi oficializada em 1970 (WIKIPÉDIA, 2015b), período de ditadura no país.

O conjunto de palavras que, segundo o usuário, amaldiçoam o país remete a um estado de inércia permanente deste e, conseqüentemente, de seu povo. A representação que se cria a partir do verso “deitado eternamente em berço esplêndido” é a de que o povo não age nem reage. Emerge uma representação parecida com a que foi apontada por Coracini (2007): um povo submisso e preguiçoso, o que remete a *Macunaíma* de Mário de Andrade (2008). Seríamos como o “herói sem nenhum caráter” de Andrade que tinha preguiça até mesmo de falar.

Contudo, passamos a ver uma transformação nessa representação a partir do imperativo “levanta-te” e do vocativo “ó, Gigante”. A ação incitada pelo verbo “levantar” pode significar um movimento identitário do povo com base na ação física de ir às ruas. Com essa mudança, podemos ver emergir uma nova representação em meio aos fios dos discursos que constituem o ser brasileiro, sustentados por toda a movimentação nas ruas. Uma manifestação sem precedentes, como as Jornadas, pode favorecer tal representação.

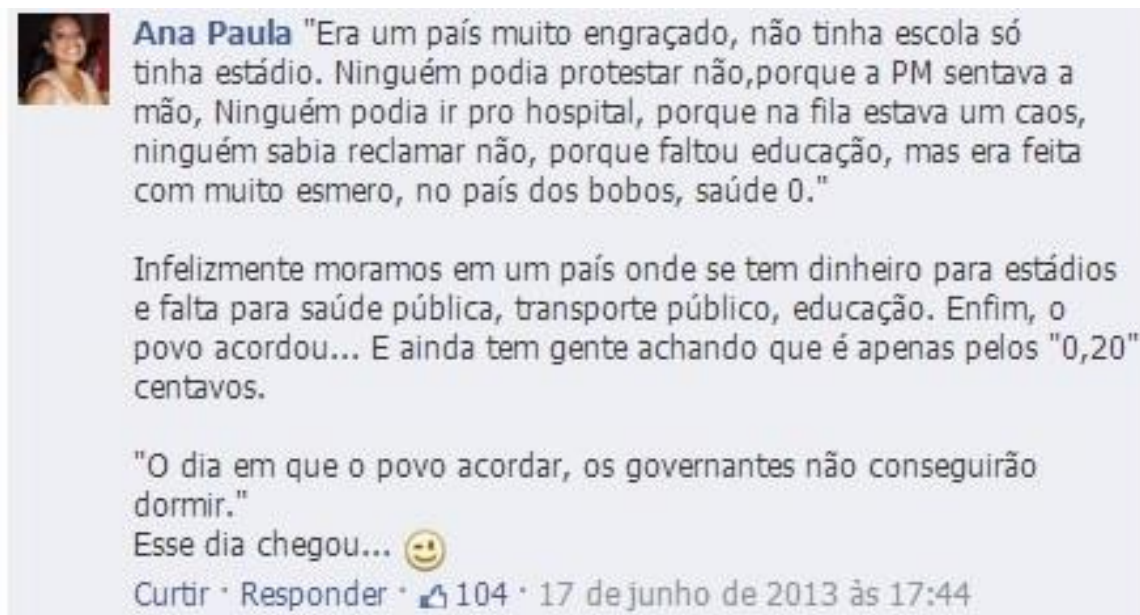
Durante a ditadura militar, o povo brasileiro sofreu com as censuras e a violência. O povo era coagido e a democracia não existia; vigorava a ditadura em que o povo não tinha voz. É este mesmo governo que oficializou o Hino, cuja letra foi escrita em outro momento histórico do país, por Joaquim Osório Duque Estrada, portanto, em outras condições de produção.

Uma vez que o Hino Nacional foi escrito em um período pós-proclamação da república, podemos ler, no dizer do usuário, que o povo brasileiro, o país em si, deixou de ser como na época da colonização e mesmo da ditadura. A “maldição” é quebrada ao ver as pessoas indo às ruas, utilizando o direito de se expressar para agir politicamente no país. O povo já não seria mais controlado, submisso ao seu governo.

Assim como no excerto anterior, vê-se a figura do “Gigante” ser invocada novamente. Comum durante as manifestações, a ideia do “gigante” parecia ser

utilizada para produzir sentidos e constituir os manifestantes para que ocupassem uma posição de poder. Apresentaremos mais um excerto em que a ideia do Gigante reaparece, constituindo, talvez, uma regularidade dos acontecimentos discursivos inseridos no contexto das Jornadas de Junho. Entretanto, acreditamos já ser possível ver o contorno desse novo discurso de verdade sendo delineado por esses dizeres. Emergindo desses, nós temos representações de um brasileiro que age, transforma-se para poder lutar por seus direitos.

Uma vez que, como já foi apontado, o verbo "acordar" produz o efeito de sentido de mudança de estado ou de posição, de mudança identitária do brasileiro, vemos emergir, talvez, um discurso que constituiria o brasileiro como diferente e que carregaria a vontade de verdade, a disputa para que seja instituído como verdade. Há ainda, porém, a necessidade de uma autoridade que legitime essa mudança. Buscaremos apresentar indícios linguísticos, no seguinte excerto, para corroborar a colocação de que há uma busca para se construir a ideia de um Brasil (e de um povo brasileiro) transformado.



Excerto 6

Temos, no comentário de Ana Paula, uma crítica ao futebol que, muitas vezes, tampona os problemas sociais que fazem parte da realidade do brasileiro, como a educação, o transporte e a saúde pública. Durante o mês de junho de

2013, muitas discussões aconteciam sobre a grande quantidade de dinheiro gasta com estádios de futebol, por causa da Copa do Mundo que se realizaria em 2014, enquanto problemas básicos não eram resolvidos.

Construir uma relação temporal, marcando um passado e um presente diferente, seria como caracterizar uma transformação. Um país que não provê o básico para a sua população estaria mudando. Qual seria o resultado? Desconhecido. Entretanto, o acontecimento marca novamente um momento de mudança, como se fosse o prelúdio da reforma.

Baseando-se na cantiga composta por Vinícius de Moraes, “Era uma Casa Muito Engraçada”, o usuário do excerto 6 posta uma paródia em que descreve a situação atual do país. Lembremos que a paródia é utilizada para fazer geralmente uma crítica de teor político, apontando os aspectos determinados como errados e que precisariam ser mudados ou melhorados.

Há uma representação de um país que sofre com o abuso da polícia e cujas condições básicas, para se viver, são negligenciadas. O povo não tem força, pois não tem educação, saber, o que os torna “bobos”.

Vale pontuar que essa representação emerge de uma cantiga, gênero que carrega uma relação com o saber disciplinar, pois é através dele que, no ensino infantil, formam-se certos tipos de conhecimento e de condutas.

A prática da cantiga supõe, então, um saber que será transmitido em uma relação de ensino, o que nos leva a interpretar o objetivo do uso da paródia como a construção de um novo saber sobre o país que justificaria, legitimaria, as manifestações. O saber se relaciona, segundo Foucault (1971 [2014]), com o poder. Relação esta que se dá no discurso e que instituiria as manifestações como um ato verdadeiro, uma vez que elas demarcariam a mudança do país como uma verdade. Vê-se que a interação com outros usuários é grande (foram 104 curtidas), o que pode ser lido como a legitimação de uma veracidade no que é dito. O país era assim, mas, com as Jornadas, evidencia-se sua transformação.

Mecanismos técnicos como curtidas, comentários e compartilhamentos são utilizados para legitimar um saber dentro do Facebook. Dependendo da quantidade de interações, há uma confirmação (ou não) do valor de algo. É importante considerar isso para compreender como a própria rede marca as questões discursivas. Pensando na afirmação de Lévy (1997 [2011], p. 24), “por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses

econômicos, estratégias de poder, toda a gama de jogos dos homens em sociedade”, podemos considerar que uma posição de poder é adquirida através do número de curtidas de uma página, por exemplo.

O país se encontrava em um momento de pré-Copa do Mundo e de Copa das Confederações, eventos esportivos de grande alcance. Fora do país, vê-se o Brasil como o “país do futebol”, colocação que constitui a representação do país e que nos leva a pensar sobre a afirmação de Coracini (2007, p.59) de que “ser brasileiro é ser o que dizem que somos”. Seríamos, então, apenas amantes do futebol? Apenas pessoas cujo sucesso se dá no esporte, no espetáculo?

Em seu trabalho, Coracini (2007) discorre sobre a celebração do outro, do estrangeiro, na constituição do brasileiro e como a identidade é formada pelos discursos do colonizador e da mídia, por exemplo. Em ambos, o Brasil ainda é apresentado como um país subdesenvolvido, abaixo das grandes potências, mas que se sobressai em meio aos esportes, principalmente o futebol. Ao apresentar seu estudo sobre as representações dos brasileiros de si e do outro, Coracini (2007, p. 70) aponta ser constituinte do povo brasileiro a imagem de campeão no futebol, “aceitando a sua posição de objeto de prazer para o outro”.

No excerto apresentado, a paródia cria uma dicotomia com os termos “escola” e “estádio”. Como forças contrárias, temos o estádio, significante que, relacionado com a representação de um Brasil campeão de futebol, produz uma representação que o outro criou; e a escola, direito do povo, este que, longe do espetáculo, encontra-se sem condições de reivindicar seus próprios direitos (“ninguém sabia reclamar não”), uma vez que falta educação.

Vemos uma preocupação em atender à demanda do outro, à demanda do espetáculo, este que, nas palavras de Debord (1992 [2011] p. 14), “não é um conjunto de imagens, mas uma relação entre pessoas, mediada por imagens”. Ou seja, o Brasil manteria a relação com o outro ao sustentar a representação que este constrói dele, deixando de lado seus cidadãos.

Deve-se focar na temporalidade marcada no comentário de Ana Paula. Ao falar sobre o Brasil, ela o faz no passado, demonstrando, indiretamente, que houve uma mudança e que o Brasil (e seus cidadãos) mudaram. Os verbos no pretérito (“era”, “tinha”, por exemplo) marcam uma circunstância que teve seu fim em um tempo passado. Marca-se a transformação do país, que estaria em ação, durante as manifestações, em algo muito maior. O uso do termo “enfim”,

assim como o futuro (“não conseguirão”) na parte final do comentário, fortalecem esse sentido de que algo acabou, abrindo espaço para novas possibilidades, entre elas, um novo Brasil que desafia as autoridades e age por algo melhor.

O uso do advérbio “ainda” marca um diálogo entre um presente e um passado. Evidencia a continuidade de algo que, de acordo com o enunciador, deveria ter acabado. Com um tom moralizante, o dizer da seguidora produz um sentido de que há algo de errado na persistência dessa situação antiga até o presente. Assim, ela caracteriza aqueles que veem, nos vinte centavos, o motivo das manifestações, como ingênuos, talvez, mas, principalmente, como equivocados. Esse movimento busca exercer poder sobre qualquer dizer que queira menosprezar as ações dos manifestantes. Excluídos da verdade vigente no momento, os cidadãos que não enxergam a complexidade e os “reais” motivos das Jornadas são chamados para fazer parte daqueles que levantam a bandeira de um país transformado.

No final do excerto, afirma-se que o dia em que o povo iria se voltar contra o governo havia chegado. Como se estivessem destinadas a acontecer na história do país, as manifestações são constituídas como as sete trombetas do apocalipse que anunciam a chegada do momento tão desejado.

Vê-se que, a partir desses excertos, as Jornadas de Junho foram um acontecimento: um evento que escapou do controle exercido pela lógica existente nos eventos/movimentos populares do passado, em que havia liderança, objetivos e reivindicações explícitos e precisos. Um momento inexplicável e incompreensível. A partir das Jornadas, várias narrativas foram emergindo, buscando explicar supostos motivos para legitimar as ações dos manifestantes. Os cidadãos passaram a buscar uma verdade. Para Foucault (1977[2012], p. 224),

[e]ssas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam.

Contudo, as produções de verdades pelos seguidores não se utilizam de mecanismos de poder, pois, como explicitado anteriormente, dentro da rede social Facebook, é preciso muito mais do que simplesmente escrever um comentário. Para se encontrar em uma posição de poder, o usuário necessitaria que a rede o concebesse como tal, transformando-o em um *hub*. A partir da quantidade de conexões é que se mede o poder.

Encontrando-se em um momento histórico em que os representantes políticos não têm credibilidade suficiente para ocupar uma posição tão importante dentro da rede, buscou-se um representante em outra esfera: a digital. Essa busca se materializou no crescimento de seguidores da página “Anonymous Brasil” logo depois que as manifestações começaram. No entanto, as pessoas não confiam nos administradores da página em si, mas, sim, na “entidade” que, de certa maneira, eles representam. A figura do Anonymous carrega uma história que lhe dá legitimidade para tratar de questões como as Jornadas. O único problema é que não existe o “Anonymous” em si. Sendo assim, um movimento começou para construir a legitimidade do Anonymous, dando a ele, além de autoridade, consistência.

Os próximos tópicos formam nosso segundo eixo: “autoria”. Este eixo é formado por dizeres que, de uma maneira ou de outra, construíram o Anonymous de alguma maneira. Em certos momentos, os usuários estipulam valores ético-morais, opiniões e até ações que, de acordo com eles, o Anonymous teria e faria. Além disso, encontramos o uso regular da ferramenta digital *hashtag* para aumentar a rede que é formada a partir do nome “Anonymous”. Acoplando diversos dizeres ao nome “Anonymous”, a complexidade da rede aumenta, proporcionando um sentimento de autonomia do ser Anonymous.

6.2 – A construção do nome do autor

No item 1.1, do capítulo sobre o autor, explicitamos que, para Foucault (1969 [2006]), a autoria é uma função discursiva e que um fator determinante é a presença de um nome. A função não é exercida pela pessoa a quem o nome

se refere, mas, sim, pela representação que constitui esse nome e que atribui autoridade a ele.

Uma vez que nosso objeto de estudo é a página “Anonymous Brasil”, é importante, antes de prosseguir para os próximos excertos, analisar o termo “Anonymous”, um dos motivadores das reflexões presentes neste trabalho.

No quarto capítulo, explicou-se como houve a transição da ideia de anonimato, relacionada ao termo “anonymous”, para a construção desse termo como um nome próprio que precede e significa ações. Como discorrido anteriormente, o uso do termo passou a ser recorrente dentro do site “4chan” que possibilita postagens em anonimato. Vendo como uma vantagem, os membros do site passaram a utilizar a liberdade de escrever sem comprometer algum nome, fosse ele fictício ou não.

Se o nome é tão importante para que a função autor seja exercida, como o Anonymous, o sem nome, poderia ocupar tal posição? A palavra “anonymous” deixou de ser apenas uma constatação do caráter de anonimato em que várias pessoas agiam. Ela foi transformada em um nome próprio.

A frequência com que a palavra “anonymous” aparecia nas postagens possibilitou o efeito de sentido de que, na verdade, tratava-se de uma única pessoa que estava em todos os fóruns, conversando sobre os mais diversos assuntos.



Figura 2³⁵

³⁵ Tradução minha:

“Anonymous: Subindo para você op.

Anonymous: devagar, morto e ninguém transparece ou dá a mínima como o /b/

Anonymous: Você está gastando muito dinheiro em comida para uma criança de um ano de idade se você pegar um bolo de aniversário personalizado.”

A figura 2 é um exemplo do que acontece dentro do site “4Chan”. Três postagens que foram, possivelmente, feitas por pessoas diferentes. No entanto, onde se encontram a singularidade de cada um? Não há demarcações explícitas, o que colabora para o efeito de sentido de que se trata de uma pessoa de verdade chamada Anonymous.

Por mais incompreensível que possa parecer inicialmente, devemos pensar no que caracteriza um substantivo próprio. Poderíamos considerar nomes como “Maria” e “João” como substantivos comuns e utilizá-los para nos referir aos pés de uma cadeira. Entretanto, socialmente, eles têm valor de nome próprio. Eles não são ligados à pessoa física, mas à representação que é construída dela. O mesmo acontece com o Anonymous.

Várias representações do Anonymous passam a constituir essa entidade, tecendo uma narrativa sobre ela. Entendemos que, assim como Foucault (1966 [2011b]) postula, o conceito de representação surgido no século XVII ainda pode ser de grande valor para nossos tempos contemporâneos.

Com seus estudos sobre as transformações das epistemes, em “As Palavras e As Coisas”, o filósofo (1966 [2011b]) discorre sobre o valor que o signo tinha durante o século XVI. Ligado diretamente com a realidade, o signo seria capaz de representá-la em sua totalidade, mantendo uma relação de equivalência. Neste momento da história, as palavras correspondem às coisas.

Depois, no século XVII, há uma transformação no conceito de representação acarretada pela mudança de episteme. As palavras e as coisas se distanciaram. Logo, os signos passaram a ser apenas signos e não representações diretas da realidade. Como Foucault (1966 [2011b], p. 87-88) aponta,

a relação do significante com o significado se aloja agora num espaço onde nenhuma figura intermediária assegura mais seu encontro: ela é, no interior do conhecimento, o liame estabelecido entre a *idéia de uma coisa* e a *idéia de uma outra*.

Sem uma relação direta entre o significante e o significado, não há como pensarmos em uma “demonstração do real”, mas, sim, de uma ficção. Os significantes formam uma malha que produz sentidos, delinea significados, a

partir dos significantes que ali se relacionam. No caso do Anonymous, apresentaremos os significantes que apareceram e que serviram para construir essa representação, baseada no imaginário de seus seguidores.

Desde seu uso nas postagens do site “4Chan” até nas grandes manifestações pelo mundo, Anonymous tomou a posição de um nome. Isso se dá, pois há uma grande narrativa que define características, vincula ideais a esse nome. O termo que era utilizado para demarcar a ausência de um nome, passa, então, a ser um nome: nome sem nome.

Assim que alguns grupos de hackerativistas começaram com suas operações, eles divulgaram os seguintes versos: “Nós somos Anonymous/ Nós somos Legião/ Nós não perdoamos/ Nós não esquecemos/ Espere por nós”. Tratar desses versos é um passo para compreender como a narrativa sobre o Anonymous começou e foi construída.

Constata-se, primeiramente, o uso de anáfora, figura de linguagem que se baseia na repetição de termos, uma vez que as frases são iniciadas pelo pronome reto da primeira pessoa do plural “Nós”. A marcação produz o sentido de um sujeito que pratica a ação em conjunto com outros.

Além dessa repetição, encontramos a menção do termo “Legião”. Pode-se invocar uma memória discursiva que remete a uma passagem da Bíblia em que Jesus Cristo encontra um homem possuído. Este, ao ser questionado sobre seu nome, diz que “Legião é meu nome, pois somos muitos”. Aludindo a um contingente específico de soldados romanos, o termo “legião” passa a determinar uma unidade, cujos indivíduos agem de maneira uníssona. Contudo, suas individualidades se perdem em meio à unidade. Ao mesmo tempo em que são vários sujeitos, há apenas um nome, apenas uma face para todos. Escondidos por trás de uma máscara passível de ser utilizada por qualquer um, esses sujeitos anônimos agem sem o risco de serem responsabilizados ou sem o peso de se responsabilizarem individualmente por algo. O nome próprio dessa unidade é que exerce a autoria/autoridade.

Além da ideia de unidade, consideramos que o termo “legião” produz outros sentidos que constituem o Anonymous como nome, imprimindo-lhe características e possibilitando que exerça a função autor.

Na mitologia cristã, os demônios são inimigos declarados de Deus, tentando corromper os homens para afrontar o Criador. Essa seria a imagem de

tudo o que é "verdade", "justo" e "correto". Sendo assim, a posição de uma entidade que busca deslegitimar uma verdade, lutar contra poderes centralizados constitui o nome Anonymous.

A legião formada por todos os que constituem o Anonymous pode ser comparada à ideia da inteligência coletiva do filósofo Pierre Lévy (1994 [2011], p. 29). Para o filósofo, ela se dá como "uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências". A grande quantidade de membros e suas singularidades se complementariam em questões de habilidades e conhecimentos ao mesmo tempo em que seus nomes se perderiam. Todas as suas ações estariam sob o nome do Anonymous.

O movimento de homogeneização que ocorre com base na relação com essa entidade vai ao encontro do que o pesquisador Shirky (2010 [2011]) pontua em seu estudo sobre grandes movimentações em conjunto, a partir das novas mídias. Conforme apresentado em seu livro, neste mundo (pós)moderno, há uma busca pela ação em conjunto, seja essa uma causa nobre ou não.

O fato de que o nome da página utiliza "Brasil" como um segundo nome sugere uma adjetivação que marca a procedência, numa tentativa de significação, a partir de uma territorialização. Demarcando o espaço em que a entidade se materializa, a página se constitui como o lugar onde questões ligadas ao Anonymous e ao Brasil devem ser tratadas. Constrói-se um Anonymous para os brasileiros.

Para exemplificar essa diferenciação, vale ressaltar uma característica que não encontramos na página "Anonymous Brasil" ao contrário das células americanas. Nós mencionamos, em nosso quarto capítulo, o *lulz*³⁶, prática constituinte do Anonymous. Devemos pensar em que tipo de Anonymous a ausência de *lulz* acarreta e por que, no Brasil, parece ser mais importante que o Anonymous seja dessa maneira. Constrói-se um defensor público, uma face para representar os brasileiros em questões políticas, uma vez que o país passa por um período em que não se confia em seus representantes legitimados pela votação. Aqui, a política precisa ser levada a sério e, assim, criou-se o

³⁶ Capítulo 4, item 4.1, página 42.

“Anonymous Brasil”: acabando, supostamente, com os inimigos do povo de maneira séria e madura.

O deslocamento de sentido do termo “anonymous” se dá constantemente dentro e fora da web. Aproximando-se do que seria uma pessoa jurídica, o nome serve como disfarce para pessoas físicas, cujas ações serão constituídas a partir das representações vinculadas ao termo. A cada nova narrativa, o Anonymous se torna um nome próprio. Ele passou a ter uma face, a defender determinados ideais e a ser aquele que tem a verdade, escondida, de tantos. Nesse movimento, constrói-se o “ser racional a que chamamos o autor” (FOUCAULT, 1969 [2006], p. 50). São esses elementos, constituintes do segundo eixo, que acabam legitimando o seu nome e que apontaremos nos excertos a seguir.

6.2.1 - A necessidade da verdade

Com mais de um milhão de seguidores na época, a página “Anonymous Brasil” continha mais vozes do que era possível ouvir. Mesmo não seguindo a página, os usuários interagiam com suas postagens.

Eis a web: a possibilidade de se publicar o que quiser, quando quiser, sem praticamente nenhum filtro. Há apenas uma característica que serve como mecanismo de legitimação dentro da rede: a disseminação da postagem. Quanto mais pessoas alcançar, mais se considera que a postagem tem valor.

O que acontece, na verdade, é que o próprio sistema do Facebook acaba, a partir de um padrão de uso, restringindo o conteúdo do que aparece em seu *feed* de notícia. Não se pode consumir tudo de uma vez e apenas a informação com maior número de interação é que ganha destaque. O momento atual exige, no mundo digital, que se procurem fontes confiáveis.

Em um movimento como as Jornadas de Junho, em que, como mostramos no capítulo 2, a incerteza reinava, a vontade de uma verdade poderia ser o elemento que iria estabilizar e dar coerência às manifestações.

A ação de determinar uma verdade pode ser vista como uma maneira de lidar com o incompreensível, com o acontecimento. Estipulando-se uma

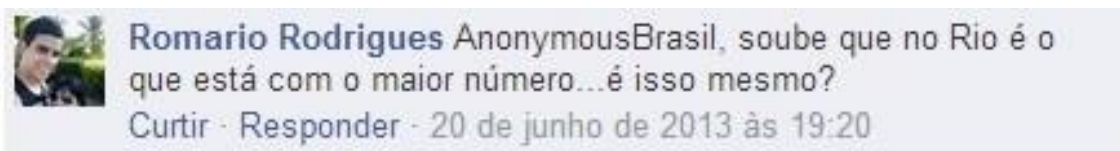
verdade, enquadra-se o acontecimento em uma lógica, possibilitando uma melhor “compreensão”. Como Foucault (1970 [2014], p. 23) assinala, “é a partir da verdade que todos os outros elementos se desenvolvem e se ordenam”, assim como a instituição de uma verdade se dá através do discurso.

Discursos emergem em meio às verdades narradas, como um discurso de revolução e um discurso nacionalista, que tentam vencer os embates discursivos para constituir o país transformado: as Jornadas constituiriam o momento em que o país havia renascido (acordado).

Embora possamos encontrar vestígios desses discursos na materialidade linguística, percebemos, também, a pouca visibilidade que os comentários dos seguidores ganham. Dentro das redes sociais digitais, poucos comentários ganham notabilidade e muitos deles acabam perdidos em meio a milhares de outros comentários. As pessoas não acreditam em tudo o que é dito e muito menos se a pessoa é uma desconhecida dentro da rede, o que muitas vezes acontece. Afinal, dentro do Facebook, várias verdades passaram a ser contadas, mas ninguém: a) ocupava uma posição discursiva de autoridade e b) ocupava uma posição com grande quantidade de conexões dentro da rede.

Como esses usuários poderiam, então, tornar seus comentários relevantes para a rede? Eles precisavam encontrar um representante que, além de ter várias conexões dentro da rede, conseguiria dar legitimidade ao que os usuários diziam.

A página “Anonymous Brasil” pode ter sido considerada pelo segundo aspecto. Mostrando-se um ótimo ponto de encontro, um lugar para o qual, como um oráculo, as pessoas se deslocavam para confirmar seus destinos, a página passou a ser o meio de contato com essa entidade chamada Anonymous. A entidade foi transformada naquela que confirma, naquela que determina o que é falso ou verdadeiro, através de seu oráculo. Apresentaremos, a seguir, dizeres que remetem à procura da verdade. Entre eles, veremos que a presença da entidade se funde ao oráculo que a materializa. Em alguns momentos, tratam os administradores da página como se fossem o Anonymous em si e, às vezes, falam diretamente com a entidade.



Excerto 7

Temos, no excerto 7, um seguidor da página que busca confirmar, através do saber do “AnonymousBrasil”, a verdade. A quantidade de manifestantes nas ruas foi um tema controverso durante as Jornadas. As pessoas buscavam um número exato e, ao se depararem com informações díspares, veiculadas pelas grandes redes de televisão, por exemplo, passaram a questionar qualquer informação difundida pelas mídias tradicionais.

Uma vez que o usuário pressupõe um conhecimento estatístico por parte da página, podemos remeter à associação que Foucault faz entre saber e poder (1977 [2012]). O usuário presume, por algum motivo, que a página sabe os dados, a quantidade correta de pessoas nas ruas. Assim, o seguidor confere uma posição de poder à página.

A partir de uma cultura da estatística, os números são a unidade de medida de diversos aspectos da vida (pós)moderna. O próprio consumo não se baseia na qualidade daquilo que se consome, mas na quantidade. A relevância da pergunta feita por Romario é fundamentada nessa crença (pós)moderna, concedendo legitimidade àquele que contém um maior número e ao que detém tal saber.

Ao presenciarem fotos e mensagens que diziam se tratar de um milhão de pessoas nas ruas, os cidadãos estabeleceram as estimativas dos telejornais (que diziam conter cerca de 250 mil manifestantes nos maiores dias, por exemplo) como mentirosas e politicamente tendenciosas. O objetivo das emissoras de televisão seria, de acordo com muitos manifestantes, enfraquecer o movimento.

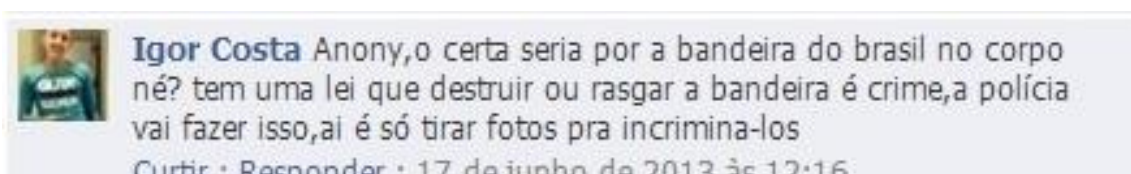
O usuário busca na página, constituída pelo nome Anonymous, uma confirmação para que, assim, estabeleça-se a verdade. Como é marcado em seu comentário pelo verbo “soube”, o conhecimento que tem lhe foi passado a partir de uma fonte desconhecida para o leitor, cuja importância parece ser mínima pelo fato de que ele não a menciona e não confia nela. Em seu dizer, ele coloca o Anonymous em uma posição de legitimidade capaz de confirmar, de

estabelecer uma verdade confiável. Caso houvesse a confirmação da informação de que o Rio de Janeiro tem o maior número de manifestantes, tal colocação instituiria uma relação de poder entre os estados. Um seria mais nacionalista ou estaria mais engajado na luta por um país melhor. A expressão “é isso mesmo?” produz o sentido de confirmação, uma vez que a partícula “mesmo” enfatiza a verossimilhança da informação.

Por que pedir pela confirmação da veracidade de uma informação para alguém que não se conhece? Ou melhor, para alguém sem nome? Desconhecido? Entretanto, os usuários partem de uma representação do Anonymous que foi construída dentro da própria Web e que sustentaria essa entidade em uma posição legítima para responder a essas perguntas. Deixou de existir alguém em anonimato atrás da máscara. Agora, eles “conheciam” o dono daquele rosto, quais eram suas ideias e suas ações.

Ao instituir o Anonymous como alguém que detém a verdade, o usuário sustenta uma voz legítima que poderia exercer a função de autor. Se ele sabe a verdade, tudo o que diz não é questionável e se ele apoia as manifestações seria porque estas possuem legitimidade como ele. A página do Facebook se mostra como a territorialização dessa entidade, transformando-se em lugar da verdade. Em outro momento da análise, apresentaremos como o espaço, ou seja, a página, é, para os usuários, algo descartável, pois a verdade se encontra na dimensão não-física que o Anonymous habita.

Trataremos de mais um excerto que contribui para a narrativa de que o Anonymous sabe a verdade, construindo-o como autor(idade).



Excerto 8

Assim como o excerto anterior, o excerto 8 apresenta outro usuário consultando o Anonymous. Novamente, espera-se que este confirme uma

informação: diga a verdade. No entanto, a questão colocada pelo seguidor da página tem relação com outros tipos de saber: a ética e a moral.

Ao perguntar se o “certo” é colocar a bandeira em volta do corpo, o seguidor não questiona, apenas, quanto à veracidade da ação de “vestir” a bandeira, mas se é correto incriminar um policial, caso este o atacasse. Por mais que sua pergunta seja retórica, ou seja, já contenha a sua resposta, devemos pensar no propósito de se perguntar já tendo a resposta. Esta fica implícita no ato retórico, mas seu uso pressupõe um enunciatário que precisa concordar com o enunciador. No mesmo gesto enunciativo em que busca por uma verdade, ele também busca por uma absolvição de um possível erro, pela legitimação de seu ato como certo, correto. Mesmo já sabendo a resposta, ele pergunta ao Anonymous, dividindo a responsabilidade de um futuro ato.

Quando o filósofo Nietzsche (1882 [2012]) discorre sobre a morte de Deus, ele coloca em questão o desaparecimento dessa figura como referente moral e ético das pessoas. A partir dele é que se estipulava a verdade, o correto e o errado. Assim como aconteceu com as pessoas ao perder Deus como referencial, os cidadãos brasileiros buscaram respostas, certezas e verdades na figura do Anonymous. Durante as manifestações, muitos procuravam um referencial, um(a) autor(idade) que se responsabilizasse pelas ações e pelos discursos, assim como acontece com o nome que exerce a função autor.

Vê-se, então, mais uma colocação que colabora para a construção de uma representação do Anonymous: este, além de saber a verdade, também é o construtor de uma ética que gera procedimentos morais.

O usuário se questiona se seria real o que a lei - enunciado construído como verdade por se sustentar num conjunto de regras que normatiza as condutas e as pessoas - dizia. Logo após, o uso de “né”, contração que carrega uma negativa, busca uma afirmação em um mesmo gesto que supõe do interlocutor uma concordância. A suposição de que o outro contém a verdade que o sujeito procura constitui aquele que, para Lacan (1964 [2008]), seria o sujeito suposto saber: uma posição que permite uma relação de poder a partir da representação que se tem do outro, aquele que se pressupõe saber algo, independentemente do quê.

Quando Foucault (1971 [2014]) apresenta a história da verdade, trabalhando com a obra *Édipo Rei*, o filósofo discorre como a verdade foi se

transformando. Ele aponta que a verdade tinha, na Grécia, uma relação direta com o que era certo, com o que era puro. De acordo com o autor,

[o] [nómos]³⁷ como princípio de distribuição, como princípio da justa repartição, é forçosamente inacessível ao impuro. [...] Inversamente, a pureza é condição para se ter acesso à lei: para ver a ordem das coisas e para poder proferir o [nómos]. Esse lugar mediano que, como vimos, é o lugar fictício em que se coloca o legislador, como Sólon, esse lugar mediano apenas quem for puro pode ocupar. (1971 [2014], p. 169)

Aquele que não vê a lei é impuro e deve ser expulso, excluído para que não ameace a pureza. Logo, saber a verdade, ter contato com a lei, segundo Foucault, permite a exclusão, permite o exercício de poder sobre o outro e somente aquele que é puro, ou seja, tem contato com a verdade, encontra-se nessa posição.

A entidade representada pelo nome Anonymous pode ser tomada como esse símbolo de pureza. Acima de nós, meros humanos, ela tem contato direto com a verdade, ou pelo menos é assim que os dizeres a representam.

Há, contudo, implícito no dizer, uma delegação de responsabilidade. Ao buscar uma afirmação, busca-se, nesse caso, determinar algo tão sério quanto a veracidade de uma lei. A ação só será realizada com a afirmação daquele que sabe o que é certo ou errado. Logo, a responsabilidade por ela recai nas mãos daquele que a autoriza.

Mais uma vez, a questão da tomada de responsabilidade aparece. Como apontamos no capítulo sobre autoria, Foucault explica que o nome do autor passa, em determinada época, a ser necessário para que fosse responsabilizado pelos dizeres, sendo passível de punição. Assim, os discursos seriam controlados através do exercício de poder sobre a pessoa física, levando o embate para o campo das relações físicas (como prender ou até mesmo assassinar a pessoa). A representação do Anonymous como pessoa jurídica, responsabilizando-se pelas ações dos seguidores, é um mecanismo que

³⁷ Colocamos a tradução pela impossibilidade de digitar os caracteres gregos.

possibilita desviar qualquer consequência da pessoa física que comete o ato em si.

No comentário, o usuário se refere a uma suposta lei que poderia incriminar o policial que atacasse aquele que estivesse com a bandeira enrolada no corpo. Com uma certeza de que os policiais não vão hesitar em atacá-los, mesmo com as bandeiras cobrindo seus corpos (“a polícia vai fazer”), o dizer do usuário faz emergir uma representação da polícia como “antinacionalista”, por seu desrespeito à imagem simbólica da bandeira, cujo desconhecimento das leis e descaso pela pátria só não é maior do que sua violência. Impuros, eles devem ser excluídos, segregados e punidos.

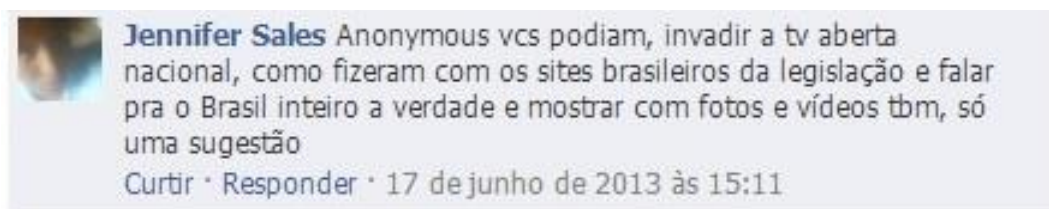
Essa representação proporciona uma razão legítima para se querer resistir ao poder exercido pela polícia e para excluir essas pessoas impuras, distantes da verdade. A resistência precisa ser veiculada através do espetáculo de uma fotografia, de uma representação que construiria o policial como criminoso e se teria, então, uma evidência, assim como se é exigido em um discurso de verdade. Como Foucault (1971 [2014], p. 168) aponta quanto à constituição da verdade,

[a] verdade, em vez de estar no raio de luz entre dois acontecimentos, um dos quais manifesta e destrói o outro, constitui a única passagem legítima da conspurcação para o que deve eliminá-la. O acontecimento é transformado em fato.

Nada mais verídico para a sociedade (pós)moderna do que a imagem. Esta é tomada como o retrato da realidade, um recorte da verdade, um fato. Simultaneamente à estipulação da foto como um retrato do real, o dizer do usuário deixa escapar a natureza da verdade retratada como construção. Em meio aos eventos das Jornadas de Junho de 2013, seria difícil não significar a ação de um policial como a de um inimigo da nação, de um criminoso, através de uma foto que “comprovaria” isso.

Estabelecer o nome do Anonymous em uma posição de detentor da verdade, de referencial do que é certo e errado, já pode ser apontado como um indício de que essa entidade exercia a função de autor. Ao delegar a responsabilidade pelos atos, por meio de dizeres direcionados ao Anonymous,

as palavras do seguidor fazem emergir indícios discursivos que conduzem à interpretação de que ser detentor da verdade legitimava sua posição como autor.



Excerto 9

A narrativa sobre o Anonymous expande suas habilidades e seus poderes. À medida em que novas informações são adicionadas à representação, a esse construto, este passa a ser sempre algo maior. Há uma transformação do “Anonymous detentor da verdade” para o “Anonymous justiceiro”. O Anonymous consegue afrontar até mesmo a “tv aberta nacional”. Para que a narrativa ganhe essa consistência, os usuários invocam certas memórias retomadas pelos fios do discurso. Entre elas, estão os protestos feitos pelos grupos de hackativistas que usam o nome Anonymous e, também, a obra “V de Vingança” de Alan Moore, comentada no capítulo 4.

Ambas as memórias emergem no excerto 9, em que encontramos um seguidor sugerindo como o Anonymous deveria agir. Por começar seu comentário com a palavra “Anonymous”, com letra maiúscula, supomos a colocação dele como um nome, tendo o efeito de sentido de um vocativo. O uso do vocativo pressupõe um interlocutor, real ou hipotético com quem se fala. Além do vocativo, constata-se que “Anonymous” está como sujeito da oração, o que colabora para a criação de um Anonymous que, além de ser o nome do grupo, é capaz de agir.

Logo em seguida, nós presenciamos a conjugação de verbos no plural e o uso de pronomes como “vocês”. Este ponto, representativo de uma recorrência encontrada em nosso *corpus*, faz emergir a ideia de que os administradores (supostos hackers que fazem parte dos grupos Anonymous) funcionam como intermediários entre os seguidores e a entidade, uma vez que são representantes do Anonymous. Eles são os sacerdotes, mensageiros que agem no mundo real pela autoridade concedida a eles pelo nome que representam.

No excerto 9, o usuário sugere que poderia haver uma invasão à rede de televisão aberta. Chamamos a atenção, agora, para o uso do verbo “poder”, conjugado no pretérito imperfeito do indicativo, tempo verbal que indica informalmente uma falta de certeza na concretização da ação, pois se trata de uma possibilidade. Não há como saber se isso aconteceria ou não, já que o usuário expressa um desejo. Como foi pontuado em análises anteriores, a figura do Anonymous está sempre atrelada à verdade, a um saber que concede, a ele, algum poder. Nesse excerto, mesmo sendo uma sugestão, há uma certeza no dizer, colocando como possibilidade determinada ação pelo Anonymous. O verbo “poder” institui uma representação de que a entidade teria o poder, a posição para concretizar o desejo, a sugestão do seguidor.

Assim como um fiel direciona seus desejos a um padre ou sacerdote, mediadores da relação entre o “céu e a terra”, com o intuito de que, na verdade, a grande entidade por trás desses concretize seus pedidos, o usuário sugere uma ação ao Anonymous. Mais uma vez, o Anonymous é o ponto de referência da verdade e há uma demanda de que esta seja exposta a todos por ele.

A possibilidade de invadir as redes de televisão adiciona à representação do Anonymous o poder para tomar a posição de enunciação da mídia tradicional, cuja legitimidade se estende por todo o território nacional. A tomada do espaço desse outro tem como único intuito o de “falar a verdade”, uma vez que o grupo já a tem, retomando a construção de que “os Anonymous” possuiriam uma verdade absoluta, acessível apenas a eles. O filósofo Michel Foucault (1976 [2010b], p. 22) determina o estabelecimento de uma verdade numa disputa de poder da seguinte maneira:

Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Isso é

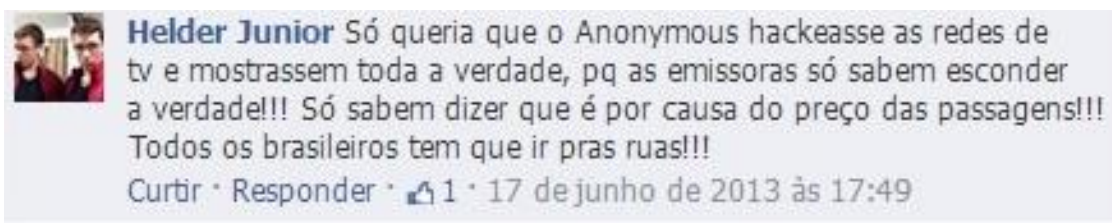
verdadeiro em toda sociedade, mas acho que na nossa essa relação entre poder, direito e verdade se organiza de um modo muito particular.

Como vemos, o estabelecimento de uma verdade é necessário para que o poder seja exercido. Todo discurso é acompanhado por uma vontade de verdade: uma verdade legítima apenas dentro daquela ordem discursiva. Ela busca, segundo Foucault (1970 [2011]), o poder e acaba sendo mascarada pela própria verdade que estabelece.

Uma vez retomada a questão da vontade de verdade, podemos supor que a invasão tomaria, principalmente, o território, o espaço discursivo para instituir “a verdade”. Esta, claro, não deixa de ser aquilo que o próprio usuário concebe. Entretanto, as redes de televisão ocupam uma posição de poder cuja capacidade de disseminação discursiva atingiria toda a “rede nacional”, estipulando a suposta “verdade” para “o Brasil inteiro”.

Tanto a menção à invasão da rede de televisão quanto às invasões aos sites evidenciam a presença da memória das ações dos grupos hackerativistas e do “V de Vingança”. Ambos acabam constituindo o Anonymous, agregando à sua representação valores que integram essas memórias, como a procura pela exposição da verdade. Os grupos de hackerativistas costumam invadir servidores para expor documentos e informações sigilosas ou acabam derrubando sites para fazer uma colocação quanto ao valor do que ali é veiculado. Já o protagonista do “V de Vingança” busca instigar o sentimento de revolução em uma sociedade apática ao expor as verdades escondidas pelo governo ditador. Esses dizeres constituem a representação do Anonymous que, além de se responsabilizar, de significar os discursos, também sabe e deve expor a verdade.

Apontamos, agora, no excerto 10, o dizer sobre a verdade, semelhante ao encontrado no recorte anterior.



Excerto 10

A proposta de invadir as redes de televisão para mostrar a verdade pode ser traduzida como a tomada do território enunciativo da mídia tradicional. Buscam-se os artifícios da espetacularização para legitimar a verdade. Afinal, o Anonymous não pode “falar”/“mostrar” a verdade de outra maneira. Ele precisa transformar a enunciação da verdade em um ritual, em um espetáculo, aberto ao consumo do “Brasil inteiro”. As multimídias deste momento (pós)moderno são as ferramentas desse espetáculo, como as “fotos” e “vídeos”, apontados pelo usuário do primeiro excerto.

Através, então, desse espetáculo, a “verdade”, mais uma vez ao alcance do Anonymous, seria mostrada, uma vez que é “escondida” pelas redes de televisão. Novamente, vemos a disputa de poder se desenrolar nos campos da verdade e de sua ocultação.

No excerto 10, o usuário enfatiza que a verdade mostrada seria total (“toda a verdade”), como se isso fosse possível para o Anonymous. Ao sugerir que toda a verdade seja explicitada e, conseqüentemente, espalhada, vê-se o desejo da disputa de poder com o intuito de se instaurar uma nova ordem discursiva. Independentemente do que seria a verdade, para amarrar coerentemente os discursos em circulação, é necessário um autor.

É importante demarcar que, neste comentário, ao contrário do excerto anterior, o Anonymous é marcado tanto no singular quanto no plural. Essa variação, que se mostrou regular em tantos outros comentários, pode ser interpretada como a materialização do hífen que constitui o Anonymous. Com base em Derrida, o hífen é um espaço entre os opostos que os distancia ao mesmo tempo que os aproxima (CORACINI, 2014). O Anonymous pode ser muitos ao mesmo tempo em que é apenas um, construído como um mosaico: pequenas partes que, de perto, não se encaixam, mas que, vistas de longe, formam uma imagem homogênea.

Pensando as representações do Anonymous e a possibilidade de ele exercer a função autor, buscamos compreender de que outras maneiras a narrativa sobre ele se deu. Ao verificar o *corpus*, percebemos indícios de que as tecnologias digitais colaboraram na representação do Anonymous como um autor legítimo. Arriscamos considerar, inicialmente, que, sem elas, sua autoridade não teria em que se sustentar. As redes e as mídias digitais possibilitaram que o Anonymous estivesse em todos os lugares, a qualquer hora, tratando de diversos assuntos. A entidade passa a ter um caráter onipresente.

A seguir, apresentaremos indicativos linguísticos e técnicos que sustentam a criação do Anonymous como uma entidade, dando a ela ideias, autoridade e até mesmo um corpo.

6.2.2 - Anonymous: o golem da era digital

Em meio à mitologia judaica, existe uma criatura chamada golem. Construído com objetos inanimados, este ser é ligado à sabedoria, sendo muitas vezes descrito como companheiro de um rabino. Talvez, esse mito tenha ganhado uma nova roupagem neste momento (pós)moderno.

Para que um golem ganhe vida, ele precisa do poder das palavras mágicas. Em outras situações, o golem era animado a partir da palavra hebraica *Emet* (verdade); se a primeira letra “e” fosse apagada, resultaria na morte do golem, pois estaria escrito *met* (morte). Fazendo uma analogia com nosso trabalho, não seria o Anonymous a palavra mágica que dá vida a esse constructo? Ele é sustentado pela verdade que os sujeitos buscam nele. E como seu corpo é construído? A quais objetos inanimados, a palavra Anonymous dá vida?

A construção da representação do Anonymous como autor(idade) se deu através dos comentários dos seguidores da página. No entanto, por se tratar da Web, a credibilidade precisa ser sustentada por outros meios. O mito do golem é modificado, pois, agora, podemos agregar os textos produzidos por outras mídias, não só o texto escrito para dar-lhe vida. Para que o golem Anonymous viva, é necessário o uso de recursos mais reais: imagens.

A sociedade (pós)moderna é marcada por seu fascínio com o imagético, levando-a a crer que a foto e o vídeo, por exemplo, são a realidade. É nesse ponto que as tecnologias digitais colaboram para a sustentação dessa “representação”. Ao se inserir uma hashtag, constrói-se uma rede de significações, ocasionadas pelas relações imprevisíveis entre os diversos significantes que a compõem. Quando apresentam vídeos, compostos por imagens, textos e músicas, a narrativa construída fica cada vez mais complexa e mais verídica. Tais práticas só são possíveis porque as tecnologias digitais possibilitaram um uso doméstico dessas funções. A criação deixou de ser algo centralizado e controlado por grandes empresas: jovens garotos e garotas podem, atualmente, criar vídeos com grandes efeitos, sem sair de suas casas. Sem a popularização das tecnologias digitais e a facilidade com que elas modificam mídias, a imagem do Anonymous não teria sido construída de maneira tão ilusoriamente sólida, como o próprio golem, cujo exterior traz uma ideia de solidez para esconder a ausência de uma “alma”.

É importante salientar que a rede que forma o golem é muito mais extensa e que, nesta dissertação de mestrado, acabamos lidando com uma pequena fração do que o Anonymous pode ser. Através dessa cartografia da rede que desenha os membros, o rosto, as ações do Anonymous, vê-se esse ser, até então inexistente, tomar forma. Juntando pedaços, os mais diversos dizeres, acabamos tornando real o que antes era apenas um mito. Construímos nosso golem a partir de dizeres inanimados, que ganham vida ao formarem uma cadeia de significação. A esse golem digital, nós delegamos a função de ser sábio e de deter o saber, o *Emet*.

A seguir, trataremos de como o encontro entre o linguístico e o técnico colaborou para o desenvolvimento da representação do Anonymous. As *hashtags* possibilitaram que vários dizeres, dentro e fora da RSD Facebook, constituíssem tal representação. Sendo utilizada, pelos usuários, para marcar as postagens, uma *hashtag* acaba ampliando os sentidos ao estabelecer mais relações entre significantes até então estranhos uns aos outros. Assim, a entidade (e a verdade) fica cada vez mais consistente, pois se torna onipresente.

6.2.3 - #RedeAnonymous

A representação do Anonymous ganhou mais força, porque, diferentemente de outras situações, ela não foi alimentada apenas por dizeres dentro da página “Anonymous Brasil”. Das postagens da página, poderíamos ser conectados a tantos outros textos, em websites, redes sociais digitais, entre outros. As raízes dessa rede rizomática crescia, incontrolada, dentro da web a partir das *hashtags*.

Vistas como elementos indexadores, as *hashtags* são ferramentas ligadas às redes sociais digitais e popularizadas por estas. Sempre iniciada com o símbolo da cerquilha (#), ela pretende delimitar, direcionar e rotular os efeitos de sentido. A inserção do símbolo da cerquilha no Twitter ou Facebook produz, automaticamente, um hiperlink, possibilitando que, com um clique, o usuário possa encontrar todas as postagens marcadas com a mesma *hashtag*.

Vale ressaltar que, independentemente da facilidade de se fazer uma *hashtag*, não é qualquer palavra ou expressão que pode se tornar uma. A vida útil de uma *hashtag* é muito pequena e depende, diretamente, de sua popularidade. Se por acaso poucas pessoas aderirem a uma *hashtag*, ela pode não durar mais do que uma hora. Do contrário, ela dura meses, passando a ter desdobramentos através de seu uso.

Uma *hashtag* popular, conhecida e utilizada por diversas pessoas, tem uma posição importante em meio aos enunciados dentro da internet. Ao marcar seu enunciado com alguma *hashtag* específica, os dizeres que constituem aquele enunciado podem ganhar uma posição de legitimidade. O mesmo acontece com o sujeito que acaba marcando uma identidade com esse símbolo, usando-o como um sinal de pertença, assim como funcionam algumas gírias, uma vez que, ao utilizá-la, o sujeito se insere no grupo seletivo daqueles que produzem um saber, colaborando na construção da *hashtag*.

O fato de que a *hashtag* se transforma em um hiperlink traz uma outra dimensão. Ao mesmo tempo que procura limitar as significações de um enunciado, a *hashtag* passa a ser constituída por vários enunciados. Indo ao contrário do que se esperava, quanto maior for o seu uso, mais difícil fica para exercer esse controle. A rede que se forma a partir dela se estende de tal

maneira que seu alcance é múltiplo. A narrativa se torna infinita, impossibilitando identificar seu começo ou fim. Durante as manifestações, algumas *hashtags* ganharam bastante espaço nas redes sociais digitais, como #OGiganteAcordou e #Anonymous. Como um mosaico, elas eram formadas por peças que às vezes se encaixavam, às vezes, não. Entretanto, eram tantas peças que passaram a formar uma grande unidade. A questão principal é saber se elas passaram a agrupar discursos de revolução e/ou de nacionalismo? Assim como, dentro de uma ordem do discurso, o autor funciona como um *hub* (ver capítulo 3), a *hashtag* terá a função de um *hub* dentro da rede digital.

Os excertos que trouxemos têm como objetivo ilustrar a construção dessa rede e de como os sentidos produzidos acabam colaborando para a narrativa sobre o Anonymous. A partir das *hashtags*, podemos presenciar uma possível narrativa que o constituiria, traçando representações através de diversos textos conectados entre si por essas *hashtags*.



AnonymousBrasil

#Anonymous #AnonymousBrasil #BrasilAcordou #VemPraRua
Largo do batata em SP agora!

Curta nossa página AnonymousBrasil — com Ricieri Evelyn, Thiago Rocco, Vovo Adao, Weslei Oliveira, Tiana Chimenez, Valdelice Cunha Garcia, Caê Pelosi, Joca Jk Guanaes, Fernando Ferreira, Marcelo Fernandes, Kleber Almeida, Dan Prymus MC, Amanda Ponce, Georgina Melo e Danila Queiroz.

Curtir · Comentar · Compartilhar · 17 de junho de 2013

Excerto 11

Começamos a análise do uso de *hashtags* com o excerto11, pois consiste num enunciado que segue uma imagem entre as postagens da página “Anonymous Brasil”. Pelo fato de ter sido postado pelos administradores da página em si e de conter várias *hashtags*, acreditamos que seja um excerto representativo para a questão em discussão. Todas as *hashtags* presentes constituíram palavras ou expressões de grande valor simbólico naquela época. Por serem apresentadas em conjunto e em sequência, uma relação de significação é criada entre elas. Um fio invisível conecta uma *hashtag* às demais, acrescentando significantes às malhas discursivas que constituem cada uma delas.

Podemos ressaltar, primeiramente, a disposição das *hashtags*. Listadas, não há como desconsiderar a ordem em que são apresentadas. Em primeiro, vem a hashtag "#Anonymous". Assim como mostramos na análise sobre o termo "Anonymous", vê-se que dos enunciados emergem discursos de revolução, de resistência que, neste caso, passariam a constituir essa postagem feita pela página e as hashtags integrantes da rede. Mais um nó é inserido na grande rede "Anonymous".

Como se estivesse em um processo de derivação, podemos ver o deslocamento da "#Anonymous" na "#AnonymousBrasil". É importante retomar, assim como foi visto em um outro momento de nossa análise, o que significava, durante as Jornadas, ser brasileiro e como estava o Brasil naquele momento. Este era o país que mostrava para o mundo que sua força só estava adormecida porque, naquele momento, ele acordava. Sendo assim, constitui-se o Anonymous com esse espírito de luta, de revolução e de mudança. Este movimento se repete na próxima hashtag #OBrasilAcordou.

Ao mesmo tempo, o Anonymous constitui o Brasil em seu suposto momento de revolução, já que seu nome remete a uma história de lutas contra a injustiça em vários lugares do mundo. Seu nome legitima a ação do povo que busca ficar livre da opressão.

Por último, temos a hashtag "#VemPraRua". Encontrando-se no final da sequência de hashtags, ela é o ponto em que os dizeres se acumulavam. Através de um percurso de discursos de revolução, de mudança e de nacionalismo, temos o recrutamento. As ruas não eram apenas, durante as manifestações, espaços físicos. Estes se misturavam com os espaços digitais: os *feeds*³⁸ passaram a ser as grandes avenidas da web, onde os sujeitos poderiam se manifestar. Logo, a hashtag "#VemPraRua" produziria, acima de tudo, um sentido de convocação para um agir político. Ir às ruas, durante as Jornadas, significava enfrentar a polícia e os perigos que as grandes avenidas guardavam para lutar por seus direitos.

Da "#VemPraRua" até a "#Anonymous", podemos perceber como se utiliza a tecnologia das *hashtags* para delimitar o sentido da postagem, mas, ao mesmo

³⁸ Seção de um perfil, no Facebook, em que todas as postagens, feitas por usuários a quem o seu perfil está conectado, serão apresentadas.

tempo, passa-se a acrescentar nós à grande rede formada pela narrativa sobre o Anonymous. Aqui, há uma construção do Anonymous ligada diretamente às manifestações, a um movimento nacionalista, luta contra a opressão do governo. E quem pode dizer que não estariam ligados? Não só nas postagens, mas na própria relação entre as *hashtags*, o Anonymous exerce a função de autor ao significar todas elas. A “#Anonymous” se torna o eixo que mantém todos esses elementos próximos e com um sentido.

Para aprofundar ainda mais nossa explicação, trazemos outros excertos que apresentam algumas das *hashtags* do excerto 11. Veremos exemplos de como outros enunciados passam a formar essa rede, constituindo a “#Anonymous” de diversos discursos, assim como acontece com o próprio nome do autor, “Anonymous”.



Excerto 12

Servindo como ponto de intersecção entre mais de uma rede, o excerto 12 é um ótimo exemplo de como narrativas, antes separadas, passam a se conectar aos poucos.

Focando na *hashtag* “#Anonymous”, podemos ver que, novamente, ela vem em primeiro lugar. Contudo, neste excerto, não se trata de uma postagem feita pelos administradores da página, mas, sim, por um seguidor que tem como intuito convocar as pessoas a participarem de uma lista.

Assim como acontece no primeiro excerto, cria-se uma relação entre o chamado do usuário e o Anonymous. Constituído por tudo o que a rede “#Anonymous” evoca, seu dizer nacionalista e de protesto passa a ter uma legitimidade e relação direta com as Jornadas.

Por outro lado, temos um outro efeito trabalhando em conjunto. Utilizando caixa alta e perguntas retóricas, o enunciado chama pela participação do leitor com seus dizeres nacionalistas. É nesse movimento que, apoiado em um sentimento de unidade, formando a nação que luta por seu país e seus direitos (“justos” e “nos”), os dizeres passam a constituir a “#Anonymous” também. Uma vez inserida essa convocação na rede que se abre a partir da hashtag, esses dizeres a constituem e passam a integrar a representação do Anonymous, dependendo do percurso hipertextual do leitor. Mais uma vez, a rede fica mais complexa e maior.



Excerto 13

O excerto 13 marca mais uma extensão da “#Anonymous”. Como podemos ver, nem todas são utilizadas ou sobrevivem às dinâmicas da web.

Neste caso, o movimento de significação é muito mais do comentário para a hashtag, do que o contrário. Há, claro, a relação entre o Anonymous e o uso da palavra “wins” que pressupõe conflito, uma vez que, para “vencer” (*to win*), é necessário uma disputa, um embate. Além disso, ao se referir à “Anonymous Brasil”, o usuário procura trazer a ideia de vitória, também, para as próprias Jornadas de Junho, apoiadas pelo Anonymous quanto para o país em si.

No decorrer do comentário, o usuário explicita uma relação entre a presença do(s) Anonymous e a possibilidade de “mudar o mundo”. A frase é construída como um slogan, aproximando-se da linguagem que muitas campanhas políticas utilizam. Nelas, busca-se produzir um sentido de confiança, construindo uma posição de legitimidade para o possível futuro representante do povo: o Anonymous. Lembrando que ser brasileiro significava estar em processo de transformação, “acordando”, ao relacionar o Anonymous a uma mudança nas pessoas, o usuário confere uma legitimidade ao nome do Anonymous para que, assim, exerça a função de autoria dos discursos de mudança. Entretanto, ao mesmo tempo, deixa nas mãos dos cidadãos a ação no mundo físico, ou seja, a mudança do mundo.

Outro efeito de sentido que é produzido é a delegação da responsabilidade. Ao comentar sobre o desenrolar de um conflito pressuposto, marcado pelo verbo “wins”, confere-se a responsabilidade pela organização e crescimento das manifestações ao Anonymous. Além disso, ele seria responsável por mudar as pessoas que, como consequência, agiriam sobre o mundo e o transformariam. Apresentando a sequência dos acontecimentos descritos pelo usuário, vê-se que o efeito de sentido produzido representa o Anonymous como responsável, logo, ele seria o autor desse discurso de transformação.



Excerto 14

Como nosso último exemplo sobre o uso das *hashtags*, trazemos o excerto 14 que apresenta uma construção um pouco diferente daquela que encontramos até agora. Escrito por um usuário sem nenhum vínculo aparente com a página “Anonymous Brasil”, o comentário menciona uma “equipa”, assim como a presença de um “comunicado oficial”. Ambas as ideias trazem dizeres de organização e de centralidade até então pouco presentes nos enunciados.

Pela falta de informações “oficiais” e de qualquer referência legítima que confirme a veracidade de uma informação, tal enunciado passa a ser aceito, até certo ponto, pela maneira como é construído.

Desde as primeiras manifestações em que houve um envolvimento do Anonymous, este se pronunciava através de um vídeo. No início, era apenas uma voz sintética e imagens de nuvens. Contudo, com o tempo, eles passaram a adotar a filmagem de um sujeito utilizando a máscara de Guy Fawkes, gesticulando, como se apresentasse um jornal, assim como analisaremos em excertos no próximo item. Neste excerto, o “comunicado oficial” é veiculado por um vídeo que, esteticamente, assemelha-se ao que normalmente é compartilhado. Com o título de “#REVOLUTION#ANONYMOUS”, apresentam-se, logo abaixo, mais algumas hashtags que acabam relacionando o espírito revolucionário que constitui o Anonymous aos protestos no Brasil.

A proposta de um comunicado oficial sobre as manifestações é um mecanismo para que se instaure um discurso de verdade. De novo, a verdade passa a ser veiculada pelas palavras do Anonymous. Agora, esse processo se insere na grande rede que forma sua narrativa.

Ao pontuar as extensões da “#Anonymous”, como ela se relaciona com alguns dizeres e como as outras *hashtags* se relacionam com ela, buscamos apresentar elementos que evidenciam o exercício da função autor pelo Anonymous. Utilizando o nome do autor como hiperlink, expandimos as possibilidades de significação para além de uma simples intertextualidade. Não é só a rede discursiva que evidencia essa autoria, mas a digital também, aproximando-se de uma autoria ciborgue.

A “#Anonymous” passou a ocupar uma posição de legitimidade que exercia poder sobre as outras *hashtags*, constituindo-as e aumentando a consistência da representação do Anonymous. Entretanto, existem outros elementos técnicos que colaboram para essa autoria ciborgue, em que o discursivo trabalha em conjunto com a tecnologia. É necessário que, além da ideia de onipresença, a representação do Anonymous ganhe mais densidade para que seu dizer seja tomado como verdade. Trataremos, no próximo item, do uso de uma narrativa transmídia na criação da representação do Anonymous como nome legitimado para exercer a função de autor.

6.2.4 - Anonymous Transmídia

Em nosso quarto capítulo, em que tratamos sobre o Anonymous, nós citamos o trabalho do pesquisador Henry Jenkins (2006) que pontua a vantagem do uso de várias mídias em uma narrativa. No caso, cada mídia precisa apresentar um conteúdo único, mas que dialogue com o resto. Além disso, é necessário o uso de seus pontos fortes, sabendo aproveitar o que um vídeo, uma imagem, uma música, um jogo pode ou não agregar. De acordo com Jenkins (2006), o uso da transmídia ajuda a dar consistência, criar um mundo como se fosse de verdade. No caso do Anonymous, podemos constatar a mesma estratégia para criar uma credibilidade para o que diz.

Os vídeos misturam texto, imagem, som e os coloca em movimento. Antigamente, tratava-se de uma mídia com que poucos poderiam trabalhar, além de exigir um grande conhecimento técnico. No entanto, estamos na época dos *producers* que, além de conseguirem produzir facilmente conteúdo para essas mídias, dão mais credibilidade à imagem. Esta seria o recorte “perfeito” da realidade.

Temos, também, o filme/quadrinho “V de Vingança” que constitui a narrativa e que é invocado pela memória dos seguidores ao lidar com o Anonymous. Com um conteúdo diferente dos outros vídeos encontrados, em sua maioria, no site Youtube, o filme é validado como elemento de uma narrativa transmídia.

Os excertos a seguir usam vídeos, direta ou indiretamente, para dar mais consistência à representação do Anonymous, legitimando-o para que possa, assim, exercer a função de autor.



Excerto 15

No excerto 15, um vídeo é compartilhado, sendo utilizado como continuação do enunciado do usuário Junior Rodrigues. Por que complementar seu dizer com um vídeo? Seria este mais preciso, mais compatível com a verdade do que um simples texto? As práticas nas redes sociais digitais passaram a tomar um vídeo como algo muito mais real, mais verdadeiro do que os comentários. Quando Lipovetsky e Serroy (2008 [2011], p. 75) vão discutir a importância do cinema na (pós)modernidade, eles comentam que “cada vez mais, homens do planeta todo se acham reunidos para escutar os sons e ver as imagens que constituem uma base comum de informação”. A constatação dos dois autores só colabora para explicitar o papel de destaque que o imagético tem atualmente. No entanto, as pessoas esquecem de que fotos e vídeos também são passíveis de manipulação.

Começaremos discutindo o comentário que acaba sendo complementado pelo vídeo. Nele, o usuário relaciona o vídeo à apresentação de supostas “cinco causas”. O termo “causa” tem a ver com razão, explicação, o que inseriria as Jornadas de Junho em uma ordem discursiva. Sabemos que, desde o começo, era o que vários seguidores buscavam. Entretanto, as causas são apresentadas pelo Anonymous em um vídeo em que é possível ver até mesmo o “rosto” e o “corpo” dele. Cria-se uma relação entre uma verdade sobre as manifestações e o Anonymous através do uso de duas mídias que apresentam conteúdos diferentes. Este ponto é o principal para estabelecer uma relação transmidiática.

Através desse diálogo entre texto, imagem e som, o Anonymous explicaria as razões para que as pessoas saíssem de casa, trazendo as manifestações para a ordem do lógico. A partir dessas causas, um ponto de vista seria tomado como verdade, legitimando tanto as manifestações quanto o Anonymous como um(a) autor(idade).

Posicionando o nome Anonymous como autor, o usuário delega qualquer responsabilidade à entidade. Quem estaria incitando as manifestações seria o Anonymous ao dar as causas que seriam “seguidas”, tirando qualquer autonomia e, conseqüentemente, responsabilidade dos sujeitos. Do mesmo modo que o Oráculo de Delfos³⁹ era consultado sobre uma guerra, legitimando ou não a ação dos guerreiros, a entidade chamada de Anonymous produz o mesmo efeito de sentido (já que “tudo dará bem”), a partir da “verdade” estipulada pelo autor do vídeo e, caso algo desse errado, saberiam que apenas teriam seguido ordens.

O vídeo não só constitui a representação do Anonymous que sabe a verdade, os reais motivos para as manifestações, como também legitima uma verdade criada por um, entre tantos outros usuários que seguiam as páginas. É nesse momento que, com um olhar desconstrutor, podemos ver as brechas, as fissuras que formam essa entidade, mostrando-se formada por muitos, enquanto, em um vídeo, por exemplo, aparece como apenas um ser.



Figura 3

³⁹ Situado na Grécia, o Oráculo de Delfos ficava em um templo destinado ao deus Apolo, onde uma sacerdotisa, em estado de transe, enunciava profecias aos que iam consultá-la.

O segundo ponto a ser ressaltado é a semelhança dessa gravação com uma cena em particular do filme “V de Vingança”, que já foi descrita em excertos anteriores. A cena é marcada por um discurso feito pelo personagem V ao invadir uma estação de televisão, com o intuito de apresentar a “verdade”, além de chamar os cidadãos para irem às ruas. O vídeo apresentado acaba produzindo um sentido de verdade ao invocar a memória do filme, exibindo uma pessoa com vestes parecidas com as do personagem, servindo como materialidade linguística por onde o discurso de verdade e de incitação à revolução emergem.

Temos o cenário composto de maneira semelhante a um telejornal, assim como a vinheta de abertura (com direito a uma música em tom apocalíptico) e estes se baseiam na linguagem jornalística para instituir os discursos que dali emergem como verdades. Em meio à sociedade, o jornal ainda é uma mídia tradicional e que se constitui como veículo de informações objetivas, logo, da verdade. Nos últimos anos, porém, as grandes redes de telejornais ou dos impressos sofreram críticas pelo fato de que seriam politicamente direcionadas. Muitos passaram a questionar a validade da informação divulgada por eles, uma vez que tais meios poderiam escrever algo apenas para favorecer seu posicionamento político, por exemplo.

Utilizando, então, o formato de um jornal, mas apresentando um locutor cuja credibilidade legitima seus dizeres como verdade (mesmo se tratando de uma filmagem genérica e o uso de uma voz sintética), observa-se que o uso do vídeo colabora com uma narrativa sobre o Anonymous. Sustentado por essas mídias tradicionais e “alternativas”, o Anonymous pode ter credibilidade para estabelecer a razão para as Jornadas.

Além de construir uma verdade sobre as manifestações, os vídeos também acabam materializando o Anonymous. Nele, dá-se um corpo, uma voz, expressões corporais a essa figura mascarada, criando, assim, um indivíduo com uma identidade. Uma grande narrativa transmidiática acontece e cria o Anonymous através de imagens, vídeos, músicas e textos. Objetos digitais que, a partir da verdade carregada pelo nome Anonymous, ganham vida, transformando-o em um golem.

Apresentamos duas imagens de dois vídeos diferentes para poder ilustrar a questão da narrativa e a criação de um universo, proposta pelo Anonymous, sendo que nenhuma tem relação direta com a página “Anonymous Brasil”. Desse

modo, podemos ter uma ideia de como as conexões passam a estender a rede que forma o Anonymous, possibilitando uma complexa criação da representação desse. Ele estaria em todos os lugares, um pouco diferente, mas sempre trazendo elementos que propiciariam uma fácil identificação.



Excerto 16

O excerto 16 mostra um vídeo em que há uma pessoa vestindo roupas diferentes; entretanto, ainda assim, é possível remeter ao vídeo compartilhado pelo usuário do excerto 15. O título comenta a invasão dos computadores da rede de televisão Record que, supostamente, foi realizada pelo Anonymous.

O cenário é posto de maneira diferente se comparado ao primeiro, uma vez que este é marcado por um tom informal, direcionando seu dizer diretamente para a pessoa que está assistindo, procurando aproximar aquele que ouve e vê daquele que fala. A falta de detalhes no cenário, a roupa de cor preta deixam espaço para que apenas o importante seja notado: o que está sendo dito e a máscara, central na imagem. Sem floreios, o vídeo do excerto 16 é produzido como se fosse um momento de confissão daquele (Anonymous) para o público.

Nos círculos de hackers, é comum que, após uma invasão ou ataque a servidores bem sucedidos, algum nome se responsabilize pelo ataque. Talvez seja uma maneira de demonstrarem o quão habilidosos, como hackers, eles são. Grande parte das primeiras pessoas que utilizaram o nome “Anonymous” eram

hackers, o que justificaria que a prática da confissão tenha constituído o Anonymous. Quando trabalha sobre a sexualidade, Foucault (1976 [2012], p. 69) discorre sobre um instrumento que levou a um aumento na quantidade de conversas sobre sexo: a confissão. Segundo o filósofo, essa “libera, o poder reduz ao silêncio”. Da mesma maneira, quando alguém fala sobre sexo, o Anonymous acaba purificado por confessar. Assumindo uma posição de sujeito, ele participa de um

ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o (...) (FOUCAULT, 1976 [2012], p. 71)

Assim, ao confessar a invasão, o Anonymous assume uma verdade e suas ações, contrapondo-se a qualquer interdição de seu dizer. Acaba, assim, demonstrando a fragilidade e desmoralizando as grandes mídias, exercendo poder e ganhando legitimidade.

No título do excerto 16, temos o uso do verbo “invadir”: no gerúndio, produz um sentido de ação em movimento, algo que já começou a acontecer e que continua se desenvolvendo. O fato é que o Anonymous tem poder para transpor barreiras, passar e resistir ao poder da grande mídia “mentirosa”, como as grandes emissoras de televisão, aquelas que ele imita.

Diante disso, o vídeo, em conjunto com o título, empoderam o Anonymous, posicionando-o como alguém que, além de falar a verdade, resiste ao poder que quer silenciar certos discursos.

Estabelecer o Anonymous de maneira a ter poder para resistir e desafiar os grandes “inimigos”, aqueles que buscariam acabar com as manifestações, parece ser importante para dar legitimidade aos seus dizeres. Afinal, sendo praticamente um herói, como poderia dizer algo além da verdade? Ele é um golem, cuja existência se baseia na verdade que o legitimaria para exercer a função de autor. Vê-se que, novamente, a partir de um vídeo feito por um desconhecido, a narrativa se expande, constituindo a representação do Anonymous juntamente com outros discursos que podem emergir no vídeo.



Anonymous Brasil Vs Policia



Rogerio Adaid

Inscriver-se

65

4.093

Excerto 17

No excerto 17, temos uma situação diferente da que se encontra no vídeo anterior. Longe de um ambiente separado, de um estúdio falso, agora encontramos as pessoas na rua. O foco do vídeo é o embate entre o “Anonymous Brasil” e a polícia.

É a rua, o espaço público que, durante as manifestações, passou a entrar nas salas privadas das casas através de transmissões ao vivo. É o palco para a ação, para mostrar, também, que há resistência ao poder disciplinar por parte do Anonymous. Nesse momento, o rapaz com a máscara se destaca como alguém diferente, em uma posição que indica não ter medo - não desvia o rosto. Seus ombros, levemente levantados, produzem o efeito de sentido de que o rapaz atribui pouca importância ao que o policial diz. A legitimidade do oficial de polícia parece ser colocada em questão, já que seu corpo (os ombros e o posicionamento da mão direita) aponta para indignação e questionamento quanto ao dizer do policial.

Há, porém, a presença de elementos que modificam a posição daquele que veste a máscara. Ao contrário dos outros dois vídeos, neste, podemos ver o humano por detrás da máscara. Nos anteriores, seu corpo, seu cabelo, por

exemplo, estavam encobertos. Essa pessoa seria como um mediador, um sacerdote que representa a entidade e pelo qual as palavras da entidade seriam proferidas. Por isso, trata-se do “Anonymous Brasil”: ele é a materialização, a territorialização do Anonymous, trazendo-o para o plano do humano, do real e para o Brasil.

No título, há a nomeação dos participantes do vídeo como se estivessem em uma disputa, como as lutas de Ultimate Fighting Championship (UFC). Eles são inimigos e se pressupõe que alguém sairá vitorioso. Entretanto, vê-se que quem luta é o Anonymous e não os manifestantes, possibilitando que a responsabilidade pelo confronto recaia sobre o nome do/da autor(idade).

As lutas que aconteciam nas ruas, durante as manifestações, passam a constituir um grande espetáculo para aqueles que acompanhavam de suas casas as Jornadas naqueles dias. Debord (1992 [2011]) faz uma crítica à modernidade, apontando que se trata de uma sociedade que se baseia em representações, imagens, vivendo em um espetáculo. Para o autor, o espetáculo é como “uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1992 [2011], p. 14), pois nunca chegamos a lidar com o real, apenas construções.

Durante todo os dias das Jornadas, tanto as mídias tradicionais quanto os usuários que trocavam mensagens pelas redes sociais digitais acabaram representando as manifestações de alguma maneira. Afinal, nem todos iriam ou poderiam ir às ruas e, assim sendo, criou-se um grande show para que se pudesse contemplar e sentir como é estar nas manifestações. A página “Anonymous Brasil” também manteve essa prática que, além de significar os protestos (pacíficos ou violentos, cheios ou vazios), acabava demonstrando o apoio da página e, consequentemente, do Anonymous às manifestações.

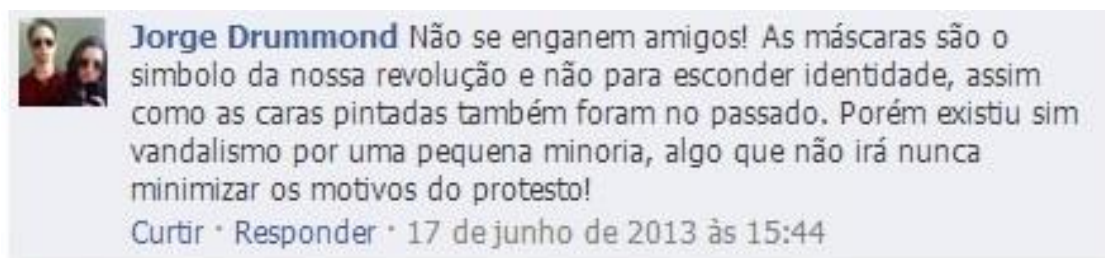
Ainda no excerto 17, é possível ver também um homem segurando uma câmera. Estaria ele observando enquanto filma? Trata-se, sem dúvida alguma, de um espetáculo, já que, como afirma Debord (1992 [2011], p. 18),

[o] espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato (...)

A imagem é, então, a maneira atual de se aproximar do real e de lidar com ele. Funciona tanto para o homem que está ao fundo, quanto para as pessoas que ficavam em casa e passavam a “participar” das manifestações ao assistirem o que acontecia pela televisão.

Através do espetáculo, da mídia, constrói-se o Anonymous como algo que pode resistir ao poder; ele explica os motivos reais para se lutar; além de confessar e, conseqüentemente, desafiar a mídia tradicional ao se colocar numa posição em que fala a verdade, seja ela qual for. Toda essa construção corrobora para que seu nome funcione como autor para os discursos que emergiram na página “Anonymous Brasil”.

Outro fator que colabora para a constituição da representação do Anonymous é a sua relação com a obra “V de Vingança”. Singulares, eles estão distantes, mas são reconhecidos pelo mesmo rosto. É nele que suas distinções passam a ficar nubladas e as fronteiras entre um e outro acabam desaparecendo. Até que ponto, a máscara de Guy Fawkes é o rosto do Anonymous? Ou do V?



Excerto 19

Trazemos o excerto 19 para dar prosseguimento ao argumento de que se constrói a representação do Anonymous também a partir da memória que se resgata com a máscara de Guy Fawkes. Nele, podemos ver um usuário defendendo o uso da máscara nas manifestações, questão um tanto polêmica, já que estar com a face à mostra era uma das condições para que os manifestantes pudessem ir às ruas, responsabilizando-se por seus atos. Muitos não sabiam se usar a máscara seria a atitude correta já que correriam o risco de serem detidos pela polícia.

Como explicamos em nosso quarto capítulo sobre o Anonymous, essa máscara surgiu no quadrinho/filme “V de Vingança”, baseada no personagem histórico Guy Fawkes, revolucionário cristão. A face desse homem é transformada em uma caricatura daquele que ri, sarcasticamente, do perigo e que defende o que é certo, sem pensar nas consequências.

A ideia de que a máscara é um símbolo (“As máscaras são o símbolo da nossa revolução”) pressupõe que ela resume os ideais e as razões de as Jornadas acontecerem. Em via de mão dupla, as manifestações constituem esse símbolo e são constituídas por ele. A máscara é o objeto que invoca uma memória e, conseqüentemente, os dizeres referentes a ela. A máscara passa a ser o resultado da soma de seu status como símbolo da manifestação, face do Anonymous e máscara do personagem V. Além disso, talvez, ela só tenha podido ser construída como símbolo de revolução a partir das memórias, relacionadas ao Anonymous e à obra “V de Vingança”, que a constituíram.

Colocados em paralelo, Anonymous e V passam a constituir a máscara com os discursos presentes tanto no filme “V de Vingança” quanto nas falas e mensagens do Anonymous. Revolução, justiça, nacionalismo são alguns deles. Formando um discurso de verdade, eles significariam todos os dizeres e ações relacionadas às manifestações, tendo como ponto de partida a máscara como símbolo. O rosto do Anonymous serviria como um atestado de sua autoria.

Como outra estratégia para legitimar sua afirmação, o usuário traz a figura histórica dos “caras pintadas”. Estes fizeram parte de um movimento estudantil no ano de 1992, cujo objetivo principal era o impeachment de Fernando Collor. Os rostos pintados com as cores do Brasil passaram a representar um movimento de união, através dos quais um discurso nacionalista emergia.

A figura dos caras pintadas, mantida nos registros históricos como um símbolo de um povo descontente e que vai às ruas para lutar por seus direitos, invoca uma memória. Esta, ao contrário da memória cognitiva, não é conjunto de informações de onde o sujeito retoma detalhes, acontecimentos. Ela é, antes de tudo, uma construção. Como Andrade (2011) discorre ao trabalhar o conceito de memória como algo que sempre se transforma, alguns elementos são retidos, arquivados, e é através deles que se invoca a memória, construindo-a como uma narrativa. Assim como uma cadeia de significantes,

[a] a memória seria, então, um conjunto de fragmentos desordenados, descontínuos, recalcados, diluídos, “esquecidos” no inconsciente, que, num determinado momento, um “eu” se põe a “lembrar” e a organizar na linguagem, por intermédio de uma narrativa, dando um sentido para os pedaços que afloram no discurso, construindo, enfim, uma história, de certa forma una e com um final (...). (ANDRADE, 2011, p. 84)

Lembrar-se pressupõe, diretamente, o ato de esquecer, como Coracini (2007) aponta. Assim, não temos uma memória sempre presente, linear e estruturada. Esquecemos e, ao lembrarmos, (re)construímos essa memória.

Há, ainda, a questão sobre o arquivo, as inscrições que possibilitam o ato de lembrar e que se materializam linguisticamente, invocando uma memória. A ideia de uma cadeia de significantes pressupõe que existem entradas, inserções a essa rede que levam o sujeito a outras interpretações, outras memórias.

Derrida (1995 [2001]) trata da questão do arquivo ao desconstruir a noção clássica de arquivo que abriga a “memória do nome arkhê” (1995 [2001], p.12). Relacionado a uma ideia ontológica e de comando, o termo “arkhê” marcaria a crença de que o arquivo seria formado de uma memória física, cognitiva e a lei controlaria esse arquivo. O filósofo também retoma que o sentido de arquivar, guardar, vem do grego “arkheion”, “inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço” (1995 [2001], p. 12), e local onde, na Grécia, os arquivos passaram a ser formados. Os “arcontes”, guardiões dos arquivos, eram os únicos que podiam interpretar o arquivo, possibilitando, então, que, a cada leitura, uma nova interpretação fosse feita.

Criando uma aproximação, a partir da locução conjuntiva “assim como”, o usuário passa a igualar ambos os símbolos, atribuindo aos dois, através de um movimento metonímico, o mesmo sentido. No mesmo movimento, ele coloca a máscara e, conseqüentemente, aqueles que a vestem (manifestantes e o Anonymous) como símbolos da revolução, igualando-os aos caras-pintadas e constituindo a máscara como símbolo de revolução, assim como se considerou a pintura nos rostos dos manifestantes em 1992.

Em um dos momentos icônicos do filme, assim como já foi comentado, vários cidadãos de Londres aparecem, em frente ao parlamento inglês, vestindo

a máscara e as roupas iguais às do personagem V. Essas pessoas atendem ao chamado do líder revolucionário e esperam pelo grande acontecimento. Os personagens do filme também adotaram a máscara como símbolo para a sua revolução, mas com o intuito de fazer parte daquele que instigou tudo: o herói V.

Podemos tomar a máscara como um símbolo que produziria um efeito de pertencimento. Uma vez que você a utiliza (física ou digitalmente), você faria parte do Anonymous e de tudo o que ele representa. Quando desenvolveu um estudo sobre comunidades, Anderson (1983 [2008]) explicou como o ato de ler jornal passa a ser um movimento de inserção em uma comunidade imaginada. Ele não trata da questão pelos estudos do discurso, mas podemos compreender que as comunidades são discursivas também. Para Anderson (1983 [2008], p. 65), “a arbitrariedade na inclusão e justaposição (...) mostra que o vínculo entre eles é imaginado”, logo, uma construção feita através de enunciados como o do usuário. Esse exemplo acena para o seguinte: como o pertencimento a um grupo é uma construção social em vez de algo natural. As pessoas que “são” Anonymous o são a partir de alguma prática compartilhada.

Tanto o nome Anonymous quanto a máscara passam a ser um símbolo de união, criando, assim, uma comunidade. Partindo dessa afirmação, só podemos considerar que isso é possível porque ambos acabam significando os elementos a que estão conectados. Tornando-se o *hub* da grande rede que se formou durante as Jornadas, a máscara (que simboliza o Anonymous e as próprias manifestações) é a materialização da autoria do Anonymous.

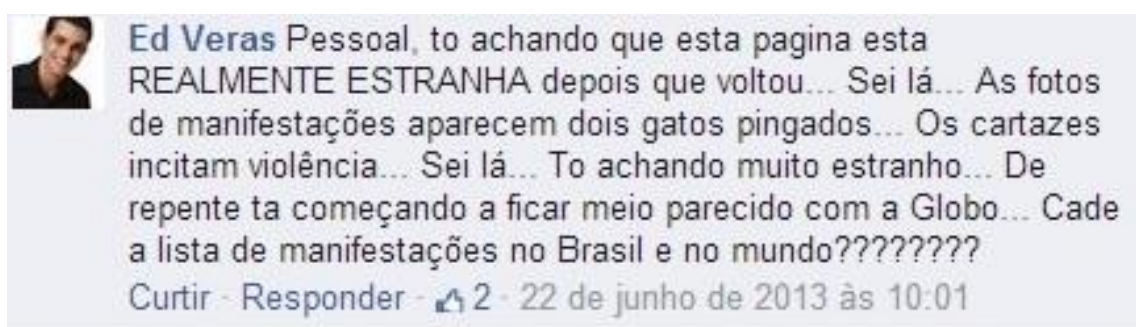
Uma vez que se estabeleceram princípios, opiniões, ações, corpo e até mesmo face para o Anonymous, é possível ver, claramente, uma representação construída. Ela é legítima e detentora da verdade. Como princípio da lógica que sustenta, da verdade que explica e proporciona uma coerência, seria o Anonymous passível de ser questionado? O que aconteceria se, em algum momento, não se conseguisse encontrar a página “AnonymousBrasil” no Facebook, local onde os usuários mantinham suas relações com essa “entidade”? O que a ausência da página acarretaria?

Partindo do princípio de que a página “Anonymous Brasil” é o local em que os usuários encontram a entidade Anonymous, logo, o *hub* que sustenta toda uma rede, a sua ausência ocasionaria a deterioração da rede, propiciando

momentos de questionamento e dúvida. Em consequência dessa incerteza, podemos considerar que o Anonymous estaria exercendo a função de autor.

Para trabalharmos esse ponto, apresentamos o excerto 20. Nele, há a presença de uma questão que passou a ser discutida depois dos casos de espionagem dos Estados Unidos: a vigilância. O medo de que estaríamos sendo vigiados, seguidos através de nossas pegadas virtuais e de que não teríamos mais a liberdade de agir da maneira como gostaríamos, era e é uma realidade. Durante as manifestações, o mesmo medo já tinha surgido, pois talvez seja uma reação esperada de um povo que tem um passado marcado pela ditadura e pela censura.

Enquanto ocorriam as manifestações, a busca por responsáveis, supostos organizadores/idealizadores prosseguiu tanto fora quanto dentro da internet. Por alguns dias, a página “Anonymous Brasil” ficou fora do ar. Sem explicação, o Facebook acusava que aquele conteúdo já não existia. Como resposta, páginas nomeadas como “Anonymous Brasil 2” e “Anonymous Brasil 3” apareceram, argumentando que a retirada da primeira página era um ato de censura. No entanto, os próprios usuários passaram a buscar outras páginas com nomes diferentes, como a “Anonymous Fuel” e a “AnonOps”. O excerto a seguir é um comentário feito logo após a primeira página voltar ao ar.



Excerto 20

Para seguir uma página do Facebook e consumir o conteúdo compartilhado por ela, é necessário que o usuário passe a “curtir” a página. Podemos adotar essa atitude como uma atestação de sua identificação com a página do Anonymous que complementa o processo iniciado a partir da máscara, símbolo da comunidade e, também, do Anonymous.

Retomando um texto de Coracini (2009), a autora pontua que um sentimento de estranhamento pressupõe uma identificação. Marcada pelo usuário, a palavra “estranha” é a constatação de que aquilo que vê não era esperado. É interessante demarcar essa questão para corroborar a argumentação de que o Anonymous e tudo o que ele representa é uma construção feita através dos dizeres dos próprios usuários. A partir desses dizeres, criaram-se uma entidade e seus princípios que apareceriam nas ações da página do Facebook.

Podemos pinçar algumas características a partir das contradições que as postagens apresentavam. A página e o Anonymous apoiavam e divulgavam informações importantes, como fotos das manifestações; suas ideias não defendiam uma ação violenta; e, acima de tudo, o Anonymous (e, conseqüentemente, a página do Facebook) falava a verdade, ao contrário do que se julgava sobre os grandes veículos de informação.

O ato de ficar fora do ar e, depois, voltar parece ser a causa do questionamento. Este parece plausível, se considerarmos como as TICs funcionam. Como Bauman (2003 [2004, p. 80]) pontua, as relações humanas, com o advento de tecnologias móveis, mudaram o sujeito, que se encontra “encasulado numa teia de chamadas e mensagens”. Distante do mundo físico, todos estão envolvidos por uma grande camada de dados que, ao contrário de seus criadores, não dormem, não descansam e não param, pois, se eles pararem, significa que eles chegaram ao fim.

A ausência dentro da internet é um problema para aquele que, como um sujeito (pós)moderno, lida com uma vida líquida, cujo caráter baseado na instantaneidade lhe é constituinte. Bauman (2000 [2001], p. 145) explica que

[a] instantaneidade (anulação da resistência do espaço e liquefação da materialidade dos objetos) faz com que cada momento pareça ter capacidade infinita; e a capacidade infinita significa que não há limites ao que pode ser extraído de qualquer momento – por mais breve e “fugaz” que seja.

Assim, a segurança estaria na presença ininterrupta das coisas. Para tal, passamos a ter uma maior quantidade de conexões, garantindo a presença

incessante de todos e tudo dentro da Internet. O mundo passou a ser organizado dessa maneira. Entretanto, baseamos nossa segurança em conexões que, independentemente do número, são frágeis. Estruturalmente, uma rede social digital é uma rede distribuída, como explicamos anteriormente. Caso consideremos os perfis e páginas, ou seja, os *hubs* como microcosmos, teremos uma rede, em grande parte, centralizada. Apenas com o fim do *hub*, ou seja, do Anonymous, evidencia-se, para os que fazem parte da rede, o seu papel: sem a página, pela qual a entidade Anonymous age, as conexões se desmancham e a malha que sustentava a lógica desaparece.

A ausência da página e suas consequências evidenciam o seu papel em meio às relações discursivas que ali se davam. Como explicar o problema decorrente da ausência da página? Ela estava ali como o local em que as pessoas tinham contato com a verdade, com o ser que legitimava as suas ações e que as fazia, pois os usuários o haviam construído assim.

A perda do autor e da lógica que sustenta suas ações pode levar com que nos desencontremos. Ou melhor, pode levar ao estranhamento e à incerteza. Como é possível ver no comentário, o verbo “achar” aparece no gerúndio, indicando uma ação que não chegou a um fim, a uma conclusão. Além do verbo, temos a recorrência das reticências, produzindo um sentido de incerteza, prolongamento, servindo como um tempo para que se organize o pensamento. Encontramos, também, a expressão “sei lá”. Em ambas as materialidades linguísticas, vê-se emergir uma dúvida quanto ao/à autor(idade), quanto à verdade obtida pelo usuário a partir da página e, conseqüentemente, quanto ao saber sobre a página e o Anonymous.

A página deixou de ser confiável, de representar bem o que se esperava a partir da representação construída do Anonymous através das narrativas anteriores dos seguidores. O desaparecimento deslegitimou o oráculo, o local, mas não a entidade. Ao comparar a página “Anonymous Brasil” com a rede de televisão Globo, o usuário atribui qualidade de um a outro. Uma vez que é a página que serve de comparação e não o contrário, são os atributos do canal de televisão que são transferidos para a página. Os administradores, representantes da entidade Anonymous, estariam deturpando a verdade ao escondê-la.

A página ocupa uma posição de poder, porque tem uma relação direta com o saber que pertence ao Anonymous sobre as manifestações. Contudo, ao ser questionada sobre a presença da lista, em que estariam todos os locais onde ocorreriam protestos, a página estaria desvirtuando os princípios do Anonymous e escondendo a verdade, o que se oporia ao objetivo da entidade.

Vemos, então, quer seja através das referências, invocando memórias, ou das diversas mídias ao dispor de milhares de usuários, que há a produção de um discurso de verdade e, também, a construção do Anonymous, colocando-o em paralelo com esta verdade para criar uma relação de posse.

Tal movimento dos usuários, de constituir o nome Anonymous como possuidor da verdade e a página “Anonymous Brasil” como meio para alcançar tal saber, favorece a interpretação de que, durante as Jornadas, o Anonymous exerceu a função de autor, dando e controlando os sentidos dos discursos que emergiam. Além disso, uma vez que a função de autor é um *hub*, um ponto de coerência, podemos interpretar a incerteza proveniente da ausência da página e, consequentemente, da entidade, como uma confirmação de que o Anonymous ocupou uma posição que exerceu a função autor. Se aquele que dá sentido aos dizeres não está presente, então, estes se dispersam por não terem em que se ancorar.

Os dois eixos apresentados são constituídos por dizeres cuja única ligação entre eles é o significante “Anonymous”. As relações dos usuários formam a grande rede que dá corpo à entidade Anonymous. Complexa e extensa, a rede aumenta a cada nova relação e é sustentada por grandes nós, como a página “Anonymous Brasil”. Por se sustentar em um esquema de rede sem escala (ver capítulo 3), a entidade dificilmente deixará de existir. A presença de vários hubs garante a permanência da rede mesmo que alguns de seus maiores nós seja prejudicado. Em nossas considerações finais, discorreremos mais sobre essa questão.

O uso de tantas estratégias para construir um autor pode ser interpretado como uma decorrência do movimento da morte do autor, assinalada por Barthes (2004). Em um momento da história em que o autor já não está diretamente relacionado à verdade e que, no contexto digital, é preciso confiar em alguém e conhecer aquele que fala, a legitimidade do nome daquele que exerce a função autor precisou ser construída através de vários discursos de verdade. Utilizou-

se de vários discursos de verdade para alcançar um nível de complexidade suficiente para instituir o nome e aquele relacionado a ele.

As informações dentro da Internet são seguidas por dúvida e desconfiança até que se prove se tratar de uma fonte confiável. No caso do Anonymous, aparece, talvez, um autor diferente (mas ainda autor) dos textos impressos, este cuja autoridade é pressuposta pela prática de se escrever um texto. Assim, vê-se uma diferença na construção da legitimidade que permite um nome exercer a função autor. Esta, no entanto, é exercida da mesma maneira como Foucault (1969 [2006])) havia discorrido.

Buscamos apresentar os resultados de nossa análise, apontando os elementos que responderiam às nossas perguntas de pesquisa. Assim, discorreremos, no próximo item, sobre nossas considerações finais, baseando-nos nos resultados de análise aqui expostos.

Considerações Finais

Caso se faça uma busca por “Anonymous” na Wikipédia, é possível encontrar a seguinte definição: “Anonymous (palavra de origem inglesa, que em português significa *anônimo*) é uma legião que se originou em 2003. Representa o conceito de muitos usuários de comunidades online existindo simultaneamente como um cérebro” (WIKIPÉDIA, 2015a). Podemos seguir essa ideia de vários usuários “existindo simultaneamente como um cérebro” como uma característica específica do Anonymous? Vê-se que, mesmo no momento de tentar definir o que o Anonymous é, apenas se adia o fechamento de um sentido único. O Anonymous “representa o conceito”, o que pode ser interpretado como uma colocação que evidencia o caráter de significante do Anonymous: ele só terá sentido ao se relacionar com outros significantes, chegando a representar algo.

Muitas são as faces do Anonymous, assim como o título do livro de Coleman (2014) sugere. Ele pode ser, realmente, uma comunidade, um grupo de hackers que pratica ações ativistas ou arruaceiros. Há sempre possibilidades para que esse significante seja inserido em uma cadeia nova, criando novas significações e, assim, construindo um novo Anonymous.

Nas manifestações de junho de 2013, em um momento de ruptura, esse significante teve um papel. O Anonymous apareceu em várias discussões sobre as manifestações e seus supostos motivos. Através da página do Facebook “Anonymous Brasil”, os seguidores passaram a relacionar o Anonymous às manifestações e a uma suposta revolução.

Esses acontecimentos nos levaram a questionar, inicialmente, a razão pela qual as pessoas atribuíram valor a essa figura tão controversa e misteriosa que é o Anonymous. Pensando nos estudos discursivos foucaultianos, a dinâmica presente na página “Anonymous Brasil” levou a um questionamento da função autor. Quem seria o autor? O Anonymous? A página do Facebook e seus administradores? Agora, no final desta dissertação, é o momento para apresentar algumas considerações sobre as questões que levantamos no início da pesquisa.

Antes de abordarmos diretamente a autoria, precisamos discutir a ruptura pois, sem ela, nossa hipótese não existiria. Tentar compreender as manifestações de 2013 foi um movimento de, principalmente, aprofundar nosso entendimento sobre as condições de produção dos discursos que poderiam emergir durante a análise. No entanto, acabamos encontrando, na materialidade linguística, a materialização de uma surpresa que advinha da singularidade das manifestações. Era difícil não considerar que as manifestações não continham algo de diferente, de inesperado e, por isso, indagamos se as manifestações não seriam um acontecimento.

O estudo teórico sobre o conceito de acontecimento (que resultou em nosso segundo capítulo) apresentou reflexões sobre a ruptura que emerge além daquilo que se pode (pre)ver. Sendo o impossível que se torna possível, como Derrida (2001 [2004]) explicita, a acontecimentalidade das manifestações emergiu da materialidade linguística entre os comentários da página “Anonymous Brasil”. Encontrou-se, nos dizeres dos seguidores, marcas de uma surpresa, de uma incompreensão quanto a um acontecimento que fugia da lógica. Eles não apreendiam o sentido, a razão de tudo acontecer.

A surpresa caracterizaria um acontecimento, assim como apresentado em nosso segundo capítulo, porque seria uma ruptura que acabaria desestruturando a(s) FD(s), desestabilizando as significações e desfazendo a lógica centralizadora. Sem compreenderem, também, a razão de seu próprio espanto, os seguidores levantaram diversas hipóteses. Entre as mais recorrentes, estava a surpresa causada pela ação em conjunto dos brasileiros. A ideia de um país de dimensões continentais que estaria agindo em conjunto acarretou a representação das manifestações como as ações de um “gigante” que acordava. Podemos ver que, em um momento tão singular, os sujeitos buscaram aproximar tudo aquilo de alguma lógica, algo que desse sentido a tudo o que acontecia. A ideia de um movimento nacional aparece, talvez, como a solução, uma vez que a nação nada mais é do que uma ficção, assim como pontua Anderson (1983 [2008], p. 38-39):

[a]dmite-se normalmente que os estados nacionais são “novos” e “históricos”, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial, e ainda mais importante,

seguem um rumo a um futuro ilimitado. É a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino.

A tentativa de explicar as manifestações como um movimento nacional mostra a busca para enquadrar o acontecimento em uma lógica, em algo previsto. No entanto, as manifestações não foram previstas, destinadas pela história de uma nação. Sua acontecimentalidade, ou seja, imprevisibilidade, constitui as manifestações como um acontecimento que, de uma certa maneira, colaborou para que o Anonymous exercesse a função de autor.

Uma vez que havia muitos que se encontravam em confusão, sem entenderem o que estava acontecendo e, principalmente, como cada um deveria agir, os usuários acabaram, então, criando uma verdade com seus dizeres. Afinal, como Foucault (1970 [2011]) já afirmava, todo dizer é acompanhado por uma vontade de verdade. A verdade nada mais é do que uma ficção e os seguidores estavam prontos para narrar as suas verdades.

Encontramos, nos excertos que compõem o eixo “acontecimento”, a recorrência de dizeres sobre as manifestações. Cada usuário procurava apresentar os motivos que deveriam levar as pessoas às ruas, justificando cada ação, oferecendo uma verdade. No entanto, percebemos que seus dizeres se perdiam em meio aos milhares dentro da página “Anonymous Brasil”. Em postagens que continham mais de três mil comentários, como era possível que alguém, ali, conseguisse se destacar? Apenas a página tinha legitimidade para tal.

No decorrer da análise, pudemos compor outro eixo, chamado de “autoria”, em que se encontram os excertos que apresentam recorrências de dizeres dos seguidores sobre o Anonymous. Este eixo nos ajudou a entender melhor a legitimidade que a página “Anonymous Brasil” tinha e que se relacionava a uma memória invocada pelo significante “anonymous”. A partir dessa memória, os seguidores passaram a construir representações do Anonymous (e, conseqüentemente, da página), sendo que a mais recorrente era a de um Anonymous portador da verdade. Sem essa legitimidade constituída através de uma memória, talvez os seguidores não dessem valor ao que era postado pela página. Afinal, a Internet está longe de constituir um ambiente democrático, onde existem relações horizontais entre os sujeitos. Inseridos ou não na mesma rede

digital, as relações ainda são verticais e, para que os dizeres ecoem e ganhem importância, é necessário que o sujeito ocupe uma posição de legitimidade.

Dentro de uma rede, seja ela digital ou não, há sempre um nó com maior número de conexões chamado de *hub*. Seja uma rede centralizada, distribuída ou não, o *hub* tem uma posição importante, pois ele reúne e sustenta a rede. Ele é o caminho mais curto para se conectar a um maior número de nós. A grande quantidade de conexões constitui um nó específico para ocupar uma posição de poder dentro da rede, assim como aconteceu com a página “Anonymous Brasil” (com mais de um milhão de seguidores) e com o Anonymous em si. Ocupando tal posição dentro da rede, a página passou a representar o Anonymous, servindo como o local onde essa entidade se materializava e todos os seguidores puderam se conectar a ela. A partir daí, os seguidores criaram narrativas sobre o Anonymous que acabou ganhando um nome e, com ele, características, ideais, opiniões e um corpo.

Como *hub*, a página poderia exercer a função autor. Contudo, durante a análise, percebeu-se que a posição de poder não era ocupada pela página, mas pela entidade Anonymous. É possível fazer essa leitura ao lidar com os excertos que questionam a página, pontuando que seus administradores já não agiam mais como deveriam e que eles eram, por exemplo, espiões do governo. A falta de credibilidade recaiu sobre a página, pois, como solução, os seguidores passaram a migrar para outras páginas do Facebook do Anonymous, como a “Anonymous Fuel” e “AnonOps”. Ou seja, quem ou o que ocupou a posição de *hub*, logo, de autor, era o Anonymous e não a página. Como centro gravitacional, os dizeres encontraram seu ponto de ancoragem, de significação no significante (e nas representações surgidas a partir desse significante) Anonymous.

Essas representações foram construídas através de algumas estratégias que colaboraram para atribuir maior legitimidade e consistência à entidade Anonymous. Formou-se uma narrativa sobre o Anonymous que, além de ser constituída por memórias como a presença do significante “anonymous” na Primavera Árabe e como o filme **V de Vingança**, apoiou-se nas TICs e na convergência das mídias para deixar a malha que se formava mais espessa.

Foi possível, durante a pesquisa, pinçar indícios de como, ao trazerem mais de uma mídia para dentro da narrativa sobre o Anonymous, deu-se mais densidade para a entidade. Representações de um Anonymous revolucionário e

que dizia a verdade, que invadia redes de televisão e que enfrentava a polícia são alguns exemplos que a presença de vídeos, imagens e textos ajudaram a criar. A narrativa transmídia tem a característica de, ao oferecer tantas narrativas que se complementam, proporcionar a ilusão de uma unidade. Em um momento, alguém leu algum texto “escrito” pelo Anonymous que menciona algumas regras. Estas são descritas por um vídeo, em que podemos ver um corpo, um rosto, além de uma música que colabora na produção de sentido. O link do vídeo pode ter sido postado, em alguma RSD, ilustrado por uma imagem, feita por algum usuário, em que se vê um jovem, encapuzado, usando a máscara característica do Anonymous. Complementando-se, as narrativas procedem sem ser possível ver seu limite, prosseguindo em alguns pontos, sendo esquecidas em outros, assim como num rizoma. Forma-se uma narrativa complexa e mais plausível para os que a consomem.

Em conjunto com a narrativa transmídia, temos a ferramenta das *hashtags* que estendeu a narrativa Anonymous, proporcionando tantas outras conexões entre os dizeres. Nos excertos, veem-se representações sendo criadas ao terem diversos dizeres indexados, por exemplo, à *hashtag* “#Anonymous” e “#AnonymousBrasil”. Alguns usuários comentavam sobre a mudança do país, enquanto outros incitavam a ida às ruas, todos envolvendo a *hashtag* “#Anonymous”. Assim, se algum usuário, mesmo fora da RSD Facebook, procurasse pelos textos indexados a essa *hashtag*, toda uma narrativa se abriria para ele. Essa narrativa não se limitava apenas às postagens dentro da RSD Facebook. Desde os textos da Wikipédia, às notícias em outros sites e aos comentários feitos em outras RSD, a grande rede que se formou ficou cada vez mais complexa.

Através desse movimento, iniciado com a ruptura do acontecimento inesperado, de buscar a verdade e de construir representações, acabou-se retirando o Anonymous do anonimato. Com esse percurso, “Anonymous” deixou de significar a ausência de um nome e passou a ser um nome próprio, significado por ideias, por princípios e principalmente por uma memória.

Todo esse desenvolvimento foi guiado por nossas duas perguntas de pesquisa, elaboradas com o objetivo de responder à hipótese que levantamos no início da pesquisa. Pensamos ser possível afirmar, com o intuito de responder à primeira pergunta de pesquisa “como se dá a função autor e a legitimação dos

dizeres sobre as manifestações ocorridas no Brasil na página ‘Anonymous Brasil’”, que a função autor (e a legitimação dos dizeres sobre as manifestações) se deu através da construção de representações do Anonymous que o legitimava a exercer a função autor, já que não existe, em si, o Anonymous. Os seguidores delegaram a essa entidade a autoridade de ser o autor, aquele que significa os discursos e assume a responsabilidade pelos dizeres. Tal posição não se mostrou diferente do que Foucault (1969 [2006]) postulou

Nossa segunda pergunta de pesquisa, “quais são as implicações do espaço virtual no funcionamento da função autor?”, tinha o intuito de guiar uma reflexão sobre a possibilidade de a tecnologia digital interferir diretamente na dinâmica do autor. No caso específico do Anonymous, talvez, sem a tecnologia digital, estratégias como a narrativa transmídia e o uso de *hashtags* não seriam possíveis. Não há como negar o quanto a facilidade de editar conteúdos digitais e de se comunicar pelas RSD colaborou para que fosse possível construir uma representação tão consistente do Anonymous para que este fosse legitimado e, assim, exercesse a função autor. Com ambas as perguntas respondidas, podemos pensar em como responder a nossa hipótese de que a autoria, no contexto de anonimato da página do Facebook “Anonymous Brasil” se deu (ou não) de uma maneira diferente do que Foucault (1969 [2006]) havia pontuado.

O filósofo considerou que o autor teria algumas funções. Entre elas, estaria a função de servir como ponto de coerência entre os dizeres e a função de ter um nome que seria responsabilizado pelos discursos vinculados a este nome. Dessa maneira, a função autor daria conta do caráter de acontecimento dos discursos, ancorando-os a seu nome e criando a ilusão de continuidade histórico do dizer. No contexto da página “Anonymous Brasil”, ainda pudemos ver, com nossa análise, a necessidade de um nome que representa uma unidade. Enquanto não havia um ponto de coerência para o que estava sendo dito, ponto que daria alguma lógica a tudo e se responsabilizaria pelos dizeres, os seguidores não deram valor a nenhuma verdade. Havia a suspeita de que, com o suporte técnico da rede da Internet, as relações se dariam de maneira mais caótica e que os usuários abraçariam seu caráter rizomático. Entretanto, os sujeitos ainda se apoiam no logocentrismo e em relações de poder verticais, respondendo à nossa hipótese: estar em um contexto de anonimato não modifica a maneira com que a função discursiva é exercida.

Acreditamos que, mesmo não encontrando algum indício de que a função autor é exercida de maneira diferente, este trabalho pôde apresentar, através de uma situação específica, outros pontos que se demonstraram diferentes. O surgimento da figura do autor do anonimato para que se responsabilizasse por uma verdade, além de atribuir legitimidade aos dizeres relacionados ao seu nome, marca o diferente em meio ao mesmo, ao igual. Na página “Anonymous Brasil”, nenhum administrador deixou de lado o anonimato e expôs seu nome. Contudo, não foi necessário que os seguidores descobrissem quem eram aquelas pessoas. Com seus próprios dizeres, os seguidores acabam compondo infinitas representações sobre o Anonymous, através de várias narrativas que se enlaçam, produzindo uma posição de legitimidade para o Anonymous. No final, formou-se o golem, criatura baseada na junção de partes distintas para compor uma unidade. Dessa maneira, o Anonymous pode exercer a função autor de maneira centralizada, apoiada em um único nome, por mais que este pertença a uma legião.

Hoje, podemos supor que há um engajamento político dos sujeitos, se não maior, mais explícito, e que esse novo posicionamento seria uma consequência das manifestações. Afinal, nos últimos anos, nós presenciamos a ocupação de escolas pelos próprios estudantes; manifestações contra e a favor do governo da presidente Dilma Rousseff e do processo de impeachment. Nenhum desses eventos teve um caráter tão plural e ilógico quanto as manifestações de junho de 2013, mas podem ser vistos como consequência da ruptura causada pelo acontecimento em 2013.

Ainda hoje, o nome Anonymous tem sido envolvido com ações ativistas dentro do país. Desde vazamento de informações de políticos ditos corruptos até a divulgação de manifestações, essa figura ainda é muito presente. Ao contrário do nome Anonymous, a página “Anonymous Brasil” acabou perdendo sua posição de destaque dentro da rede. Após as Jornadas de Junho, a página apresentou conteúdos nitidamente partidários que buscaram desmoralizar o governo em vigência da presente Dilma Rousseff. Muitos seguidores migraram de páginas, pois argumentaram que o Anonymous não deveria apoiar ou não um governo, mas, sim, o povo.

Passaram-se três anos desde as manifestações de junho de 2013 e a emergência do autor sem nome. Há três anos, tanto o acontecimento inesperado

quanto o autor sem nome marcaram sulcos em nossas subjetividades. Talvez, não sejamos mais os mesmos desde aqueles dias, deixados em um passado que parece ter sido esquecido. No entanto, desde então, o autor tem um nome e seus dizeres reverberam através dos nossos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Original: *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, 1983

AGAMBEN, G. **Infância e História** – destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Original: *Infanzia e Storia – distruzione dell'esperienza e origine della storia*, 1978.

AMARANTE, M. **Transposição Didática no Ciberespaço**: uma nova ordem do discurso pedagógico? In: CORACINI, M. J.; UYENO, E.; MASCIA, M. (orgs.) **Da Letra ao Píxel e do Píxel à Letra**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ANDRADE, E. **Entre o Desejo e a Necessidade de Aprender línguas** - a construção das representações de língua e de aprendizagem do aluno-professor de língua inglesa. Unicamp, 2008

ANDRADE, E. Um Arquivo Vivo em Construção. In: CORACINI, M. J., GHIRALDELO, C. M. (Orgs.), **Nas Malhas do Discurso** – Memória, Imaginário e Subjetividade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011

ARROJO, R. A Noção do Inconsciente e a Desconstrução do Sujeito Cartesiano. In: ARROJO, R. (Org.) **O Signo Desconstruído**. Campinas: Pontes, 2003. Original, 1992

ASSANGE, J. **Cypherpunk**. São Paulo: Boitempo, 2013. Original: *Cypherpunk: freedom and the future of the internet*. New York: OR Books, 2012.

BARABÁSI, A. **Linked**. New York: Penguin Books, 2002.

BARTHES, R. **A Morte do Autor**. In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Original: *Liquid Modernity*. Inglaterra: Polity Press, 2000.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Original: *Liquid Love (On the Frailty of Human Bonds)*. Inglaterra: Polity Press, p. 2003.

BRAIDOTTI, R. **The Posthuman**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014

BRUNS, A. Toward Producers: Future for User-Led Content Production. In: **Proceedings Cultural Attitudes Towards Communication and Technology**, 2006.

CAMPBELL, J. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 2007. Original: The Hero with Thousand Faces. Princeton University Press, 1949.

CASTELLS, M. **Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Original: The Internet Galaxy. Inglaterra: Oxford University Press, 2001.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Original: Networks of Outrage and Hope. Inglaterra: Polity Press, 2012.

COLEMAN, G. **Hacker, Hoaxer, Whistleblower, Spy** - The Many Faces of Anonymous. New York: Vero, 2014.

CORACINI, M. J. O Cientista e a Noção de Sujeito na Linguística: expressão de liberdade ou submissão? In: ARROJO, R. (Org.) **O Signo Desconstruído**. Campinas: Pontes, 2003. Original, 1992

CORACINI, M. J. **A Celebração do Outro**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, M.J. Língua e Efeitos de Estranhamento: modos de (vi)ver o outro. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, vol. 9, nº 2, 2009

CORACINI, M. J. Discurso e Escritu(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: ECKERT-HOFF, B.; CORACINI, M. J. (orgs.) **Estrit(ur)a de Si e Alteridade no Espaço Papel-Tela**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

CORACINI, M. J. Entre a Memória e o Esquecimento: Fragmentos de uma história de vida. In: CORACINI, M. J.; GHIRALDELO, C. (Orgs.) **Na Malhas do Discurso: memória, imaginário e subjetividade**. Campinas: Pontos, 2011.

CORACINI, M.J. Entre adquirir e aprender uma língua: subjetividade e polifonia. In: **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 9/2, p. 04-24, São Paulo, 2014.

COURTINE, J. **Decifrar o Corpo** - Pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013. Original: Dechiffre Le Corps: penser avec Foucault, 2011

DA ROSA, M.; PEIXOTO, M.; RUBBO, D. Discurso, Desconstrução e Psicanálise no Campo da Linguística Aplicada: (du)elos e (des)caminhos. In. **Delta**, vol. 31, 2015.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. Original: La Société du Spectacle – Commentaires sur la Société du Spectacle. Gallimard, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Volume 1**. São Paulo: Ed. 34, 2011. Original: Mille Plateaux. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980

DERRIDA, J. Carta a um Amigo Japonês, 1987. In: OTTONI, P. (org.) **Tradução** – A prática da diferença. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Original: Mal d'Archive. Éditions Galilée, 1995.

DERRIDA, J. **Papel-Máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. Original: Parins: Éditions Galilée, 2001.

DERRIDA, J. Pensar em Não Ver. In: MICHAUD, G.; MASÓ, J.; BASSAS, J. (orgs.) **Pensar em Não Ver** – Escritos sobre as artes do visível. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. Original: Penser à ne pas voir, 2002.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ELAZARI, K. **Hackers**: o sistema imunológico da Internet. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/keren_elazari_hackers_the_internet_s_immune_system?language=pt-br>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. Original: Il faut défendre la société. Édition du Seuil, 1997.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. Original: L'herméneutique du Sujet, 2001

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso** São Paulo: Edições Loyola, 2011. Original: *L'Ordre Du Discours*. Paris, Gallimard, 1970.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Original: *Let Mots et Les Choses*. Paris: Éditions Gallimard, 1966

FOUCAULT, M. **Poder e Saber**, 1977. In: Michel Foucault Ditos & escritos IV: Estratégia, Poder-Saber. Grupo Editorial Nacional, Rio de Janeiro, 2012

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. São Paulo: Edições Graal, 2012. Original: *Histoire de la Sexualité: I La Volonté de Savoir*. Editions Gallimard, 1976

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. Original: *L'Archéologie du Savoir*. Éditions Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. **Aulas Sobre a Vontade de Saber**, 1970-1971. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: **O que é um autor?**. Lisboa: Nova Vega, 2006. Original: *Qu'est-ce qu'un auteur?*, 1969.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: **Antropologia do ciborgue** – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. Original: *A Cyborg Manifesto: Science, technology, and socialista-feminism in the late twentieth century*, 1991.

JENKINS, H. **Convergence Culture**. New York: New York Press, 2006

KEHL, R. **O Espetáculo como Meio de Subjetivação**. In: KEHL, R.; BUCCI, E. (Orgs.) **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LACAN, J. **O Seminário 11 – Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Original: **Le Séminaire de Jacques Lacan, livre XI: les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse**, 1964.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa Pedagógica – do projeto à implementação**. ARTMED, 2008

LANDOWSKI, E. **Presenças do Outro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Original: 1997

LARROSA, J. **Tecnologias do Eu e Educação**. In: DA SILVA, T. T. O Sujeito da Educação – estudos Foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

LEMOES, R.; Di Felice, M. **A Vida em Rede**. Campinas: Papirus, 2014.

LESSIG, L. **Remix** – Making art and commerce thrive in the hybrid economy. United States: Penguin Press, 2008

LÉVY, P. **A Inteligência Coletiva** – por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 2011. Original: L'intelligence Collective. Pour une anthropologie du cyberspace. Paris: Éditions La Découverte, 1994

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2011. Original: Cybertculture, Éditions Odile Jacob, 1997.

LÉVY, P. **O que é o Virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 2014. Original: Qu'est-ce que le virtuel? Paris: Éditions La Découverte, 1995

LEVY, S. **Hackers** – heroes of the computer revolution. New York: Delta Publishing, 1994. Original: 1984

LIPOVESTKY, G.; SERROY, J. **A Cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Original: La Culture-monde: Réponse à une société désorientée, 2008.

MANOVICH, L. **The Language of New Media**. MIT Press, 2001

MARTEL, F. **Smart** – O que você não sabe sobre a internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Original: Smart: Enquête sur les internets. Éditions Stock, 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE, Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes**, 2013.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Original: Die Fröhliche Wissenschaft, 1882.

OLSON, P. **Nós Somos Anonymous**. Barueri: Novo Século Editora, 2014. Original: We are Anonymous, 2012.

PEIXOTO, M. **Identidades em trânsito: ser-estar entre línguas-culturas e pobreza**. Dissertação de mestrado. Unicamp, 2013.

PERTUZZATI, L.; BONA, R. **A Jornada do Herói em Star Wars: Uma Nova Esperança** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, 2009

RAJAGOPALAN, K. **A Trama do Signo**: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano. In: ARROJO, R. (Org.) **O Signo Desconstruído**. Campinas: Pontes, 2003. Original, 1992

SANTAELLA, L. **Comunicação Ubíqua**. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, L. **Politizar as Novas Tecnologias**. São Paulo: Ed. 34, 2011. Original, 2003.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SHIRKY, C. **A Cultura da Participação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Original: Cognitive Surplus, New York: Penguin Press, 2010.

SIBILIA, P. **A Vida Como Relato na Era do *Fast-forward* e do *Real Time***: algumas reflexões sobre o fenômeno dos blogs. In: Em Questão, vol. 11, nº1, 2005.

THOMPSON, C. **Smarter Than You Think** – how technology is changing our minds for the better. New York: Penguin Group. 2013

TURKLE, S. **Alone Together**. New York: Basic Books, 2011

V de Vingança. Direção: James McTeigue. Warner Bros, 2006.

WEISSBERG, J. Real e Virtual, 1993. In: PARENTE, A. (org.) **Imagem-Máquina**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

WIKIPÉDIA, **Anonymous**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anonymous#cite_note-citypaper-2>. Acesso em 24 de maio de 2015^a.

WIKIPÉDIA, **Hino Nacional Brasileiro**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_Nacional_Brasileiro>. Acesso em: 13 de outubro de 2015b.

ZIZEK, S. **O Ano em que Sonhamos Perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012. Original: The Year of Dreaming Dangerously, 2012.